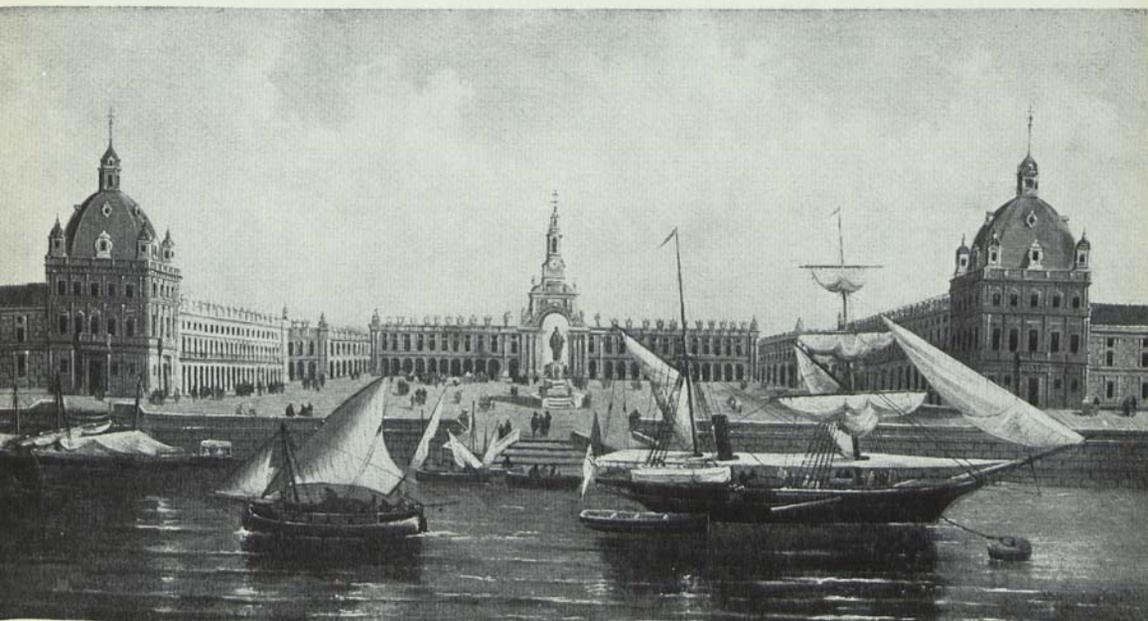


REVISTA MUNICIPAL

PUBLICAÇÃO CULTURAL DA CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA

NA CAPA:

LISBOA — Cais da Ribeira.



PRAÇA DO COMÉRCIO — PINTURA
A ÓLEO DE AUTOR NÃO IDENTIFICADO.
(MUSEU DA CIDADE DE LISBOA)

REVISTA MUNICIPAL

DIRECTOR

HENRIQUE MARTINS GOMES

ASSISTENTE GRÁFICO

ALFREDO THEODORO

DESENHOS DE

JULIO GIL
LUIS OSÓRIO



ANO XXX — NÚMEROS 120/121 — 1.º E 2.º TRIMESTRES DE 1969

OS ARTIGOS PUBLICADOS SÃO
DA RESPONSABILIDADE DOS SEUS AUTORES

REVISTA DO INSTITUTO
MUNICIPAL DE PESQUISA E
DESENVOLVIMENTO

REVISTA MUNICIPAL

EDITORA
INSTITUTO MUNICIPAL DE PESQUISA E
DESENVOLVIMENTO
ALVARO DE ARAÚJO
RUA...
CAMPUS...
CAMPUS...



ISSN 0035-0075 - Nº 1 - 1980 - 12 - 1980

SUMÁRIO

O PALACETE POMBAL À RUA DAS JANELAS VERDES
IRISALVA MOITA

MOMENTO DE ENLEVO NUM PARQUE
DE LISBOA

JOSÉ OSÓRIO DE ALBUQUERQUE

A FREGUESIA DE NOSSA SENHORA DAS MERCES DE LISBOA
NO TEMPO DE POMBAL
FRANCISCO SANTANA

EXTRATEXTO

OS AZULEJOS DO CONVENTO DA GRAÇA
DE LISBOA

MEYRELLES DO SOUTO

CONTRASTES SANITARIOS — II
1959-1969

IMPERATIVO DUMA OBRA DO MUNICIPIO DE LISBOA
ARNALDO FALLÉ DE SOUSA QUENTAL

UMA TRADIÇÃO DE LISBOA
— DESFILE DE ALEGRIA O DAS MARCHAS POPULARES

ACONTECIMENTOS CIDADINOS



O PALACETE POMBAL

À RUA DAS JANELAS VERDES

POR
IRISALVA MOITA

O impròpriamente denominado palacete Pomal, com entrada pela Rua das Janelas Verdes, n.º 37, faz parte dum complexo, vasto e confuso, de construções, constituído por casa de habitação, doca e «tercenas», que ocupa todo o declive entre aquela rua e a actual Avenida 24 de Julho, edificado, nos primeiros anos do século XIX, à volta dum núcleo já aí existente anteriormente, pelo grande negociante e armador José António Pereira, proprietário do cais e armazéns. O nome deste grande capitalista, atribuído em 1889 à travessa que estabelece comunicação entre o antigo cais e a Rua das Janelas Verdes, é ainda relembado em duas inscrições, uma gravada sobre um dos possantes arcos que formam passadiços entre os armazéns e a moradia, em que se lê *José António Pereira — 1805*; e a outra, também resumida ao nome do proprietário e à data da construção, *José António Pereira — 1801*, gravada sobre o grande pontão do armazém abobadado, aberto no robusto paredão que constituía pròpriamente o cais e que antes da

construção do Aterro, em meados do século passado, ficava à babugem do Tejo.

Mais tarde esta propriedade foi adquirida, por compra, pelo grande negociante Joaquim José Fernandes para sua esposa, Dona Maria do Carmo Fonseca Fernandes, de quem a herdou sua filha, Dona Maria do Carmo Fernandes, feita Marquesa de Pombal pelo seu casamento com o 6.º Marquês daquele título, D. António de Carvalho e Mello Daun e Lorena (1850-1911). Foi, pois, em consequência deste casamento que o palacete e armazéns de José António Pereira passaram para o património da Casa Pombal, tendo alguns dos representantes desta Casa nele residido.

Em 1937 o 7.º Marquês de Pombal, D. Manuel José de Carvalho Daun de Albuquerque e Lorena, arrendou-o à Mocidade Portuguesa que para ali transferiu a sua secretaria.

Quando a Câmara Municipal de Lisboa o adquiriu por escritura lavrada em 10 de Dezembro de 1968, nele funcionava o «Colégio Infante Santo».

Fig. 1





Fig. 2



Fig. 3

DESCRIÇÃO

Nesta descrição apenas nos vamos reportar ao corpo residencial, único que oferece pormenores com interesse artístico. Nele temos a considerar:

I — *Exteriormente:*

Construído sobre núcleo de casas já aí existente, apenas a fachada principal, com dois andares, coroada por um frontão triangular onde, na 2.^a metade do século passado, foram apostas as armas dos marqueses de Pombal, se integra nas obras feitas nos princípios do século XIX e reflecte o gosto neo-clássico da época. Tem, porém, pouco interesse. A fachada pos-

Fig. 4

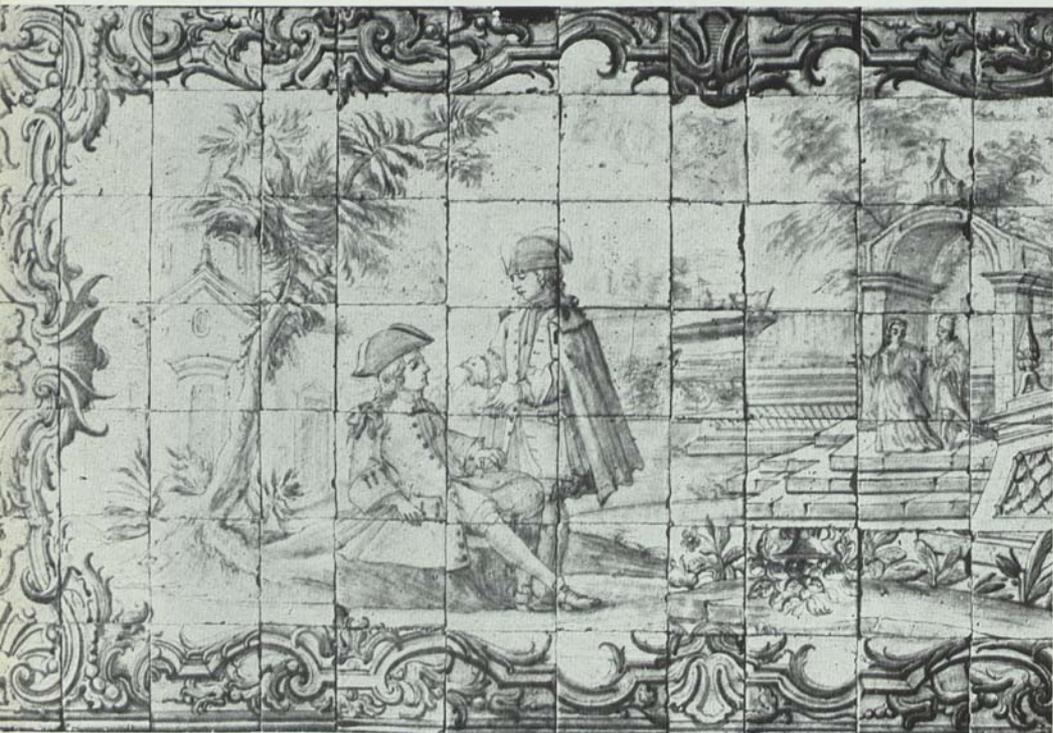




Fig. 5

Fig. 6





Fig. 7



Fig. 8

terior, com duas ordens de janelas de sacada (*Fig. 1*) oferece maior dignidade e deita sobre uma série de vastos terraços construídos sobre os armazéns que, em declive, desciam sobre o Tejo constituindo uma espécie de jardins suspensos, donde se goza uma deslumbrante vista sobre o rio. A passagem entre os vários terraços faz-se através de passadiços construídos sobre a Travessa José António Pereira. Estes eirados são ladrilhados e rodeados de muretes com seus bancos escavados, outrora revestidos de azulejos de que actualmente apenas se notam os negativos. Informaram-nos que estes silhares foram mandados arrancar pelo 8.º Marquês, Sebastião José de Carvalho Daun e Lorena, que os vendeu à Fundação Ricardo Espírito Santo.

A parte mais harmónica da construção é constituída pelo corpo situado a poente, na sequência da fachada principal, que se foi articular a uma construção anterior que inflecte para nascente e que ficou a constituir a fachada posterior do palacete.

II — Interiormente:

Se, arquitectonicamente, este imóvel pouco interesse apresenta, possui, porém, pormenores decorativos (azulejos e pinturas a fresco), cuja conservação impõe-se.

a) Revestimento azulejar:

A maior parte das salas deste palacete apresenta silhares de azulejo, de cronologia e tipos diferentes, que classificamos nos seguintes grupos:

1.º grupo — Silhares de azulejo, branco e azul, do terceiro quartel do século XVIII. Entre eles podemos distinguir os seguintes tipos: 1) figurativos, representando costumes, cenas alegóricas e paisagens variadas, algumas de grande interesse iconográfico, separadas umas das outras por cercaduras de concheados (*Figs. 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8*); 2) silhares constituídos, essencialmente, por combinações de concheados, valoriz-

zados pelo emprego de dois tons de azul (o mais forte reservado à moldura); pequenas e delicadas cenas quebram a monotonia do «rocaille» (*Fig. 9 e 10*); 3) um conjunto também de tipo figurativo, azul e branco com moldura de concheados policrómica (verde, amarelo e beringela).

Os compartimentos a que pertence este grupo de azulejos situam-se todos no rés-do-chão do imóvel.

2.º grupo — Silhares de azulejo, branco e azul, de «padrão», apresentando duas versões: 1) o motivo repetido é constituído por uma cesta com flores e frutos, ou por uma jarra com flores; 2) azulejos de «figura avulsa» (flores, barcos e pássaros) com cercadura barroca.

Os azulejos deste grupo que, igualmente, decoram compartimentos do rés-do-chão do edifício, foram usados entre nós durante um longo período que se inicia nos fins do século XVII e se prolonga pelo século XVIII, ultrapassando, por vezes, os meados deste século. Os padrões representados podem, pois, aproximar-se, cronologicamente, dos azulejos do 1.º grupo ou ser-lhes anteriores.

3.º grupo — Alizares de azulejos policrómicos, do tipo denominado «grinaldas», cronologicamente situados nos finais do século XVIII. Podem considerar-se dos melhores exemplares deste tipo, possivelmente saídos da Fábrica do Rato (2.ª fase), ainda em actividade nesta época. A composição ornamental é semelhante nos vários padrões ali representados (grinaldas, festões, plumas, etc.), embora apresentando combinações diferentes, variando, porém, o motivo central: cestos com frutos dentro dum medalhão circular; medalhões quadrangulares com delicadas paisagens num tom acastanhado ou urnas e cestiños com flores (*Figs. 14, 15, 17, 18, 19*).

Os alizares deste grupo decoram vários compartimentos do 1.º andar do edifício e duas pequenas salas (uma delas oval) situadas no rés-do-chão posterior, com saída para os terraços.

4.º grupo — Alguns compartimentos do rés-do-chão apresentam alizares de azulejos de tipo utilitário, cronologicamente contemporâneos ou



Fig. 9

Fig. 10

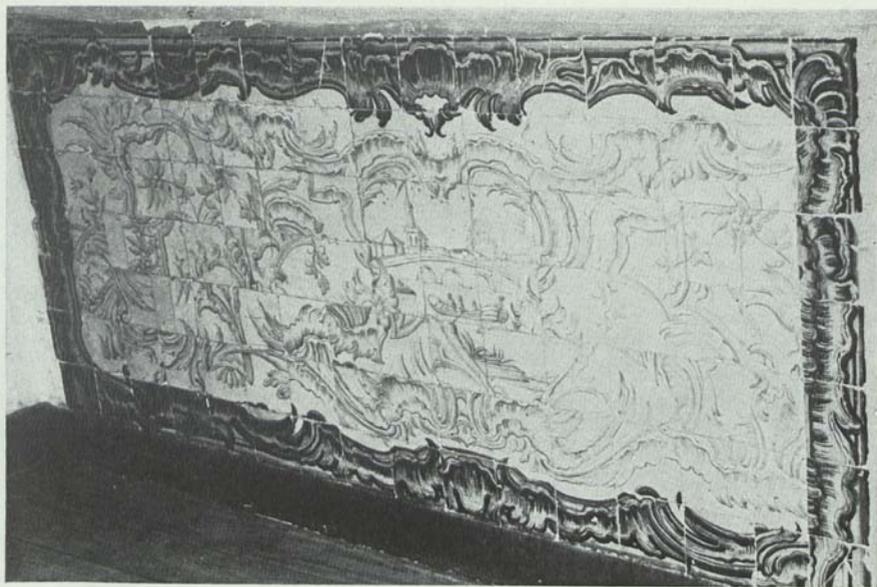
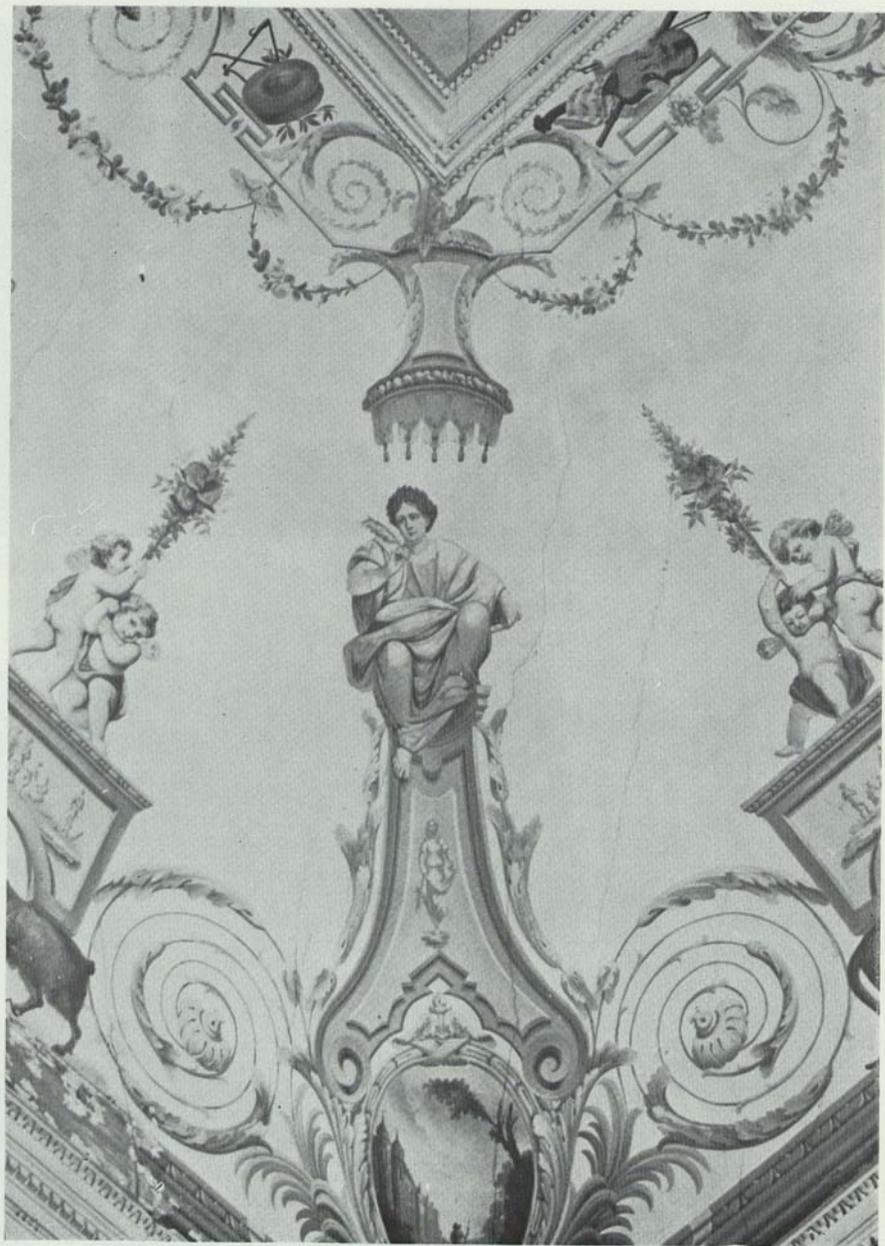




Fig. 12



pouco posteriores aos do grupo acima descrito (Figs. 20 e 21).

b) Pintura sobre estuque:

Alguns dos compartimentos desta residência apresentam pinturas em tectos e paredes, também de qualidade e épocas diversas. Entre estas queremos destacar, em primeiro lugar, os painéis que preenchem completamente os espaços vazios acima dos lambris de azulejos (Figs. 14, 15 e 16) que decoram a saleta oval, com saída para os

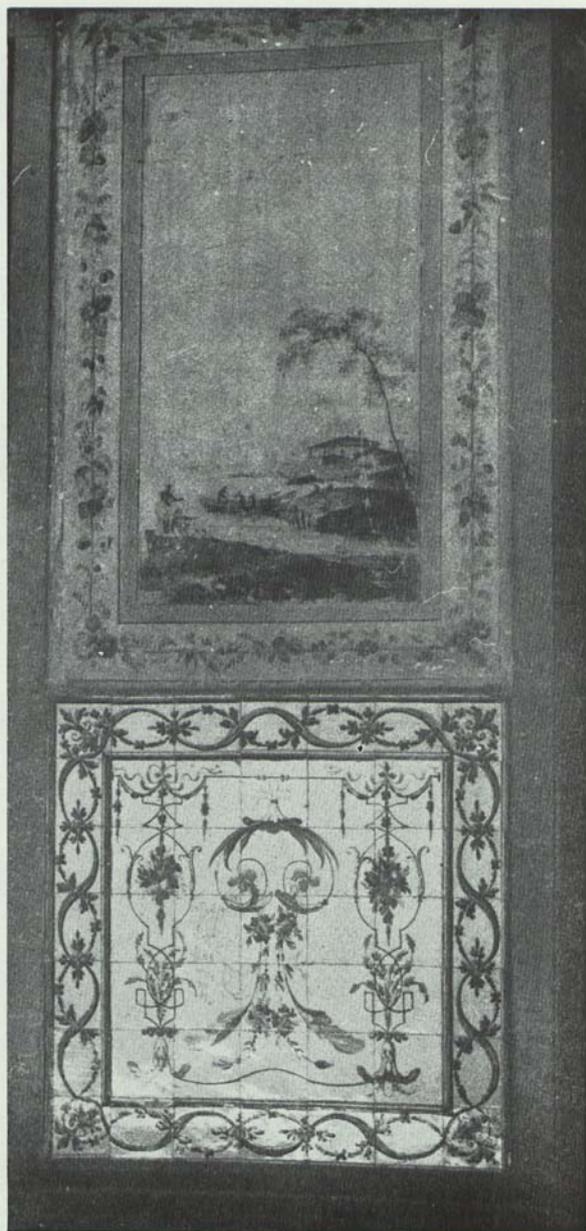
terraços. Em cada um dos painéis o artista imaginou uma paisagem com as dimensões impostas pelos espaços.

A decoração desta sala já tem sido, vagamente, atribuída a Jean Pillement que foi o autor dos frescos que decoram outras residências de Lisboa e arredores (Quinta de Gerard Devisme, a Benfica; Palácios do Ramalhão e de Seteais, etc.). Efectivamente, as paisagens e colorido são muito ao sabor do delicado decorador lionês. Ainda que alguns dos seus discípulos, como Joaquim Marques, o imitassem muito de perto, não consta terem atingido nunca uma tal delicadeza.

Fig. 13



Fig. 14



A decoração pictorial desta sala, que deve ser contemporânea do revestimento de azulejo do tipo «grinalda» (grupo 3.^o), dataria, assim, da última permanência de Pillement entre nós, o qual, segundo a maior parte dos críticos, deixou o nosso país definitivamente em 1886, ainda que Volkmar Machado transfira essa partida para depois de 1796.

Os outros compartimentos que também apresentam pinturas situam-se no 1.^o andar e devem ser contemporâneas das grandes remodelações por

que passou esta habitação em princípios de novecentos. Constan de:

Uma composição alegórica, envolvida por uma cercadura de tipo «pompeiano», ocupando todo o tecto do salão nobre, situado sobre o «hall» de entrada (*Figs. 11 e 12*) e uma faixa, ao longo do rodapé do mesmo salão, com pássaros e flores. Este salão enquadra-se entre duas salas laterais, tendo, a voltada a nascente, como única decoração, um estreito friso, sem interesse especial; porém, a voltada a poente,

Fig. 15

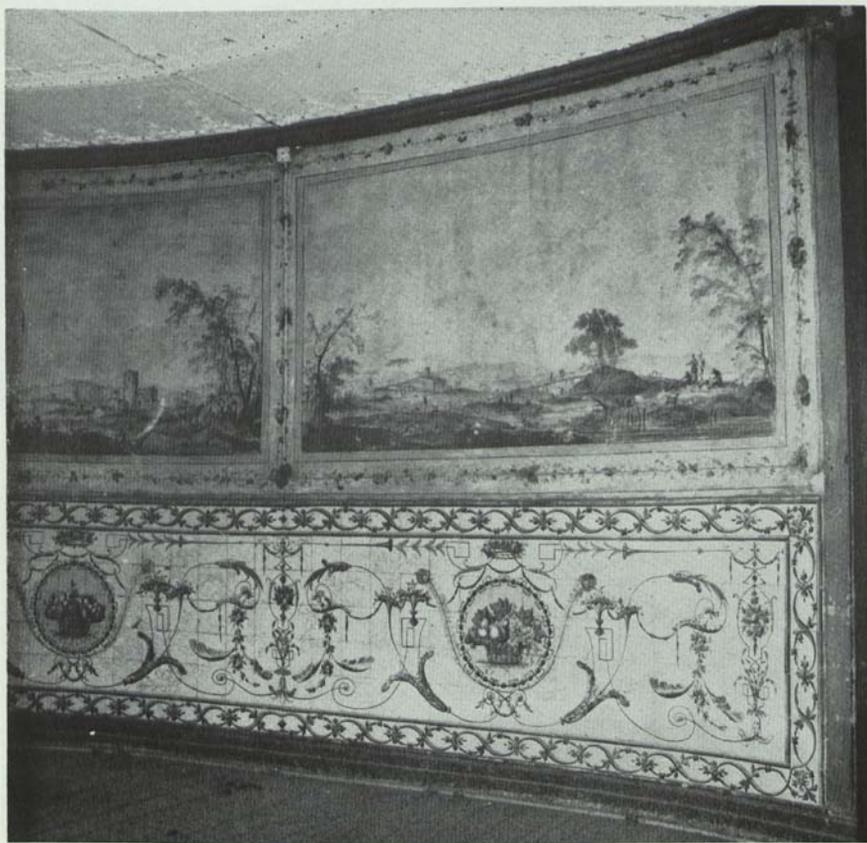




Fig. 16

apresenta uma larga faixa, formando lambril, ao longo do rodapé, constituída por seis medalhões ovais decorados com paisagens em «grisailles», no gosto inaugurado por Pillement e, possivelmente, da mão de alguns dos seus discípulos (Fig. 13).

III — Capela:

Reduz-se a um pequeno compartimento com iluminação zenital ao nível do primeiro andar, que, com mais propriedade, deverá classificar-se de oratório, pois as suas exíguas dimensões não

permitem classificação mais pomposa. Nesta há, apenas, a considerar o retábulo do altar, representando Nossa Senhora da Assunção (Fig. 23), com as características das obras dos finais do século XVIII, mas cujo autor ainda não foi possível identificar; e, numa pequena dependência lateral, mas com comunicação franca para aquela, sobre uma peanha barroca, uma imagem de Nossa Senhora das Mercês, em mármore de carrara, certamente para ali levada de uma das outras residências dos Carvalho e Melo, por algum dos membros desta família que aqui residiu (Fig. 22).

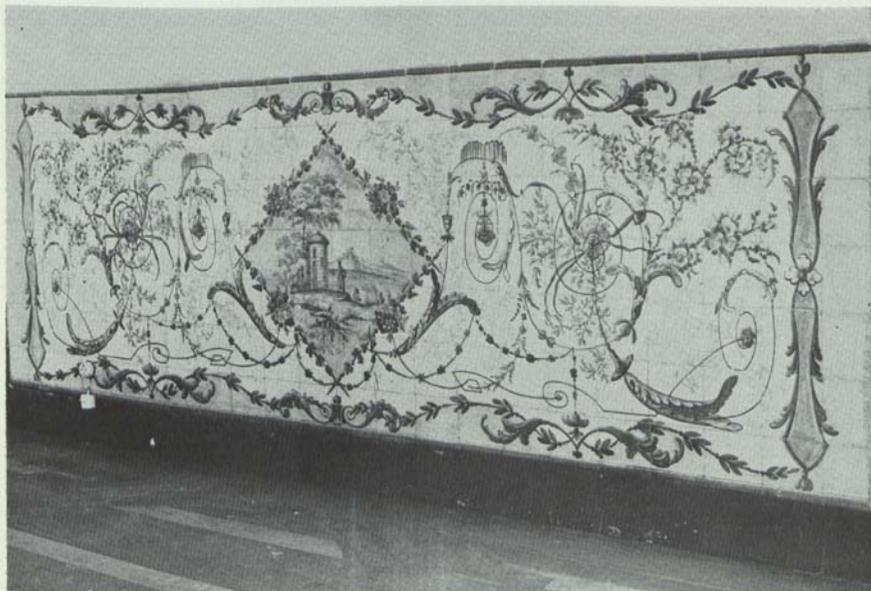


Fig. 17

Fig. 18



Fig. 19



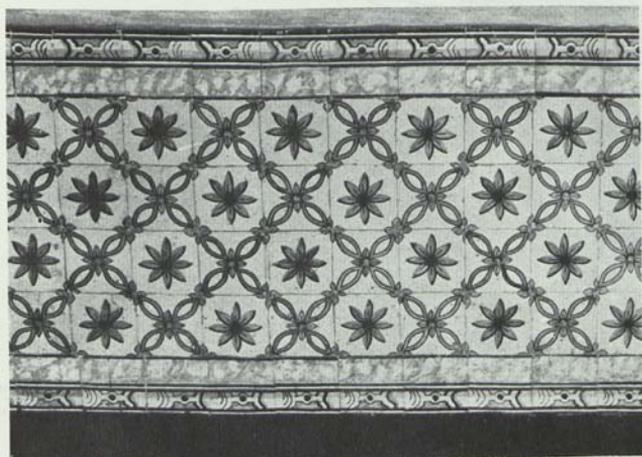


Fig. 21

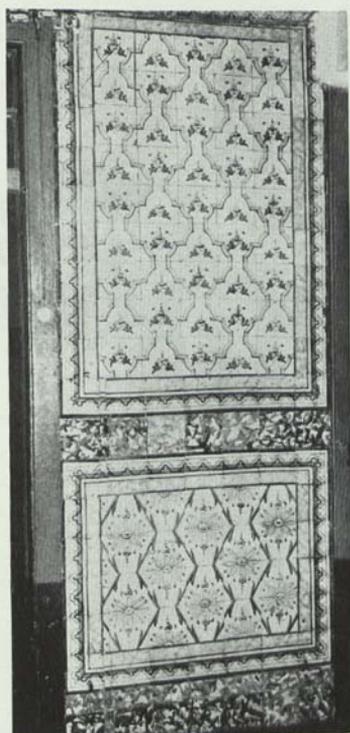


Fig. 23



Fig. 20



Fig. 22



MOMENTO DE ENLEVO NUM PARQUE
DE LISBOA

*Do rio de Lisboa junto à margem,
Num dia formosíssimo do Estio.
O firmamento azul, azul o Tejo,
E tão sereno como o riso afável
Do inocente. Boiando à tona de água
A avezinha cantora do Oceano;
Sulcando brandamente, e compassados
Ao som dos remos, os batéis ligeiros.*

*Tudo isto via, e contemplava em tudo
A mão do Criador!... À sombra amena
De arvoredos frondosos, alcatifados
De verdejante relva, matizada
De lindas flores; assentado estava
Num velho tronco, já caído há muito.
A Gruta dos Amores não distante
Dali se achava; e ouvia o som monótono
Do gotejar de cristalina fonte.*

*Pelo arvoredos oculto, e a sós comigo,
Julgava-me feliz, vendo somente
O azul do céu e o rio majestoso!
Era um grato momento, que o destino
Raras vezes nos dá, de vida e gozo!...
Pensei na minha amada, enternecido;
E, pobre trovador, meu alaúde
Vibre na corda triste da saudade,
Juntando às harmonias do Universo
Meus cânticos humildes.*

JOSÉ OSÓRIO DE ALBUQUERQUE



A FREGUESIA
DE NOSSA SENHORA DAS MERCÊS
DE LISBOA
NO TEMPO DE POMBAL

Neste ano em que se celebram o cinquentenário da morte de Júlio de Castilho e o centenário do nascimento de Vieira da Silva, agrada-me homenagear a memória destes incansáveis cabouqueiros da História de Lisboa da maneira que, dentro embora da sua inevitável modestia, me parece a melhor; e trabalhar julgo que seja a mais adequada homenagem a quem tanto trabalhou. Por isso me tentei a elaborar algo mais ou menos utilizável, partindo de dados valiosos e em primeira mão, sobre uma zona da cidade. Qual? A escolha não foi difícil dado que, no decorrer de uma busca de documentação, me tinha sido possível localizar largas dezenas de rois de desobriga da freguesia das Mercês, do século XVII ao XIX. Estava, pois, achada a base para um trabalho que não se limitasse a repisar caminhos andados, a ser florido arranjo de trabalho alheio. E, além da utilização destes elementos, decidi-me a tentar um confronto com os resultados de recolha simultânea nos livros da Décima.

Outra opção tinha de ser feita, a do período que poderia ser abrangido. O só haver livros da Décima a partir de 1762 e serem os anos 60 e 70 os que, dos rois, eu já tinha folheado, levaram-me a escolher 1770 como início, deixando à escassez de tempo a determinação do limite «ad quem». O ano de 1770 teria a vantagem de, tendo nele sido efectuada uma nova divisão paroquial, que se manteve durante dez anos (1), garantir identidade ao âmbito geográfico em relação ao qual, de ambas as fontes e nos anos que fosse possível, seriam colhidos os dados. Todavia, ao iniciar essa recolha nos livros da Décima, apercebi-me de que a Superintendência desta não tinha decidido ajustar-se à remodelação paroquial. Assim, as Mercês dos Livros da Décima iam da Trav. de André Valente à R. da Rosa, subiam pelo lado esquerdo desta ao Moinho de Vento e, indo aos Cardais, vinham pela R. Formosa reencontrar a travessa referida; as dos rois avançavam pela R. Direita do Colégio dos Nobres que, com a Trav. do Pombal, a R. de S. Bento e a dos Poiais e a Calçada do Combro delimitavam bem mais largo âmbito.

Só naqueles aspectos colhíveis nas Décimas me restringi (por não encontrar livros de «Maneios» referentes a Santa Isabel — a cuja Superin-

tendência continuava a pertencer o Bairro da Cotovia) ao velho distrito paroquial e ao ano de 1770 e para todos os outros aspectos considerei a totalidade da freguesia; no apuramento de dados sobre a população baseei-me principalmente na análise minuciosa do rol deste mesmo ano, sendo sobretudo para a busca de personalidades de destaque e para a análise da topografia e toponímia da freguesia que me baseei quase exclusivamente nos rois de 1770 a 1775 (análise afeita não só pela planta de Monteiro de Carvalho, elaborada para ilustrar o plano de divisão paroquial, como pelo percurso dos arruamentos que lhe correspondem).

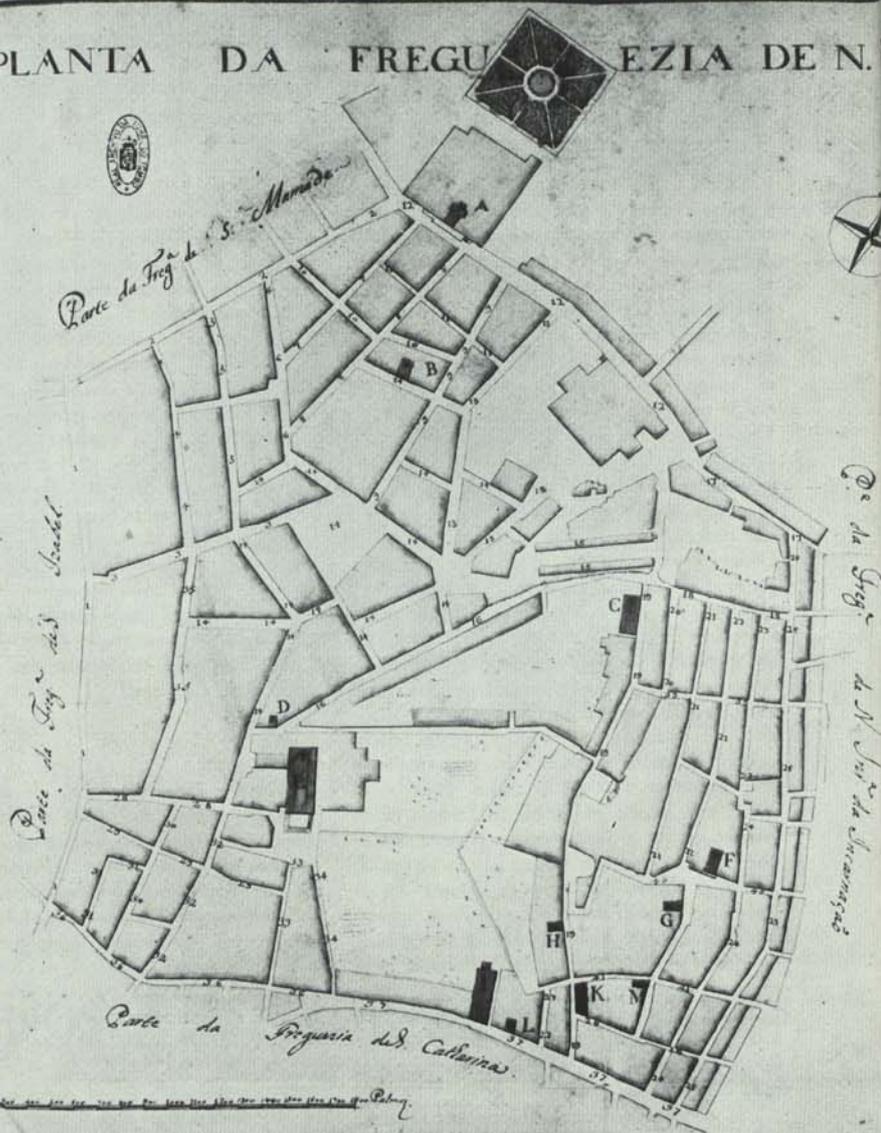
Apontadas as circunstâncias em que nasceu este trabalho e as bases em que assenta, resta indicar o seu esquema, a arrumação arbitrária (e não o serão todas?) dos dados recolhidos. Sê-lo-ão em três partes: I — As Pessoas; II — O que faziam; III — Onde viviam. Na primeira, depois de dados quantitativos de interesse demográfico geral, alinhar-se-ão as pessoas notáveis encontradas ao longo dos documentos. A segunda parte, a que mais deve aos livros da Décima, é, no entanto, na escassa medida possível, confrontada e completada com o que se extraía do rol de 1770. O traçado, a denominação e um ou outro elemento discernível do aspecto dos arruamentos, constituirão a terceira.

I

Foi esta freguesia objecto de um exaustivo ensaio de demografia histórica referente ao 1.º quartel do século XVIII e elaborado a partir dos livros de registos de baptizados, casamentos e óbitos (2). A pág. 14 e 15 deste interessantíssimo trabalho recordam-se alguns dados relativos ao quantitativo populacional da freguesia, é avançada uma média utilizável de habitantes por fogo (4,3) e, na pág. 127, a partir da aplicação de taxas obtidas, sugere-se que as Mercês teriam, no 1.º quartel do século, entre 1986 a 2525 pessoas.

Apraz-me verificar que dados constantes dos rois de desobriga de alguns anos do período estudado pela Dr.ª Maria de Lourdes Neto não se afastam das suas conclusões. Assim, tendo re-

PLANTA DA FREGUESIA DE N. S. DAS MERCES



Desenhado por João de Almeida e Carvalhosa

- Igrejas, e Ruas
- A Real Collegio de Nobres
 - B Seminario da Patriarchal
 - C Conv. de N. S. da Conceição dos Cardaes
 - D Recoilhimento dos Cardaes
 - E Convento de Jesus
 - F Igreja dos Inglesinhos
 - G Igreja dos Carianos
 - H N. S. do Carmo
 - I Igreja dos Paulistas
 - J Irmandade da Ajuda
 - M Irmandade de N. S. da Ajuda
 - K Igreja de N. S. das Mercês
 - 1 Rua de S. Bento
 - 2 Travessa do Bombal
 - 3 Travessa Nova da Cotua
 - 4 Rua dos Prazeres
 - 5 Rua da Madre de D^s
 - 6 Rua da Conceição
 - 7 Rua da Penha de Franca
 - 8 Rua de Monte Olivete
 - 9 Rua dos Marcões
 - 10 Travessa do Seminario
 - 11 Rua dos Nobres
 - 12 Rua direita do Collegio dos Nobres
 - 13 Rua da Pórcia
 - 14 Ruas novamente projectadas
 - 15 Abaracamento
 - 16 Rua dos Cardaes
 - 17 Rua direita de S. Pedro de Alcantara
 - 18 Travessa da Opera
 - 19 Rua Formosa
 - 20 Rua das Palmeiras
 - 21 Rua do Loureiro
 - 22 Rua da Vinha
 - 23 Rua de S. Boa Ventura
 - 24 Rua do Casalho
 - 25 Rua da Boza
 - 26 Travessa das Mercês
 - 27 Beco da Ajuda
 - 28 Travessa da Arroxeia
 - 29 Travessa de Pedro Dias
 - 30 Rua da Paz
 - 31 Beco da Boza
 - 32 Rua da Cruz
 - 33 Rua do Vale
 - 34 Rua Nova de Jesus
 - 35 Rua da Quinhinha
 - 36 Rua dos Poyades de S. Bento
 - 37 Calçada do Combro
 - 38 Rua Nova do Collegio dos Nobres
 - 39 Travessa
 - 40 Travessa dos Ingleses
 - 41 Travessa das Ficus de Deus

Planta da Freguesia das Mercês, segundo a remodelação paroquial de 1770

colhido a indicação do número de fogos e de habitantes em relação aos anos de 1716, 1718 a 1720 e 1722 a 1725, verifiquei que os três primeiros anos e o de 1723 se situam entre os valores indicados, excedendo-os os restantes por margem insignificante. A média de habitantes por fogos, com todas as oscilações que apresenta, reduz-se a valor rigorosamente igual ao apontado.

No quadro que se segue, além dos valores dos anos referidos, encontra-se também o respeitante ao de 1755 (constante da «Relação das paróquias (...)» citada por Vieira da Silva e existente na Torre do Tombo) e aos de 1767 a 1773 e 1775; o ano de 1774 está aqui ausente como noutras tentativas de utilização também o estará, em virtude de o respectivo livro se encontrar incompleto.

Os valores apurados nos rois de 1768 e 1769 pareceram-me duvidosos e por isso revi essa contagem, verificando que, na realidade, estavam arrolados 1020 fogos e 4402 pessoas em 1768 e ao número de fogos, certo, de 1769 correspondiam 4270 pessoas (estes erros são talvez devidos a ter a contagem dos anos anteriores a 1770 sido só feita em 1771). Os valores referentes a estes anos poderão sugerir a hipótese de um decréscimo da população das Mercês, no período que imediatamente antecede a remodelação paróquial. Resultante desta é o aspecto que mais se evidencia, o do grande aumento do número de fregueses.

Arrumemos os dados até agora referidos.

Anos	Fogos	Habitantes	Média por Fogos
1716	550	2 249	4,08
1718	560	2 466	4,4
1719	—	2 306	—
1720	588	2 566	4,55
1722	605	2 712	4,48
1723 (a)	396	2 409	6,08
1724	604	2 641	4,37
1725	612	2 593	3,92
1755 (b)	850	—	—
1767	1 057	5 588	5,28
1768 (c)	1 020	4 402	4,31
1769 (c)	995	4 270	4,29
1770	2 830	10 506	3,71

Anos	Fogos	Habitantes	Média por Fogos
1771	2 889	10 562	3,65
1772	2 920	10 984	3,76
1773	2 920	11 125	3,8
1775	3 097	12 031	3,88

(a) Reparando-se na sensível diminuição do número de habitantes e, sobretudo, de fogos, que dá o valor máximo das médias de habitantes por fogos, pode ser-se tentado a explicar o facto pela peste neste ano verificada; mas como, se a peste grassou no Outono (?) e estes dados se referem à Quaresma?

(b) O número de habitantes seria neste ano à roda dos 3800.

(c) Recordar-se que foram corrigidos os valores respeitantes a estes anos. A diferença de 1768 para 1769 é devida à diminuição do número de fogos de pessoas abarracadas, de famílias de soldados e de trabalhadores (calceteiros, etc.).

Repare-se em que a média de habitantes por fogos é mais «normal» (4,55) entre 1716 e 1725, sobe ligeiramente para 4,62 nos anos de 1767 a 1769 e é baixa (3,76) nos últimos anos considerados.

Embora nem sempre se verifique nem obedeça a critério uniforme, julgo de registar a discriminação que é feita dos habitantes: em 1718 havia 139 pessoas de confissão e 2327 pessoas de comunhão; em 1720 havia 114 menores des-tacados de um total de 2680 «Pessoas de Sacramento»; «Pessoas» e «Menores» eram em 1722, 1723 e 1725, respectivamente, 2610 e 102, 2310 e 99, 2401 e 192; em 1724 «Pessoas grandes» havia 2435 e «Menores» 206; de 1767 a 1769 há, respectivamente, 5463, 5858 e 4579 maiores, 125, 124 e 104 menores (?); 10 140, 275 e 91 são em 1770 os maiores, menores e sacerdotes e 10 143, 365 e 54 em 1771; em 1772 há 10 699 pessoas de comunhão, 233 menores e 52 sacerdotes; 1773 e 1775 tinham 61 sacerdotes e, respectivamente, 10 614 e 11 862 pessoas de comunhão, 356 e 33 menores, 94 e 75 «rebeldes».

Não verifiquei qual a percentagem de indivíduos de ambos os sexos; numa modestíssima

tentativa, limitei-me a constatar que, dos 1765 habitantes distribuídos pelos primeiros arruamentos do rol de 1770 (Trav. da Piedade, R. dos Prazeres, R. da Madre de Deus, Trav. dos Cegos, R. da Regueira, R. da Conceição, R. de Monte Olivete) 841 eram do sexo masculino e 924 do feminino.

Diversíssimos aspectos são discerníveis através dos rois: qualificações profissionais, estado civil, tipos de enfermidades (entrevados, coxos, cegos, dementes), etc. O já citado e tão útil ensaio de demografia histórica sugeriu-me o rastreo da frequência das designações de «Dom» e «Dona», como indicadores do sector de população de classe social mais elevada, e uma observação quanto ao vocabulário onomástico. Dentre os 10 506 habitantes indicados no ano de 1770 só eram adornados com esse título 737 mulheres e 27 homens (nestes estão incluídos também os que, sem o ostentarem, eram designados como Excelentíssimos e serão de excluir dois indivíduos muito provavelmente espanhóis). Quanto aos nomes de baptismo (e também os apelidos podiam ser objecto de análise interessante), o apuramento dos nomes de quase todos (6) os indivíduos arrolados nesse ano nos cinco primeiros arruamentos leva-me a verificar que, embora não fosse frequente as pessoas serem baptizadas com mais de um nome próprio era, no entanto, frequente que os usassem. Assim, em 483 indivíduos do sexo masculino, 202 tinham dois ou mesmo três nomes próprios; e isso era ainda mais frequente nas mulheres (420 em 522). Considerando só o primeiro nome, os mais frequentes são os de José (69), Manuel (68), António (56), João (47) e Francisco (33), os mesmos que os indicados pela Dr.^a Maria de Lourdes Neto (pág. 43) como mais frequentes nos registos de baptizados e representando, em relação à totalidade, percentagem quase igual (56,5 %); com frequência ainda significativa seguem-se os de Joaquim (28), Domingos (14), Luís (13) e Caetano (8). Os nomes femininos mais frequentes são Maria (122), Ana (57), Teresa (31), Joana (23), Josefa (22), Francisca (21), Inácia (18), Rosa (16), Luísa (15), Catarina (13), Antónia (12) e, com 11 cada, Gertrudes, Joaquina, Margarida e Mariana.

Vejamos agora quais as figuras notáveis com que deparei. A que maior celebridade atingiu é a que encontro em 1767, na Horta do Conde de Soure, habitando com seus pais, Manuel José de Aguiar e Ana Joaquina, e seus irmãos António José, Cecília Rosa, Isabel Efigénia e Maria Teresa, e que virá a ser a grande Luísa Todi; é indicada neste ano e no seguinte como Luísa Inácia e em 1769 como Luísa Rosa. Em 1770 já aqui não se encontra e deparo com ela, já casada, na Trav. dos Fiéis de Deus (pelo menos desde 1767 já aqui morava Francisco Xavier Todi). Em 1771 moravam na R. da Rosa (do lado esquerdo, subindo) e, daí em diante, percorri o rasto. Também nas Décimas encontro referências a ambos: a «Luísa Tode», tributada em 1\$200 como cómica da Casa da Ópera (suas irmãs Cecília Rosa e Isabel pagavam, respectivamente, 2\$400 e \$600; de Luísa consta a anotação seguinte: «logo sem exercício como constou em revista»); a seu marido, pagando, como rabequista, 2\$400 de décima (e ausente no 2.º semestre de 1770) e ocupando um sobrado do penúltimo prédio que se achava do «lado direito para cima» na Trav. do Oratório e Fiéis de Deus.

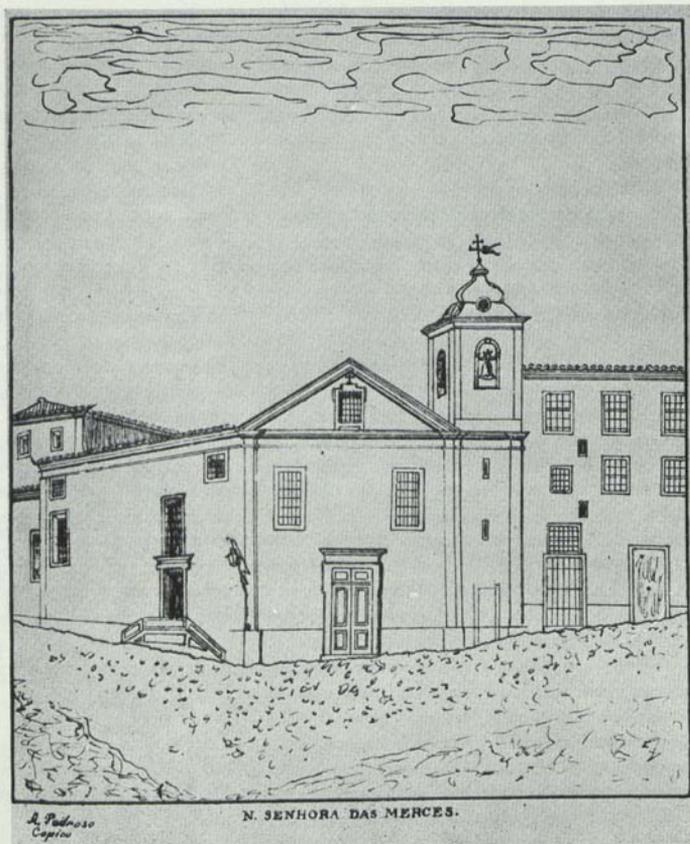
Nos anos de 1770 e 1771 vejo morando na R. da Madre de Deus o erudito beneficiado Bento Morganti (6).

O noticioso autor da «Colecção de Memórias», o criador da efémera e vilipendiada Academia do Nu, o pintor, escultor e architecto Cirilo Volkmar Machado, viveu em 1773 e 1774 na R. de Santa Teresa.

António Manuel de Melo Castro e Mendonça, filho de Dinis Gregório de Melo Castro e Mendonça, morador a partir de 1770 na R. da Rosa, será o futuro capitão-general de Moçambique, de 1809 a 1811?

O comandante da divisão portuguesa participante na campanha do Rossilhão, João Forbes Skellater, morava em 1768 na R. Formosa e em 1772 e 1773 nos Cardais de Jesus.

Manuel de Moraes Soares, Doutor em Medicina, cavaleiro de Cristo, médico de D. Maria I, figura de certo destaque na nossa cultura científica, autor, entre outras obras, de uma «Memória sobre a inoculação das bexigas», de uma tradução, «em verso dramático», das Fábulas de



Fedro, e de uma inevitável «Oração panegírica à rainha D. Maria I», morava em 1770 na «Rua da Cruz P. Direita», em 1771 na de S. Bento, em 1772 e 1775 na R. Nova de Jesus. Observa-se, a propósito, que Inocêncio situa a sua morte entre 1800 e 1802 e a Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira em 1800; de facto, o óbito verificou-se neste ano, em 18/4, como se pode verificar pelo Livro 7 de Óbitos da Freguesia de Santa Isabel, a f. 187 V.

Nos rois de 1770 e 1771 encontro morando na R. dos Prazeres o apreciado autor do «Mapa

de Portugal)», o beneficiado João Baptista de Castro; pelos livros da Décima de Santa Isabel verifica-se que em 1770 (só no 1.º semestre) ocupava uma loja e um andar em prédio do lado esquerdo da rua e no 1.º semestre de 1771 se mudara para o lado direito, para uma propriedade de Policarpo José, por cujo 3.º andar pagava 30\$000; no 2.º semestre pagava 40\$000 por dois quartos e uma água furtada num prédio da R. de S. Bento, do lado direito, vindo do Rato (já não pertencia, portanto, às Mercês).

O architecto José Joaquim Ludovice, filho do construtor de Mafra, morou com sua mãe, D. Ana Maria Verney Ludovice, na R. de S. Boaventura de 1767 a 1775, pelo menos (de facto, quando se dá o falecimento da viúva de João Frederico Ludovice, em 1791, ela mora ainda nessa rua — cfr. Mercês, Livro 3 de Óbitos, f. 96 V). E, já que falei numa irmã de Luís António Verney, registro a presença, nos Poais de S. Bento, pelo menos desde 1770 e até 1773, ano em que falece, de um outro irmão, Henrique Verney (confirmei o parentesco pelo seu testamento, que pode consultar-se na Torre do Tombo, a F. 76 do livro 352 de Testamentos).

Também os dois primeiros lentes da Aula de Comércio, João Henrique de Sousa e Alberto Jacquéri de Sales, moraram nas Mercês. O primeiro (7), dá-mo a sua habilitação à Ordem de Cristo como morando em 1765 na R. Formosa; nada sei sobre os anos imediatamente anteriores, mas, quanto aos de 1766 e 1767 as Décimas e aos de 1768 a 1770 os rois, confirmam-me que aí continuava a morar; a partir de 1775 e até à sua morte encontro-o na Calçada Nova dos Caetanos. Sales, dá-mo a Décima de 1766 e os arrolamentos de 1768 a 1770 morando na R. de S. Boaventura; perco-o depois e torno a encontrá-lo no rol de 1775 e na Décima de 1776 na R. da Rosa.

Ainda que Diogo de Macedo informe chamar-se Rosa Maria Bonifácia a segunda mulher de Machado de Castro, com a qual estava casado quando veio para Lisboa em 1770, admito que seja o imortal escultor um Joaquim Machado de Castro, casado com Rosa Maria Joaquina, que em 1771 é arrolado na casa de António José Cardoso, na R. Formosa.

Além dos nomes que indicados ficam, outros de altos dignitários eclesiásticos e de indivíduos da mais apurada aristocracia como da mais sólida burguesia. Assim, e a jeito de meras indicações avulsas, refiro o Bispo de Macau em 1771 na Trav. Nova da Piedade e o de Mariana na Trav. da Cruz (futuro arcebispo da Baía que, simplesmente como beneficiado Joaquim Borges de Figueiroa, encontro no mesmo arruamento de 1767 a 1770) e o de Bragança na parte direita da R. dos Prazeres. Na R. Direita da Cruz de Pau habitava, em 1767, o opulento Lázaro Leitão Aranha, «Principal Primário e Deão da Santa Igreja Patriarchal». Parece (insisto, parece), pelo rol das desobrigas, que em 1768 e 1769 estaria desocupado o palácio de Lázaro Leitão (pelo menos já não estava ocupado pelo seu proprietário, falecido em 2/8/1767) (8). Em 1770 o livro de «Prédios» da Décima indica umas «casas que foram do principal Lázaro Leitão Aranha, hoje pertencentes às recolhidas de N.ª S.ª dos Anjos», tendo, entre outros inquilinos, um «João Baptista Locatele com fábrica de fazenda de Theares de algodão e seda» (não o encontro nas Desobrigas deste ano, mas nas de 1771 a 1773). Em 1775 (dizem-mo o Livro de «Arruamentos» e o rol) já aí se situa o palácio de Joaquim Inácio da Cruz Sobral. Permitem os dados colhidos um ligeiro retoque à afirmação feita por Júlio de Castilho (9) de «que Joaquim Inácio comprou ao Principal, ou a seus herdeiros, o palácio, e o reedificou». A compra deverá ter sido feita às recolhidas, herdeiras do generoso eclesiástico, e possuidoras do palácio, pelo menos, ainda em 1772 (cfr. livro de «Arruamentos»), presumivelmente por intermédio do administrador do recolhimento, António Rodrigues de Macedo (10); em 1773 e 1774, nos livros de «Prédios» e de «Maneios», não encontro referência ao prédio nem, obviamente, a quem lá habitasse (todavia, recorda-se que o rol de 1773 ainda aí, creio que aí, menciona o fabricante de algodão e seda); parece-me mais provável que tenha havido obras de adaptação do que, propriamente, uma reedificação. Esse palácio, di-lo Castilho, «abrigava no princípio do século XIX a Academia Real das Ciências» (11) e nele esteve estabelecido «o quartel-general de Lord Wellington» (12). No seu preciso local está

instalada, desde 1897, a Caixa Geral de Depósitos⁽¹³⁾, que actualmente aí está a construir um novo edifício; comparando o velho palácio dos Sobrais com o edifício que lhe sucedeu, disse J. de Castilho que, se o primeiro «numa linguagem melancólica nos falava do tempo antigo», o segundo («um monstro, que é uma vergonha»)⁽¹⁴⁾ era «mudo como a estupidez»⁽¹⁵⁾; esperemos que do futuro se façam juízos mais lisonjeiros.

Esta velha casa fez-nos passar do clero para a burguesia. Continuemos nela. Inácio Pedro Quintela (pagando 360\$00 por todo um prédio) e seu irmão Luís Rebelo Quintela, os providenciais tios do futuro 1.º barão, e também este, usando ainda o nome de Joaquim Tibúrcio, moram nos Cardais (rois de 1767 a 1775, ano em que morre Inácio Quintela). Outros apelidos, frequentemente denunciadores de origem ou ascendência estrangeira, são, por exemplo, os Batalha (R. da Procição e, depois, R. de S. João Baptista), Ferrari (vários, nos Cardais, na Trav. de André Valente, na R. da Rosa e, depois, na Trav. dos Ingleses, na R. do Carvalho, na Trav. Nova da Piedade, na R. da Palmeira, depois na Praça das Flores), Bertrand (R. da Rosa), Deslandes (R. do Carvalho, R. de Pedro Dias), Mayer (R. Formosa).

Da alta aristocracia posso citar os condes de Valadares (R. da Rosa em 1767 e 1768), os condes da Lousã (de 1767 a 1769 na R. Formosa, em 1770 e 1771 na R. da Cruz, de 1772 a 1775 na Direita dos Cardais de Jesus), a marquesa de Penalva (de 1770 a 1773 na R. Direita do Colégio dos Nobres; morre em 1774), na R. da Rosa todo um prédio arrendado «ao Ex.^{mo} Marquês de Frontr.^a p.^a seu hospício» e, na Cruz de Pau, o monteiro-mor. No palácio deste último está, em 1775, instalado o embaixador de Espanha. O ministro da Suécia morava em 1770 e 1771 (Décimas de Santa Isabel) numa casa do lado direito da R. dos Prazeres e os respectivos criados («Família do Rizidente de Suesia») estão arrolados em 1771 na Quintinha do Saldanha; em 1770, nos Cardais, a casa do cônsul-geral da Rússia, desabitada.

Toda essa gente, notável ou obscura, que para trás fica, em que se ocupava? Apuremo-lo, até ao possível, com recurso aos elementos fornecidos pelos livros da Décima.

Dão eles indicações de carácter profissional sobre 1244 indivíduos, os quais constituiriam cerca de 30 % dos pouco mais de quatro mil habitantes que em 1770 teria a parte primitiva da freguesia das Mercês. Destes 1244 tinham funções militares 1,6 %, eram eclesiásticos 1,9 %, pertenciam à administração 2,3 %, eram trabalhadores não especializados 5,7 % (71), pertenciam a profissões liberais 6,6 %, dedicavam-se a actividades comerciais 9,3 %, não tinham ocupação 12,7 % (se aos 159 homens «sem ofício» acrescermos 127 mulheres que constam do Livro de «Arruamentos», a percentagem subirá para 22,9 %), 22,2 % empregavam-se em profissões industriais e ascendiam a 26,7 % os criados e equiparáveis.

Para a indicação do modo como se distribuíam três desses grupos utilizo as categorias empregues pelo Prof. Borges de Macedo, até hoje o único historiador a fazer ampla e sistemática utilização das Décimas, na sua notabilíssima obra «Problemas da História da Indústria Portuguesa no Século XVIII». Como segue.

Grupo industrial

Trabalho de couro — 55 artífices:

— Correeiros, 4 (3 mestres e 1 oficial); luveiro, 1; polieiro, 1; sapateiros, 45 (10 mestres, 35 oficiais, 1 dos quais s/exercício); seleiros, 2; surradores, 2 (1 mestre, 1 oficial).

Trabalho de madeira — 60 artífices:

— Carpinteiros, 39 (38 oficiais, 1 dos quais s/exercício, e 1 mestre de carpinteiro de caixas de seges); douradores (a), 3 oficiais; entalhadores, 8 (1 mestre, 7 oficiais, 1 dos quais s/exercício); marceneiros, 9 (2 mestres); serrador, 1.

Construção civil — 34 artífices:

— Calceteiros, 13; canteiros, 4; pedreiros, 7; pintores, 9 (2 s/exercício); vidraceiro, 1.

Vestuário — 28 artífices:

— Alfaiates, 27 (2 mestres); plumaceiro (*b*), 1.

Trabalhos de metais comuns — 19 artífices:

— Abridor de letras, 1; ferreiros, 3 (2 mestres); freeiro, 1 mestre; fundidores de cobre, 2; funileiro, 1; latoeiro, 1; picheleiros, 3; serralheiros, 7 (3 mestres).

Barbeiros e Cabeleiros — 24 artífices:

— Barbeiros, 15 (13 oficiais, 1 dos quais s/exercício); cabeleiros, 9 (2 mestres).

Tecelagem — 15 artífices:

— Encrespador, 1; passamaneiro, 1; tecelões, 13 (10 oficiais, 3 dos quais da Fábrica das Sedas e outro tecelão de fitas).

Trabalho de pedras e metais preciosos — 8 artífices:

— Lapidários, 2 (1 mestre); lavrante de prata, 1; ourives, 5.

Panificação — 5 artífices:

— Letrieiros, 5 (2 mestres).

Construção naval — 2 artífices:

— Calafates, 2.

Doçaria — 5 artífices ou indústrias:

— Chocolateiros, 1; «com fábrica de óleo de amêndoas», 1; confeitiro, 1; pasteleiros, 2.

Tipografia — 2 artífices ou indústrias:

— Livreiros, 2.

Ferradores — 4 artífices:

— 3 mestres.

Trabalho de cera e sebo — 3 artífices:

— Cerieiros, 3 mestres.

Fábrica de chapéus — 4 artífices:

— Chapeleiros, 3 (2 mestres); torneiro (?) de chapéus, 1.

Trabalho artístico e de precisão — 3 artífices:

— Cravistas, 1; relojoeiro, 1; violeiro, 1.

Imaginária — 1 artífice:

— Escultor.

Indústria de alimentos não cerealíferos — 1 artífice:

— Conserveiro (*c*).

Instalações industriais — 4 indústrias:

— «com a fábrica de telha, e tejo», 1; «com fábrica de fazendas de theares de algodão e sêda», 1; fornos de cozer pão, 2.

TOTAL — 277 artífices ou indústrias.

(a) Dado que 2 destes douradores estão associados a seleiros e o outro a um mestre correeiro, hesito sobre se serão de incluir nesta ou na anterior categoria.

(b) Duvido de que seja acertada a sua inclusão nesta rubrica.

(c) Este conserveiro, morador na Rua de S. Boaventura, é José Alexandre do Vale que, no prédio da Casa da Opera, tinha arrendados uma loja «com jogo de bilhar», uma coxeira com segos para alugar, um sobrado e «dois botequins de doces e bebidas em humas loges hũ; e outro em huns Sobrados tudo na Caza da Opara, e com tres moços a vender doces pelas ruas»; talvez fosse de incluir em Doçaria.

Grupo comercial

Produtos alimentares — 9 unidades comerciais:

— Armazéns de vinhos, 4; com burras e cabras de leite, 2 (1 só c/ burra); contratador de azeites, 1; cortadores de vaca, 2 (1 também de carneiro).

Bebidas e comidas — 13 unidades comerciais:

— Lojas de bebidas, 5; botequins (2) de doces e bebidas e venda nas ruas; «com casa de pasto, de bebidas, e bilhar», 1; tavernas, 5.

Tendeiros — 26 unidades comerciais:
 — Em 2 dos casos «com tenda, e taverna».

Vendas de tecidos — 1 comerciante:
 — Contratador de panos de linho.

Outros produtos de indústria — 6 comerciantes ou unidades comerciais:
 — Boticas, 2; comércio de peles, 2; vendas de louça, 2 (1 ambulante).

Aguadeiros — 14.

Transportes (a) — 17 comerciantes ou unidades comerciais:
 — Alcaide, 1; carreiro, 1; com «bêstas de ribeirinho», 3 (c/ 20 animais); alugadores de seges, 9 (c/ 13 seges e 1 cavalo); guardas de navios, 3.

Materiais de construção — 1:
 — Ferragem.

Vendedores ambulantes:
 — Dois, de louça e de livros, noutros lugares indicados.

Negócio de lenha — 1 unidade comercial:
 — «com Estância de lenha».

Produtos coloniais — 2 comerciantes ou unidades comerciais:
 — «com estanque de tabaco», 1; corrector de pedras finas, 1.

Cultura e diversão — 2 comerciantes ou unidades comerciais:
 — «com jogo de bilhar», 1 (b); venda ambulante de livros, 1.

Diversos — 4:
 — Armador, 1; apontador, alojador dos camarotes e empresário da Casa da Ópera.

Designações gerais — 17:
 — Homens de negócio, negociantes.
 Caixeiros — 3.

TOTAL — 116 comerciantes ou unidades comerciais.

(a) Não considerei só os transportes terrestres.

(b) Há outro, na rubrica «Bebidas e comidas».

Profissão liberal

Saúde — 18:

— Cirurgiões, 12 (mais 1 do Hospital Real e outro embarcado); médicos, 4; oculista do Hospital Real, 1; parteira, 1.

Procuradoria — 13:

— Procuradores de causas.

Música e dança — 40:

— Cômicos da Ópera, 18; dançarinos da Ópera, 10; mestre de cravo, 1; músicos da Patriarcal, 4; rabequistas, 6; mestre de saltério, 1.

Ensino — 6:

— «Mestre de Aula de Arimethica», 1 (a); mestre de línguas, 1; mestres de meninos, 4.

Actividades subalternas de escritório — 1:

— Escrevente

Funções no comércio — 1:

— Guarda-livros.

Diversos — 1:

— Arquitecto.

Designações gerais — 3:

— Letrados.

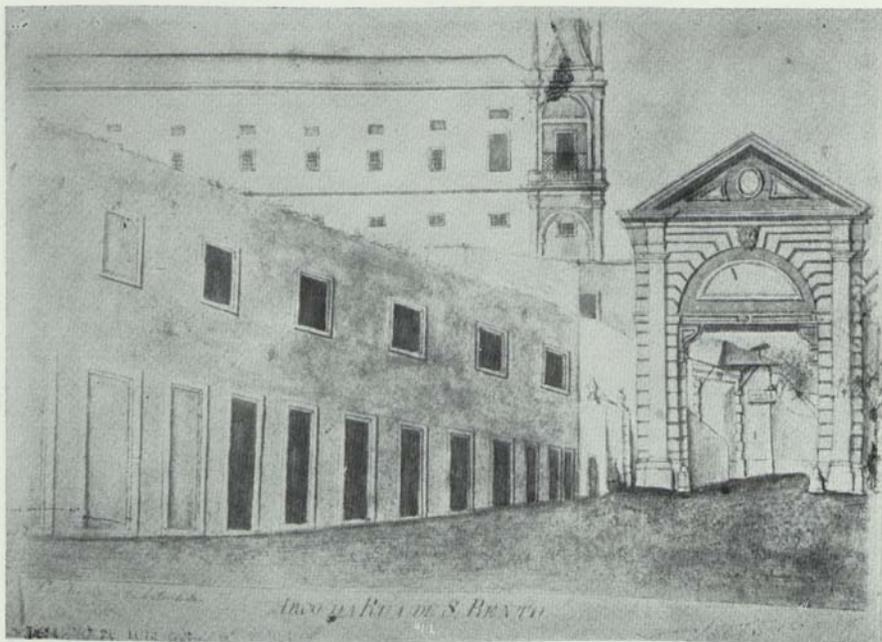
(a) Lente da Aula do Comércio.



Antiga igreja paroquial das Mercês (desenho, como o anterior, da autoria de Luis Gonzaga Pereira e, presumivelmente, de data mais recente)

Tentando ordená-los por ordem crescente de rendimentos reais ou pelo fisco considerados prováveis, começo pelos trabalhadores, que pagavam \$200, assim equiparados aos aguadeiros e a um carreiro. Os oficiais de todos os ofícios pagavam \$400, assim como um alcaide, um vendedor de louça de barro e outro, ambulante, de livros (já um vendedor ambulante de louça pagava \$480), o possuidor de uma botica (\$700 pagava outro), e, por animal, os possuidores de «burras de leite» ou de «bêstas de ribeirinho». Um hortelão pagava \$480 (1\$200 um outro), uma média de \$540 (entre \$300 e \$800) os proprietários de

tavernas, de \$300 a 1\$200 os de tendas (média de \$590), \$600 os guardas de navios, o vendedor de lenha, o de ferragem, um «fabricante de telha, e tejo», 3 das lojas de bebidas (\$400 e \$800 os outros 2), um confeitiro, o apontador e o alugador de camarotes da Casa da Ópera. Em média, os mestres de meninos pagavam \$720, os procuradores de causas menos de \$900 (entre \$400 e 1\$600), \$900 os dançarinos da Ópera, 1\$100 as dançarinas, menos de 1\$200 os cómicos. Pagavam 1\$200 indivíduos com as seguintes profissões: parteira, escrevente, arquitecto, mestres de línguas, de saltério e de cravo,



Arco da R. de S. Bento, hoje demolido

cortadores de vaca e carneiro, a maior parte dos rabequistas, plumaceiro, «com fábrica de óleo de amendoa», «com forno de cozer pão», a maior parte dos mestres (sobretudo quando indicados como doentes ou velhos, a importância podia descer até \$480; excepcionalmente, podiam pagar mais, como um tecelão que, aliás, também fazia «negócio de pedra de calçada, que vende», e pagava 1\$600, e um letreiro colectado em 2\$400; também um oficial de alfaiate e com tenda pagava \$800, assim como um de sapateiro e «com louça da terra»), distribuidores de tabeliães, pesador na Alfândega do Açúcar, um escrivão do Eclesiástico (outro pagava 1\$600). A décima paga pelos cirurgiões oscilava entre \$480 e 4\$800, não atingindo a média de 1\$500. Pagavam 1\$600 um escrivão das apelações das Ilhas, um do crime, um inquiridor de propriedades e, por sege, os seus alugadores (e \$600 por cavalo).

Três letrados pagavam \$800, 1\$600 e 2\$400, um livreiro 2\$000, 2\$400 o empresário da Casa da Ópera, um corrector de pedras finas, um contractador de pano de linho e outro de peles (uma loja de peles pagava 3\$200). Os armazéns de vinho, em média, mais de 2\$500, 3\$200 um contador do Cível e um «Corrector do Número», uma média de 3\$800 (entre \$800 e 6\$400) os médicos. Os homens de negócio deste modo genérico indicados e que não pagavam através da Junta do Comércio eram colectados em importâncias muito diversas (\$800 (2), 1\$200, 3\$200 (2), 6\$400 (4), 9\$600, 24\$000). Três caixeiros pagavam 4\$800, 5\$760 e 14\$400, um guarda-livros 9\$600, o executor das dízimas da Chancelaria 12\$800 (o mesmo que os «com fabrico de fazendas de theares de algodão e sêda» e «com casa de pasto, de bebidas, e bilhar»), em 14\$400 era colectado Vale pelos seus botequins e venda ambulante, 20\$000 pagava um oficial da Secretaria da Junta do Comércio.

São indicados expressamente os vencimentos de 3 caixeiros (48\$000, 57\$600 e 134\$000), do guarda-livros (20 moedas, o que equivale a 96\$000), do procurador da Junta da Inconfidência (172\$800), do oficial de Secretaria da Junta do Comércio (200\$000), dum intendente das madeiras do Arsenal (400\$000) e do numeroso pessoal doméstico. Os ordenados das criadas, oscilando entre 4\$000 e 38\$400, situam-se numa média ligeiramente superior a 10\$000; havia criados vencendo desde 7\$000 a 96\$000, ficando a média um pouco abaixo das 4 moedas; há indicações do ordenado de uma ama de leite — 24\$000. A «décima» era de 4 % para os vencimentos mais baixos (até 100\$000?), passando depois a 10 %.

Frequentemente os mestres trabalham sòzinhos ou com número escasso de oficiais adstritos: com 1 oficial, 1 mestre letreiro, 6 sapateiros, 2 tecelões, 1 barbeiro, 1 chapeleiro, 1 corrieiro (com 1 oficial dourador), 1 ferrador, 1 marceneiro (e, também, 1 oficial, como se fosse mestre), 1 entalhador; com dois oficiais, 1 letreiro, 3 sapateiros, 1 tecelão, 1 serralheiro, 1 cabeleireiro. Nos rois, aqui e ali, apercbe-se o indício de certa actividade industrial: na Trav. da Piedade, de 1772 a 1775, há um José Rodrigues com uma média

de 10 oficiais e 1 ou 2 aprendizes; em 1773, na R. de Pedro Dias, estão indicados, constituindo um fogo, 12 fabricantes de chapéus e, nos Carrais de Baixo, uma «Fabrica de Chapeus» com 3 oficiais e 2 outros indivíduos; um fogo de 9 «fabricantes de chapeos» na R. Formosa, em 1775.

Aspecto de interesse é o enrolamento de caixeiros, oficiais e aprendizes (denotando comunhão de mesa e habitação e, os últimos, constituindo realidade profissional não detectável nas Décimas), de criadas e escravos. Nas Desobrigas de 1770 havia 117 e 154 oficiais e aprendizes, 15 caixeiros, 807 e 748 criados e criadas (e 16 amas, 9 «moços», 1 «moça», 1 cozinheiro), 133 escravos e 287 escravas. Repare-se em que os escravos constituem 3,9% e os criados 15% da população e em que, se as escravas eram mais do dobro dos escravos, os criados eram mais numerosos que as criadas.

Para permitir uma comparação com os dados fornecidos pela Décima fiz um apuramento aproximado (aproximado porque as designações dos arruamentos não são rigorosamente coincidentes) dos valores respeitantes ao âmbito paroquial reduzido a que respeitam os livros respectivos. Assim, haverá a considerar 49, 54 e 4 oficiais, aprendizes e caixeiros, 286 e 251 criados e criadas (e 4 amas, 1 moça, 1 cozinheira), 52 e 72 escravos e escravas. Parece que não só os criados como os escravos constituiriam nesta parte da paróquia menor percentagem da população do que na totalidade da freguesia. Se admitirmos que a população desta zona era em 1770 de 4200 pessoas e que é aproximado da realidade o número de 543 serviços que apurei, constituiriam eles uma percentagem de 12,9 %, número e percentagem diversos do obtido na Décima e da calculada a partir dele: 321 (75 criadas, 246 criados, 8 moços, 3 cozinheiros, 1 ama de leite), correspondendo a 7,9 %. Dado que, no rol, só apurei como criados aqueles que como tal eram expressamente indicados (e, por vezes, a indicação é visivelmente omissa), esta diferença poderia ainda ser maior; mas, de qualquer modo, não me parece de estranhar. A situação dos criados está longe de ser nitidamente definível em estritos termos profissionais, antes se indetermina em elásticas relações

de dependência e clientela; a esta indeterminação (que me parece encontrar confirmação no facto de a diferença entre os dados fornecidos pelas Décimas e pelas Desobrigas ser acentuadamente maior no pessoal doméstico feminino, probabilissimamente menos profissionalizado que o masculino) acrescerá uma certa resistência perante o fisco. Exemplo típico de numerosa e socialmente indiscriminável clientela é a casa de D. Teresa de Melo, em 1769; destaca-se, com 2 netos, dos restantes 35 indivíduos que se arrolam a seguir à epígrafe «Criadas»; sê-lo-ão os primeiros, do sexo feminino (mas 3 delas ostentam a designação, que sabemos rara, de «Dona»), mas entre os restantes, sem indicação de se eram ou não hóspedes, encontramos o Cap. Martinho Teixeira e o D.^{or} José Bernardes (em 1767 outro capitão aparece, por qualquer lapso, a encerrar a lista das criadas, e Teixeira, sem indicação de posto, abre a lista dos criados, com um P.^o António Mestre). Esses 35 dependentes, número que se mantém em 1770, encontram na Décima uma correspondência de 4 criados e 5 criadas (outros exemplos mais modestos desta diferença, respigados na R. de S. Boaventura: Francisco Pinto, com 3 criados no rol e nenhum dado à Décima, D. Ana Maria Ludovice, 5 no rol e 2 na Décima).

Um último apontamento sobre o pessoal doméstico, apurado a partir da Décima. Havia 64 casas com 1 e 7 com 2 criadas (em 18 e 6 das quais, respectivamente, havia 1 ou mais criados), 1 com 3 (e 2 criados), 1 com 4 (e 5 criados), 2 (as de António de Melo e do Monteiro-mor) com 5 (e 7 e 4 criados). Havia 1 criado em 80 casas (em 12 delas havia 1 ou 2 criadas), 2 em 23 (em 10 delas de 1 a 3 criadas), 3 em 14 (em 3 havia 1 criada), 4 em 3 (numa delas havendo 1 criada e noutra 5), 5 em 5 (numa havendo 2 e noutra 4 criadas), 6 em 3 (havendo numa delas 1 criada), 7 (e 5 criadas) na do Monteiro-mor, 8 nas do principal Almeida e do negociante inglês David Pery.

Conclua-se este capítulo com resenha do montante das décimas de «Maneios», de 1768 a 1775: 778\$731, 737\$519, 751\$993, 509\$332, 515\$220, 442\$396, 391\$940, 627\$046; estes valores, modestos se comparados com os resultantes da incidência de 0,5 %

sobre os empréstimos (1696\$607 em 1774, 1499\$855 em 1775), sugerem, pelas suas variações, como seria interessante acompanhar a evolução da realidade que lhes corresponde.

III

A «Relação das paróquias (. . .)» diz-nos o que era a freguesia antes da remodelação paroquial de 1770:

«Estabeleceose esta Igreja em Parrochia no anno de 1652; constava o seu distrito em o año do Terremoto de 1755 de 850 fogos existentes nas ruas, e becos seguintes.

Rua formoza, p.^{ta} da Calçada do Combro até os Paulistas, Rua da Cruz de Páú; rua do Carvalho, rua da Rosa das Partilhas da p.^{ta} do poente; Horta do Cabra, rua do Conde de Soure; Rua de S. Boaventura, rua da Vinha; Traveça dos Ingleses; traveça dos Cactanos, traveça das Bruchas; rua dos Fieis de Deos; Calçada detrás da Igreja; traveça do Poço da Crasta; rua do Loureiro; rua da Cruz; traveça da Estrella; Beco de André Valente; Beco das Freyras; Beco do Oratório, rua de Jezus; rua do Moinho de Vento, e p.^{ta} dos Cardaes.

E a partir da remodelação:

«O Distrito desta Freg.^a começará no Cunhal das Cazas do Montr.^o mor do Reino, até a rua da Rosa das Partilhas, e sobindo por toda esta de hum, e outro lado até chegar à rua que vem de S. Pedro de Alcantara, proseguirá também por ambos os lados desta até à traveça do Pombal, da qual lhe pertencerá som.^o o lado oriental até a rua de S. Bento: e dessendo por esta, levando só o lado oriental até a rua dos Piaes de S. Bento, nesta lhe pertencerá o lado septentrional, e da Calsada do Combro até chegar ao sobredito cunhal ou entrada da rua Formoza: pertencendolhe também o seg.^o Rua Formoza, rua das Parreiras, rua da Vinha, rua de S. Boa-Ventura, rua do Carvalho, rua da Paz, rua da Cruz, rua do Valle, rua Nova de Jezus, rua da Quintinha, rua da Arroxella, rua de N. Snr.^a dos Prazeres, rua da Madre de Deos, rua da Conceição, rua de N. Snr.^a da Penha de França, rua do Monte Olivete, rua dos Marcos, rua da Procição do Corpo

de Deos, Traveça dos Caetanos, traveça Nova da Cotovia, traveça da Patriarchal, traveça das Mercês, traveça dos Fiéis de Deos, Beco da Assenção, beco da Rosa, traveça de Pedro Dias, rua do Loureiro; e todas as mais ruas e traveças projectadas no novo Plano das terras de Joseph Bruno de Quebedo, e nas q pertencem ao Real Collegio dos Nobres na p.^o occidental da Cotovia».

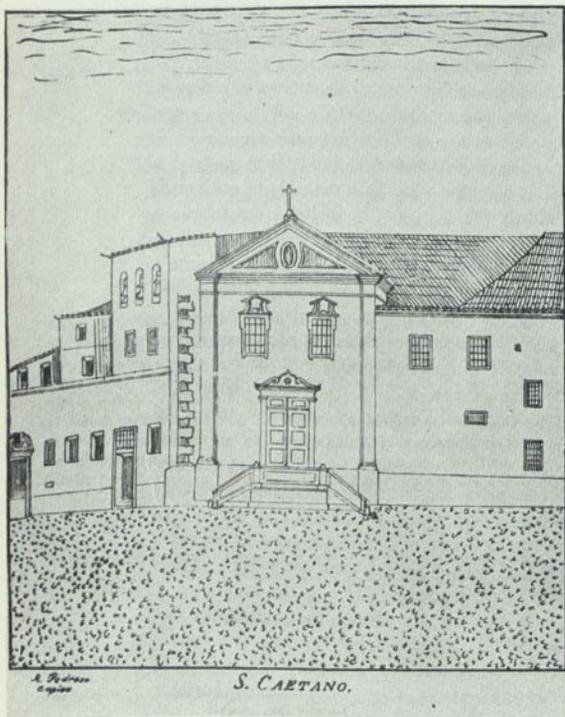
A importância destes arruamentos pode ser-nos dada pelo número de fogos, indicado pelos rois. Até 10 fogos tinham, em 1770, a Trav. de Jesus, a R. do Pasteleiro, o sítio por detrás do Abarracamento e a Trav. da Cruz; de 11 a 20 as Trav. dos Cegos, do Poço, da Estrela, do Cabra, das Mercês, de André Valente e do Conde de Soure, as R. da Regueira, de Santo António, da Procissão, de Santa Teresa e Nova do Arco, o Beco das Cabras e o Largo da Patriarcal Queimada; de 21 a 30 as R. dos Marcos, Nova da Patriarcal, das Parreiras, a Cruz de Pau, a Cotovia de Cima, o Pátio do Saldanha, o Cardal do Longo, o Abarracamento, as Trav. do Monte do Carmo e do Oratório, o Beco da Rosa e a Calçada do Combro (parte pertencente às Mercês); de 31 a 40 as Trav. de N.^a S.^a da Piedade e dos Fiéis de Deus, as R. da Palmeira, Nova de Jesus, do Loureiro e dos Caetanos e a Horta do Conde de Soure; de 41 a 50 os Cardais de Baixo, as R. de S. Boaventura e da Vinha, a Trav. dos Ingleses; de 51 a 60 as R. de Penha de França, da Arrochela e dos Poiais de S. Bento (lado Norte); de 61 a 70 o Moinho de Vento e a R. Direita da Patriarcal; de 71 a 80 a Quintinha do Saldanha, as R. da Paz, de Pedro Dias e Formosa e a Trav. do Pombal (lado oriental); de 81 a 90 as R. da Madre de Deus, da Conceição, do Monte Olivete e do Vale; de 91 a 100 as R. de N.^a S.^a dos Prazeres e da Cruz e os Cardais de Jesus; de 121 a 130 a R. do Carvalho; de 151 a 160 a R. de S. Bento (lado pertencente às Mercês); de 211 a 220 a R. da Rosa.

O que, de todos estes arruamentos, me pareceu que podia com proveito tirar-se dos rois (e, subsidiariamente, de todos os outros elementos utilizados), por economia de espaço e para lhe dar forma mais utilizável, refundi-o sob a espécie de um índice, constituindo como que um apêndice deste trabalho. Esclareça-se, desde já:

nos casos em que os arruamentos não sofreram alterações e a sua designação se manteve até hoje, eles são, sem mais, indicados; o referir-se, por exemplo, que determinada denominação se reporta a 1770, não significa que não fosse usada antes, significa só que esse ano é o mais ou menos nítido limite «a quo» do estudo feito; se se procurou dar uma ideia da dimensão de prédios de algumas ruas, e isso não foi feito em relação a todos os prédios de todas as ruas é porque esse elemento só se encontra nos livros da Décima e porque a enumeração dos sobrados e lojas de cada prédio não é feita nos prédios isentos, nos ocupados pelos respectivos donos e nos alugados na totalidade a um só inquilino.

Essas lojas e esses sobrados, por quanto estavam alugados? De 344 sobrados de que me foi possível determinar o custo, a renda situava-se numa média ligeiramente superior a 24\$120, entre um máximo de 138\$000 e um mínimo de 6\$000; entre 7\$200 e 16\$000 variavam as rendas de 7 sobrados e sobradinhos de barracas. Em 353 lojas, de rendas oscilando entre 4\$800 e 67\$200, a média situava-se em valor ligeiramente superior a 17\$120. Mais modestas seriam as 11 designadas por lojinhas, com rendas de 6\$000 a 28\$000 (média pouco acima de 11\$250); as 25 lojas e lojinhas de barracas eram no um pouco mais (renda média de 10\$650, entre 3\$000 e 18\$000). Há ainda alugados 2 quartos (no palácio de Pombal) por 400\$000 e 600\$000, 4 cocheiras entre 12\$000 e 48\$000 (26\$650 como média) e 11 barracuinhas (rendas entre 3\$200 e 14\$400, com média mal superior a 4\$470). Havia 18 lojas e 37 sobrados devolutos.

O montante dos 9 % cobrados sobre o rendimento dos prédios parece ter tendência para decrescer (de 1768 a 1774, respectivamente, 2814\$425, 2710\$090, 2640\$895, 3283\$962, 2715\$862, 2085\$734, 2035\$544). O aumento verificado em 1771 é devido à cobrança de 591\$651, referente ao 2.^o semestre de 1769 e aos anos de 1770 e 1771, por deixarem de ser considerados isentos 35 dos 46 prédios que até aí o eram; destes, 11 pertenciam a padres, 13 a congregações religiosas e instituições de assistência (3 às Carmelitas dos Cardais, 2 aos Cae-



Convento dos Caetanos, no local hoje se ergue o Conservatório Nacional

tanos, 2 aos Inglesinhos, 1 aos Dominicós do Corpo Santo, Hospício dos Religiosos Carmelitas de Pernambuco, Religiosas de Santa Marta, Hospício dos Religiosos de Brancanes, Recolhidas de N.ª S.ª dos Anjos, Recolhidas nobres e pobres), 18 a irmandades (5 à do Santíssimo, 3 à das Almas (de S. Paulo), 2 aos Terceiros de S. Francisco, 2 à de N.ª S.ª da Boa Morte, 1 às de N.ª S.ª da Saúde, da Doutrina, do Senhor Jesus dos Perdões, da Misericórdia, das Almas (de Santa Catarina), do Santíssimo (do Sacramento). Todavia, 26 desses prédios aparecem logo em 1772 de novo declarados como isentos e 2 não pagando décima mas por ir o seu rendimento para a Fazenda (pertencentes à Irmandade da Doutrina e à de N.ª S.ª da Boa Morte). Rendi-

mento colectável superior a 1000\$000 só o tinham dois prédios: os palácios do monteiro-mor (1446\$000) e o do ainda designado nos livros da Décima de 1770 como conde de Oeiras (3000\$000). A propósito se diga que era o marquês, com os seus 8 prédios rendendo 5246\$400, o maior proprietário da freguesia. Seguiam-se-lhe, com rendimento colectável avultado, o monteiro-mor (2180\$800 referentes a 4 prédios), D. António José de Melo (1933\$000 de 4 prédios), o conde de Soure (1425\$000 de 5 prédios), Manuel Bernardo de Melo e Castro (1276\$800 de 6 prédios).

Terminemos este acumular de dados com uma breve digressão pela freguesia. Subindo pela R. da Rosa, depois de deixarmos, à esquerda, as «Casas de Denis de Mello chamadas do Cunhal das Bolas», ocupadas pelo principal Almeida, encontramos mais adiante, quase ao findar a rua, umas «Casas do Sereníssimo Sr. Infante D. Pedro» e, dois prédios passados, as casas do conde de Soure «em que se acha a Casa da Opara». É um casarão enorme, com um armazém de vinhos, alugadores de segos, uma loja «com jogo de bilhar», um fundidor de cobre, um vendedor de leite de burra, um mestre de meninos, etc., e com «Todos os mais sobrados, loges, e mais pertenças arrendados em trezentos e trinta e seis mil reis (16) a João Gomes Varela impreçario da d.ª Casa da Opara»; o mesmo Varela, no 2.º semestre, era dado como «sem interesses na dita Casa» e, continuando a ser lançada a mesma renda nos anos de 1771, 1772, 1775 e 1776, a situação é sempre a descrita no livro de Arr. de 1771: «Não se lançou pessoa algũa por findarem os exercicios desta Casa antes de vencimento algum das respectivas pessoas, e não trabalhar o d.º tia-tro».

Demos uma vista de olhos às construções provisórias das terras do conde de Soure, passemos prudentemente de largo pelo Cardal do Longo e prossigamos pela R. Direita do Colégio dos Nobres. Se descermos a R. do Monte Olivete, o 3.º quarteirão à nossa esquerda é o Seminário da Patriarcal (compreendido entre as actuais ruas do Monte Olivete, Luís Fernandes e S. Marçal e Trav. de S. Sebastião). Neste estavam arrolados 12 indivíduos em 1770, 10 em 1771, 8 em

1772, 23 em 1773 (dos quais 1 padre, 3 criados, 2 criadas e uma outra mulher), 15 (e 12 familiares) em 1774, 28 (dos quais 1 capelão, 3 mulheres, 8 menores) em 1775 (neste ano, como no anterior, não vem expressamente indicado como seminário).

Descendo pela R. da Conceição, Trav. do Cego e R. da Madre de Deus à Trav. Nova da Cotovia, atravessemos esta e percorramos toda a R. da Quintinha e, pela Trav. da Arrochela, contornemos o quarteirão que nos fica à esquerda. Avistaremos o Hospital dos Terceiros. As «Pessoas q. Estão dentro do Hospital de Jezus» são, em 1775, 9 homens (menos Nicolau Barbosa Viana, os mesmos que desde 1770; em 1771 há ainda um criado e um Francisco Falcão) e 6 mulheres, as mesmas desde 1770 (em 1771 há mais duas); de 1770 a 1773 é ainda indicado o P. Manuel da Cunha Veloso. Prossigamos e viremos à direita. Em vez de subirmos pela rua dos Cardais, optemos pela R. Nova dos Arcos, incipiente arruamento onde quase só encontramos barracas (edificações que, todavia, chegam a ter 2 lojas e 2 sobrados). Deixámos para trás o Recolhimento do Espírito Santo. Além da regente, Eufémia de Jesus, só há, de 1770 a 1773, 22, 18, 24 e 16 recolhidas, servidas por uma criada em 1773 e entre 2 e 4 de 1770 a 1772 e por 3 ou 4 (em 1771) escravas; em 1775 a regente é D. Helena Vitória (já estava no recolhimento em 1770), as recolhidas são só 9 e há 3 escravas. Se fossemos até à R. Formosa, passaríamos pelo palácio do marquês de Pombal que, instalado na Ajuda, o tem arrendado aos negociantes ingleses Daniel Artur, Alberto Meyer e David Pery (2 quartos aos primeiros e «todo o mais Palácio, e suas pertenças» ao último, por 2000\$000, renda que imediatamente nos faz pensar o insinuado por Ratton nas «Recordações»). Mas é tempo de repousar. Viremos à esquerda, por um tortuoso caminho, a Trav. da Horta, onde só encontramos uma «Cazas, e horta do Ex.^{mo} Conde de Oeyras de loges, e sobrados» tudo por 320\$000 arrendado a Filipe Rodrigues «com casa de pasto, de bebidas, e bilhar».

E repousemos desta caminhada. E pensemos que ela teria valido a pena se pudesse vir a sugerir a quem de direito a necessidade de, por essas

terras adiante, se procurar, sistemática e rapidamente, localizar o que ainda resta de rois de desobriga (e as Décimas, à excepção das de Lisboa e Estremadura e quase nada mais, onde pararão?) e, deixando-os embora onde devem estar, nas suas sedes paroquiais, catalogá-los e pô-los em condições que lhes garantam a conservação e a possibilidade de acesso pelos estudiosos.

Abarracamento — *Designado como Abarracamento dos Soldados em 1772. Em 1770 o rol «das mulheres e filhos dos soldados que estão no abarracamento no Sítio da Cotovia» indica 24 fogos; há 27, 29, 44, 35 e 40, de 1771 a 1775.*

Abarracamento (Junto ao) — V. *Patriarcal Queimada (Largo da).*

Abarracamento (Por cima do) — V. *Patriarcal Queimada (Largo da).*

Abarracamento (Por detrás do) — V. *Patriarcal Queimada (Largo da).*

Abarracamento (R. do) — V. *Patriarcal Queimada (Largo da).*

Abarracamento (Rua defronte do) — V. *Patriarcal Queimada (Largo da).*

Abarracamento para cima (Do) — V. *Patriarcal Queimada (Largo da).*

Academia das Ciências (R. da) — V. *Arcos (R. dos).*

André Valente (Trav. de) — *Na planta de Carvalho é denominada Beco da Ascensão. Tinha 4 prédios (do lado esquerdo para baixo só um, pertencente ao monteiro-mor), 3 dos quais com 13 lojas e 19 sobrados.*

Arcos (R. dos) — *Assim chamada de 1767 a 1769 e de 1771 a 1775; em 1770 aparece indicada como R. Nova do Arco. É a actual R. da Academia das Ciências. A Décima chama-lhe R. Nova dos Arcos e indica 13 barracas (com 14 lojas e lojinhas e 5 sobrados e sobradinhos) e 2 prédios.*

Arrochela (R. da) — *Assim indicada nos Róis, é-o na planta de Carvalho e actualmente como Travessa.*

Arrochela (Trav. da) — V. *Arrochela (R. da).*

Ascensão (Beco da) — V. *André Valente (Trav. de).*

- Cabra (Trav. do) — V. *Horta do Cabra* (Trav. da).
- Cabras (Beco das).
- Caetanos (Calçada Nova dos) — *Aparece em 1775 (ou 1774?)*.
- Caetanos (R. dos) — *Assim designada de 1767 a 1770 e em 1773 e na Décima; como Travessa em 1771, 1772 e 1775. Tinha 13 prédios (10 do lado direito para cima), 2 dos quais rasos, 4 isentos e os 7 restantes com 14 lojas e 18 sobrados.*
- Caetanos (Trav. dos) — V. *Caetanos* (R. dos).
- Calçada do Combro (Largo da) — V. *Combro* (Calçada do).
- Cardais (R. dos) — V. *Cardais de Jesus*.
- Cardais de Baixo — *Deles se destaca, em 1771, o Beco da Conceição dos Cardais.*
- Cardais de Jesus — *Incluíam (em 1770) o Recolhimento do Espírito Santo e o Hospital dos Terceiros e surgem com esta designação em 1770, 1771, 1774 e 1775; em 1771 autonomiza-se o Largo de Jesus; correspondem em 1772 à R. Direita dos Cardais de Jesus, arruamento que em 1773 aparece desdobrado em R. Direita dos Cardais de Jesus e Cardais de Jesus. Correspondiam principalmente à actual R. Eduardo Coelho. De 1767 a 1769, cerca de 70 % dos Cardais de Jesus, antes de acrescentados pela remodelação, chamavam-se R. Nova dos Cardais de Baixo ou R. Nova dos Cardais (distinta dos Cardais de Baixo). As décimas de 1770 e 1771 chamam-lhe R. dos Cardais indicando assim, respectivamente, a parte que pertencia às Mercês: «lado esquerdo contra o Poente por ser abinda a direita do fim da rua da Superintendência de Santa Isabel, principiando do canto da Rua da Rosa, fronteiro ao pateo da Opara»; «lado dir. principiando do cunhal das casas do Ex.^{mo} conde de Soure, defronte da R. da Cruz; e lado esquerdo contra o Poente, por ser o resto do dir.^o da freg. de St.^a Isabel».*
- Cardais de Jesus (R. Direita dos) — V. *Cardais de Jesus*.
- Cardal do Longo.
- Carmo (Trav. do) — V. *Monte do Carmo* (Trav. do).
- Carvalho (R. do) — *É a actual R. Luz Soriano.*
- Em 1770 é a 3.^a em número de fogos (130) e tem 36 prédios (26 do lado direito para cima, 10 do esquerdo), 23 dos quais com 37 lojas, 62 sobrados e 1 cocheira.*
- Cecílio de Sousa (R.) — V. *Procição* (R. da).
- Cego (Trav. do) — *Conserva esta denominação de 1771 a 1775, tendo a de Trav. dos Cegos em 1770.*
- Cegos (Trav. dos) — V. *Cego* (Trav. do).
- Colégio dos Nobres (R. Direita do) — V. *Direita do Colégio dos Nobres* (R.).
- Combro (Calçada do) — *De 15, 16 e 17 fogos de 1767 a 1769, passa a 26 em 1770, 28 em 1771, 34 em 1772 (dos quais 14 pertencentes ao Largo da Calçada do Combro) e 1773, 33 em 1775 (partilhados com o Largo do Poço Novo). Este largo, de designação incerta e em vias de autonomização, corresponde ao actual de D. António de Sousa de Macedo.*
- Conceição (Beco da) — *Tem esta designação em 1773 e 1775 e a de Beco das Freiras em 1772 e 1774; aparece em 1771 como Beco da Conceição dos Cardais, destacado, em relação a 1770, dos Cardais de Baixo (mas, como Beco das Freiras, já neste ano aparece na Décima, com 1 prédio de 4 lojas e 3 sobrados e 6 barracas com 8 lojas e lojinhas e e sobrado).*
- Conceição (R. da) — *Denomina-se hoje R. Marcos Portugal.*
- Conceição dos Cardais (Beco da) — V. *Conceição* (Beco da).
- Conde de Soure (Horta do) — *Designada como Pátio em 1771.*
- Conde de Soure (Pátio do) — V. *Conde de Soure* (Horta do).
- Conde de Soure (Trav. do) — *Na planta de Monteiro e no rol de 1773 chama-se Trav. da Opera.*
- Convento de Jesus (Trav. do) — V. *Nova de Jesus* (R.).
- Cotovia (Largo da) — V. *Cotovia* (Largo da Praça da).
- Cotovia (Largo da Praça da) — *Designação de 1772 que corresponde à Cotovia de Cima de 1770 e à R. e Largo da Cotovia de 1771 (englobando a R. Nova da Patriarcal). Em*

1773 *desdobra-se* (com número menor de fogos, no total) em Largo da Cotovia e Largo da Praça da Cotovia. Este (que tinha maior número de fogos que o outro) passa em 1774 a chamar-se Praça das Flores.

Cotovia (R. e Largo da) — Designação surgida em 1771. Englobava (designações de 1770) a R. Nova da Patriarcal e a Cotovia de Cima (e mais qualquer coisa). Em 1772 a R. Nova da Patriarcal tornou a autonomizar-se como R. da Procissão.

Cotovia de Cima — Designação que encontro em 1770; em 1771 faz parte da R. e Largo da Cotovia e em 1772 é o Largo da Praça da Cotovia.

Cruz (R. da) — Nela se abria o Pátio do Saldanha, normalmente considerado arruamento autónomo. A partir de 1771 engloba a Trav. de Jesus. Corresponde a parte da actual R. da Cruz dos Poiais.

Cruz (Trav. da) — De 1767 a 1769 é indicada como Rua; esta «degradação» deve ser devida à existência de arruamento homónimo no território em 1770 incorporado à freguesia. A Décima continua a chamar-lhe Rua e indica os seus 6 prédios (sòmente 1 do «lado esquerdo p.^o baixo»), 2 dos quais com 7 lojas e 7 sobrados.

Cruz de Pau — V. Direita da Cruz de Pau (R.).

Cruz de Pau (R. da) — V. Direita da Cruz de Pau (R.).

Cruz dos Poiais (R. da) — V. Cruz (R. da).

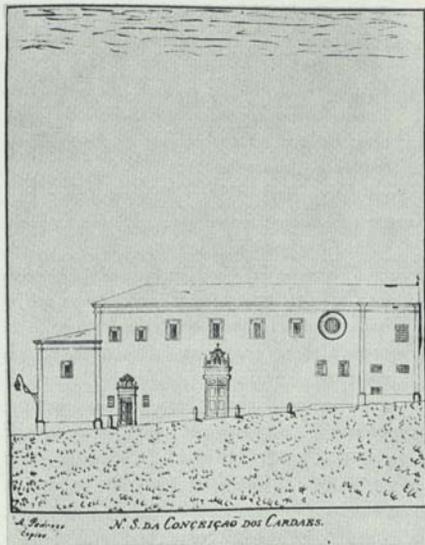
Direita dos Cardais de Jesus (R.) — V. Cardais de Jesus.

Direita do Colégio dos Nobres (R.) — Denominada em 1770 R. Direita da Patriarcal. Corresponde à R. da Escola Politécnica e a parte da Praça do Príncipe Real.

Direita da Cruz de Pau (R.) — Assim denominada de 1767 (troço de arruamento da casa do monteiro-mor à de Lázaro Leitão Aranba) a 1770; em 1771 a designação (que aparece também em 1770) é R. da Cruz de Pau; é Cruz de Pau o topónimo usado em 1772, 1773 e 1775.

Direita das Mercês (R.) — V. Mercês (Trav. das).

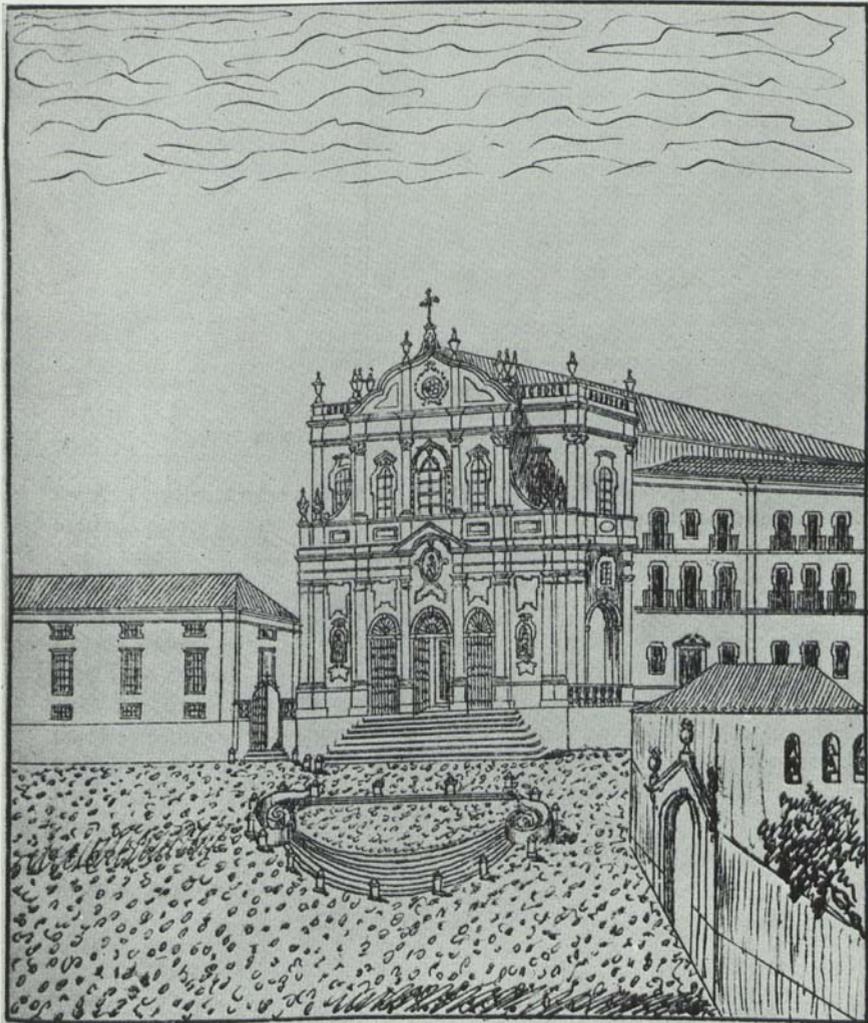
Convento da Conceição dos Cardeais,
na actual R. de O Século



- Direita do Moinho de Vento (R.) — V. *Moinho de Vento*.
- Direita da Patriarcal (R.) — V. *Direita do Colégio dos Nobres (R.)*.
- Direita do Poço Novo (R.) — V. *Poiais de S. Bento (R. dos)*.
- Direita dos Poiais de S. Bento (R.) — V. *Poiais de S. Bento (R.)*.
- Direita de S. Pedro de Alcântara (R.) — *Indicada com o n.º 17 na planta de Monteiro, corresponde-lhe a actual R. Dom Pedro V.*
- D. António de Sousa de Macedo (Largo de) — V. *Combro (Calçada do)*.
- Dom Pedro V (R.) — V. *Direita de S. Pedro de Alcântara (R.)*.
- Eduardo Coelho (R.) — V. *Cardais de Jesus*.
- Engenheiro Miguel Pais (Calç.) — V. *Penha de França (R. da)*.
- Escola Politécnica (R. da) — V. *Direita do Colégio dos Nobres (R.)*.
- Estrela (Trav. da) — *Tinha somente 1 prédio do lado esquerdo para cima e 2 do direito.*
- Fiéis de Deus (Trav. dos).
- Flores (Praça das) — *Designação atribuída a partir de 1774 ao Largo e Praça da Cotovia (V.)*.
- Formosa (R.) — *Corresponde a parte da actual R. de O Século. Do «lado dir.¹⁰ p.^a baixo principiando do fim da rua do moinho de vento» tinha 7 barracas (com 8 lojas e 3 sobrados) e, depois, 9 prédios; do outro lado situava-se um alpendre com barraca e 7 prédios; tinham 10 dos prédios 33 lojas, 42 sobrados e 3 cocheiras.*
- Freiras (Beco das) — V. *Conceição (Beco da)*.
- Gustavo de Matos Sequeira (R. de) — V. *Seminário (Trav. do)*.
- Horta (Travessa da) — *Não indicada na planta de Carvalho nem individualizada nos rois, é indicada na Décima com um único fogo.*
- Horta do Cabra (Trav. da) — *Assim designada em 1767, 1769 e 1771 a 1773. Nos rois de 1768, numa folha aparece esta designação e, no verso, a de Trav. do Cabra; esta última é a que se encontra em 1770 e 1775, assim como na Décima (que indica os escassos 3 prédios, 2 dos quais com 5 lojas e 7 sobrados, que lhe correspondem).*
- Imprensa Nacional (R. da) — V. *Pombal (Trav. do)*.
- Ingleses (Trav. dos) — *Corresponde às actuais Trav. dos Inglesinhos (que é o topónimo utilizado nos livros da Décima) e R. João Pereira da Rosa. Tinha 7 prédios (5 do lado direito «contra o Nascentes») 6 dos quais com 20 lojas e 29 sobrados.*
- Inglesinhos (Trav. dos) — V. *Ingleses (Trav. dos)*.
- Jasmim (R. do) — V. *Jasmins (R. dos)*.
- Jasmins (R. dos) — *Designação surgida em 1773. Chama-se R. Nova da Patriarcal em 1770 e R. da Procição (V.) em 1772; em 1771 faz parte da Rua e Largo da Cotovia. Corresponde à actual R. do Jasmim.*
- Jesus (Cardais de) — V. *Cardais de Jesus*.
- Jesus (Largo de) — *Talha-se nos Cardais de Jesus a partir de 1771.*
- Jesus (R. Nova de) — V. *Nova de Jesus (R.)*.
- Jesus (Trav. de) — *Pequeno arruamento de somente 2 fogos indicado em 1770; a partir de 1771 é incorporado no lado sul da R. da Cruz.*
- João Pereira da Rosa (R.) — V. *Ingleses (Trav. dos)*.
- Loureiro (R. do) — *Em 1771 autonomiza-se como R. Nova do Loureiro um pequeno arruamento (4 fogos) que logo em 1772 perde essa autonomia. É esta segunda denominação, a actual, que acabou por prevalecer para toda a rua. Tinha 9 prédios, 6 dos quais com 21 lojas e 10 sobrados, do «lado esquerdo p.^a cima por não ter cazas do lado dir.¹⁰»*
- Luís Fernandes (R.) — V. *Seminário (Trav. do)*.
- Luz Soriano (R.) — V. *Carvalho (R. do)*.
- Madre de Deus (R. da) — *É a actual R. Manuel Bernardes.*
- Manuel Bernardes (R.) — V. *Madre de Deus (R. da)*.
- Marcos (R. dos) — *Desaparece a denominação a partir de 1771; vão passar a corresponder, pelo menos parcialmente, a este arruamento o Seminário da Patriarcal e as ruas de S. Francisco e de S. Marçal (V.)*.
- Marcos Portugal (R.) — V. *Conceição (R. da)*.
- Mercês (Trav. das) — *Designada de 1767 a 1769 como «Rua da Porta Principal da*

- Igreija*) e na *Décima* como *R. Direita das Mercês*. Tinha 7 prédios (6 do «lado dir.^{to} contra o Poente»), 4 dos quais com 7 lojas e 8 sobrados.
- Moinho de Vento — Tinha entre 18 e 20 fogos nos anos de 1767 a 1769 e 66 em 1770. Em 1771 desdobra-se em Beco do Moinho de Vento, «Moinho de Vento Parte de Tras», «Moinho de Vento Rua Direita» ou «Rua direita do Moinho de Vento» e «Moinho de Vento Norte», com 9, 5, 26 e 21 fogos, respectivamente. Em 1772 há *R.* (58 fogos) e Beco (8) do Moinho de Vento. Em 1773 e 1775 é de novo e só Moinho de Vento (73 e 66 fogos, respectivamente). As *Décimas* de 1770 chamam-lhe *R. do Moinho de Vento* considerando só pertencente às *Mercês* o «lado esquerdo contra o Poente por ser o dir.^o da freg.^a de *N. S.^a da Encarnação*».
- Moinho de Vento (Beco do) — *V. Moinho de Vento*.
- Moinho de Vento (*R. do*) — *V. Moinho de Vento*.
- Monte do Carmo (Trav. do) — Assim designada em 1770 e 1775, chama-se em 1771 *R. de N.^a S.^a do Monte do Carmo*; divide-se em 1772 em *Rua* e *Travessa de N.^a S.^a do Monte do Carmo*, que se juntam em 1773 sob a designação de *Travessa*; em 1774 denomina-se *Trav. de N.^a S.^a do Carmo* (ou do Carmo). É a actual *Trav. do Monte do Carmo* e corresponde à *R. dos Nobres* assinalada na planta de Monteiro de Carvalho.
- Monte Olivete (*R. do*) — Tem esta denominação (que é a actual) em 1770, 1772, 1774 e 1775; é indicada como *Trav. do Monte Olivete* em 1771 e como *R. de N.^a S.^a do Monte Olivete* em 1773.
- Monte Olivete (Trav. do) — *V. Monte Olivete (Rua do)*.
- Nobres (*R. dos*) — *V. Monte do Carmo (Trav. do)*.
- Nossa Senhora do Carmo (Trav. de) — *V. Monte do Carmo (Trav. do)*.
- Nossa Senhora do Monte do Carmo (*R. de*) — *V. Monte do Carmo (Trav. do)*.
- Nossa Senhora do Monte do Carmo (Trav. de) — *V. Monte do Carmo (Trav. do)*.
- Nossa Senhora do Monte Olivete (*R. de*) — *V. Monte Olivete (R. do)*.
- Nossa Senhora da Penha de França (*R. de*) — *V. Penha de França (R. da)*.
- Nossa Senhora da Piedade (Trav. de) — Tem esta designação entre 1770 e 1772. Em 1773 está designada como *Trav. da Piedade* e como *Trav. Nova da Piedade* em 1774 e 1775.
- Nossa Senhora dos Prazeres (*R. de*) — *V. Prazeres (R. dos)*.
- Nova do Arco (*R.*) — *V. Arcos (R. dos)*.
- Nova dos Cardais de Baixo (*R.*) — *V. Cardais de Jesus*.
- Nova da Cotovia (Trav.) — Tem o n.^o 3 na planta de Monteiro e corresponde à actual *R. Nova da Piedade*.
- Nova de Jesus (*R.*) — É a actual *Trav. do Convento de Jesus*.
- Nova do Loureiro (*R.*) — *V. Loureiro (R. do)*.
- Nova da Piedade (*R.*) — *V. Nova da Cotovia (Trav.)*.
- Nova da Piedade (Trav.) — *V. Nossa Senhora da Piedade (Trav. de)*.
- Ópera (Pátio da) — *V. Rosa (R. da)*.
- Ópera (Trav. da) — *V. Conde de Soure (Trav. do)*.
- Oratório (Trav. do) — A *Décima* considera-se como constituindo com a dos *Fieís de Deus* um só arruamento («*Traveça do Oratório e fieís de D.^o*»), de 13 prédios, 9 dos quais com 14 lojas e 22 sobrados.
- Palmeira (*R. da*).
- Parreiras (*R. das*).
- Pasteleiro (*R. do*) — Encontro o topónimo em 1770; a partir de 1771 perco o rasto deste pequeno arruamento com 6 fogos e 14 habitantes.
- Patriarcal (*R. Direita da*) — *V. Direita do Colégio dos Nobres (R.)*.
- Patriarcal (*R. Nova da*) — *V. Jasmíns (R. dos)*.
- Patriarcal Queimada (*Adro da*) — *V. Patriarcal Queimada (Largo da)*.
- Patriarcal Queimada (*Largo da*) — Encontro esta designação em 1770; os indicados como habitando neste ano no Largo e «*Por detras do Abarracamento*» estão em 1771 localizados no *Adro da Patriarcal Queimada* e dentro da

- mesma (dentro da Patriarcal são indicados 9 fogos neste ano, 1 em 1772, 2 em 1774, 1 em 1775). Os habitantes do Adro são localizados em 1772 sob indicações vagas: «Junto o Abarracamento» e «Do Abaracam.¹⁰ para sima», designações que se fundem em 1773 em R. de frente do Abarracamento, tornam a desdobrá-la em 1774 em R. do Abarracamento e «Por detrás do Abarracam.¹⁰» e a subsumir-se em 1775 sob a designação de «Por cima do Abaracam.¹⁰».
- Patriarcal Queimada (Dentro da) — V. Patriarcal Queimada (Largo da).
- Paz (R. da).
- Pedro Dias (R. de) — Esta designação, utilizada nos Rois, é a do arruamento actual que, com a Trav. da Peixeira, corresponde à Trav. de Pedro Dias indicada na planta de Carvalho.
- Pedro Dias (Trav. de) — V. Pedro Dias (R. de).
- Peixeira (Trav. da) — V. Pedro Dias (R. de).
- Penha de França (R. da) — Mantém-se o topónimo nos anos analisados com a variante, em 1773, de R. de N.^a S.^a da Penha de França. É a actual Calç. Eng.^o Miguel Pais.
- Piedade (Trav. da) — V. Nossa Senhora da Piedade (Trav. de).
- Poço (Trav. do) — V. S. Sebastião (Trav. de).
- Poço Novo (Largo do) — V. Combro (Calçada do).
- Poço Novo (R. Direita do) — V. Poiais de S. Bento (R. dos).
- Poiais de S. Bento (R. dos) — Tinha, em 1770, 54 fogos. Desdobra-se, em 1771, em Poiais de S. Bento (17 Fogos) e R. Direita do Poço Novo (40 fogos). Reunem-se em 1772 na R. Direita dos Poiais de S. Bento (56 fogos). A designação actual volta a usar-se a partir de 1773.
- Pombal (Trav. do) — Actual R. da Imprensa Nacional.
- Porta Principal da Igreja (R. da) — V. Mercês Trav. das).
- Prazeres (R. dos) — Assim designada, como actualmente, de 1772 a 1775; como R. de N.^a S.^a dos Prazeres em 1770 e como Trav. dos Prazeres em 1771.
- Prazeres (Trav. dos) — V. Prazeres (R. dos).
- Príncipe Real (Praça do) — V. Direita do Colégio dos Nobres (R.).
- Procissão (R. da) — Corresponde, na planta de Carvalho, às actuais Ruas Cecílio de Sousa e do Iasmim. Nos rois, em 1770, o que é hoje R. Cecílio de Sousa vem indicado como R. da Procissão (originando, em 1771, a R. de S. João Baptista e a de S. Sebastião (V.) e será o que corresponde à R. do Iasmim que vem indicado como R. Nova da Patriarcal (e se chamará, em 1772, R. da Procissão). Designada na «Relação das paróquias (. . .)» também como R. da Procissão do Corpo de Deus.
- Quintinha (R. da) — V. Quintinha do Saldanha.
- Quintinha do Saldanha — É a rua indicada na planta de Monteiro e designada actualmente como R. da Quintinha.
- Regueira (R. da) — Só a encontro indicada em 1770.
- Rosa (Beco da).
- Rosa (R. da) — De 1771 a 1773 o Pátio da Ópera é considerado à parte; em 1770 e 1775, como fazendo parte da R. da Rosa. Como se verifica pela planta de Carvalho, a entrada para o Pátio era por onde hoje se abre a R. de S. Boaventura. De 1767 a 1769 é ainda chamada R. da Rosa das Partilhas. É o arruamento com maior número de fogos (212) e prédios (46); não há que relacionar estes números, pois esses prédios são só os do «lado esquerdo p.^a sima por pertencer o dir.¹⁰ a superintendencia da freg.^a da Encarnação»; 31 dentre eles tinham 57 lojas, 69 sobrados e 2 cocheiras.
- Saldanha (Pátio do) — Em 1773 e 1774 não é considerado separadamente, mas como incluído na R. da Cruz.
- Santa Teresa (R. de) — Denominação mantida de 1770 a 1774. Em 1775 é designada como Travessa.
- Santa Teresa (Trav. de) — V. Santa Teresa (R. de).
- Santo António (R. de) — Tem esta denominação de 1770 a 1772 (englobando, neste ano, a R. de S. Francisco) e a de Trav. entre 1773 e 1775 (período em que de novo está dimi-



*A. Pedroso
Copiou*

N. S. DE JESUS.

- nuída, pela autonomização da Trav. de S. Francisco de Borja).
- Santo António (Trav. de) — V. Santo António (R. de).
- S. Bento (R. de) — *Embora só o lado oriental pertencesse à freguesia, é o arruamento que aparece em 2.º lugar, quanto a número de fogos (160).*
- S. Boaventura (R. de) — *A actual, passando para N. da Trav. do Conde de Soure, tem a mais que a antiga o cotovelo que, abrindo na R. da Rosa, o faz pela entrada para o Pátio da Ópera. Dos seus 21 prédios (12 dos quais com 21 lojas e 22 sobrados), 17 eram do «lado esquerdo para sima».*
- S. Francisco (R. de) — *Surge em 1771 do desmembramento da R. dos Marcos; em 1772 faz parte da R. de Santo António; em 1773 renasce como Trav. de S. Francisco de Borja.*
- S. Francisco de Borja (Trav. de) — *Surge com esta designação em 1773; em 1772 estava incorporada na R. de Santo António, em 1771 denominava-se R. de S. Francisco, em 1770 fazia parte da R. dos Marcos.*
- S. João Baptista (R. de) — *Formada, em 1771, a partir da R. da Procissão (com mais alguns fogos recém-instalados ou pertencentes a arruamento cuja correspondência toponímica não descubro). Absorve, em 1772, a R. de S. Sebastião.*
- S. José (Trav. de) — *Encontro-a a partir de 1773.*
- S. Marçal (R. de) — *Surge em 1771, pela divisão da R. dos Marcos; em 1772 engloba o Seminário da Patriarcal. Era de dimensões bastante mais reduzidas que a actual. Nos livros da Décima de Santa Isabel é indicada como R. dos Marcos ou de S. Marçal.*
- S. Sebastião (R. de) — *Surge em 1771 do desmembramento da R. da Procissão; incorpora-se em 1772 na de S. João Baptista. Corresponde, suponho, à parte inferior da actual R. Cecílio de Sousa.*
- S. Sebastião (Trav. de) — *O arruamento tem esta denominação em 1771, 1774 e 1775 e a Trav. do Poço em 1770, 1772 e 1773.*

O Século (R. de) — V. Formosa (R.).

Seminário (Trav. do) — *Arruamento com o n.º 10 na planta de Carvalho; correspondem-lhe as actuais Ruas de Gustavo de Matos Sequeira (parcialmente) e Luís Fernandes. Seminário da Patriarcal — Em 1770 é situado na Trav. do Poço e a partir de 1772 na R. de S. Marçal; em 1771 faz parte de um arruamento, a que dá o nome, formado por divisão da R. dos Marcos.*

Vale (R. do).

Vinha (R. da) — *Do «lado dir.^{to} p.^a sima» se situavam 5 dos seus 17 prédios (9 dos quais com 14 lojas, 19 sobrados, 1 cocheira).*

(¹) A. Vieira da Silva, «As freguesias de Lisboa», pág. 18.

(²) «A Freguesia de Nossa Senhora das Mercês no 1.º Quartel do Século XVIII», por Maria de Lourdes Akola da Cunha Meira do Carmo da Silva Neto, Centro de Estudos Demográficos do Instituto Nacional de Estatística, 1967.

(³) Maria de Lourdes Neto, ob. cit., pág. 105.

(⁴) Não se esqueça que, pelo menos, os valores de 1768 e 1769 não são exactos.

(⁵) Por motivo óbvio não tomei em consideração os indivíduos com apelidos estrangeiros.

(⁶) Cujas data de morte o dicionário «Portugal», de Esteves Pereira e Guilherme Rodrigues, diz ser desconhecida, informação que ecoa na Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira; na realidade o óbito verificou-se em 16/3/1783 (cfr. L.º 5 de Óbitos de S. Vicente, f. 47; todavia, a data da abertura do testamento é a de 14), não sendo já Morganti parouquiano das Mercês.

(⁷) E foi em busca de elementos sobre ele que, graças à minha teimosia e à muita gentileza do Rev. Pároco das Mercês, localizei este fundo documental; a minha dívida de gratidão a Sousa será saldada quando, em lugar e altura oportunos, retificar o que inexactamente se tem afirmado sobre a sua naturalidade, provando que ele não era brasileiro mas reinol; e, desde já, chamando-lhe Henrique, e não Henriques, como erradamente aparece grafado, quer nas Descobrigas, quer nas Décimas.

(⁸) Cfr. Mercês, L.º 2 de Óbitos.

(⁹) «Lisboa Antiga — Bairro Alto», Vol. III, pág. 112 de 3.ª ed. (fala também em edificação do palácio nas págs. 22 e 23).

(¹⁰) Cfr. L.º 294 de Testamentos, f. 17.

(¹¹) Ob. cit., pág. 86.

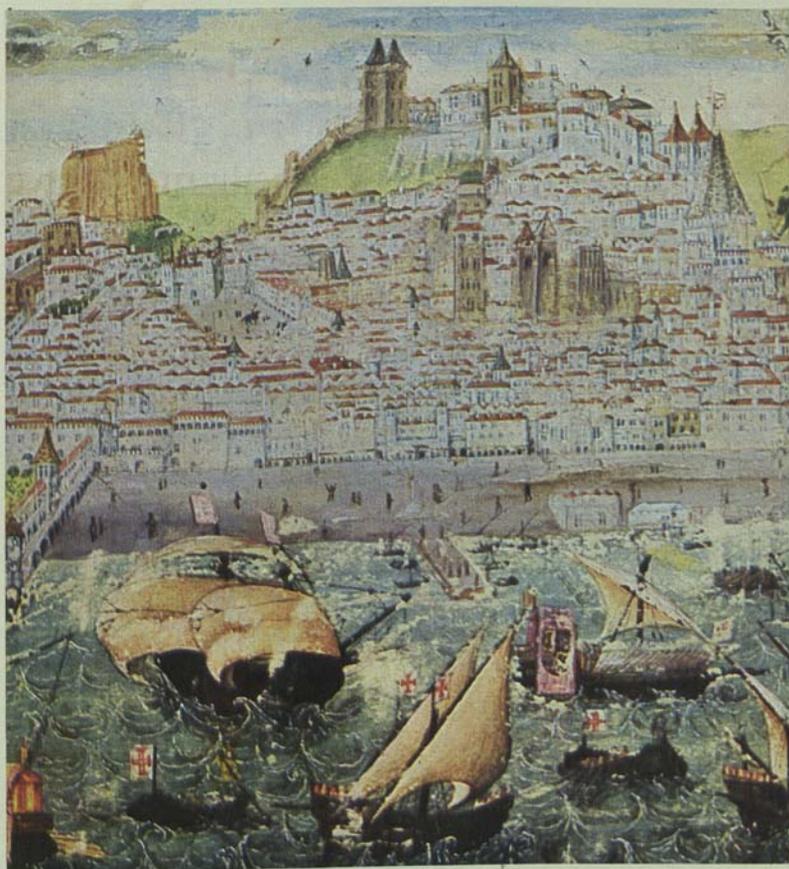
(¹²) Ob. cit., pág. 94.

(¹³) Ob. cit., pág. 104.

(¹⁴) Ob. cit., pág. 103.

(¹⁵) Ob. cit., pág. 85.

(¹⁶) Mais 10 moedas que os 288\$000 indicados para ano anterior por J. de Castilho («Lisboa Antiga — O Bairro Alto», IV, pág. 162 da 3.ª ed.).



PORMENOR DA TOMADA DE LISBOA AOS MOUROS EM 1147
ILUMINURA DE ANTÓNIO DE HOLANDA — SÉCULOS XV/XVI
(CRÓNICA DE D. AFONSO HENRIQUES DE DUARTE GALVÃO
— DO MUSEU CASTRO GUIMARAES — CASCAIS)



OS AZULEJOS DO

CONVENTO DA GRAÇA DE LISBOA

Anexo à igreja da Graça (tão conhecido do povo alfacinha pela célebre e respeitada Imagem do Senhor dos Passos, donde sai anualmente em tradicional procissão), erecta lá no topo do morro que domina, a cavaleiro, toda a baixa lisboeta, ergue-se o Convento do mesmo nome há muitas dezenas de anos desocupado dos seus legítimos donos e construtores, os frades graciosos da ordem de Santo Agostinho, e transformado em aquartelamento militar. Lá esteve, até há pouco, o 1.º grupo das Companhias de Saúde, o qual tive a honra de comandar, em longa comissão.

Não é, no entanto, a história das vicissitudes conventuais que me traz aqui — obra futura de outro melhor aparo.

Desejo, apenas, para que de todo se lhe não perca a memória, dar notícia ao público duma obra artística ainda lá existente, para cuja conservação e bom estado bastante contribui, a fim de que dela se mantenha lembrança, mesmo quando o vandalismo dos tempos futuros a tenha des-

feito e reduzido a pó — como sucede a tantas outras, por esse país iconoclasta além.

A Direcção dos Monumentos Nacionais, por intervenção minha, se ficou devendo seu registo fotográfico, que agora dou a público, com os meus agradecimentos pelo serviço prestado.

Entra-se no ex-Convento, reedificado no século XVIII por Caetano Tomás de Sousa, passando sob arco abobadado que nos conduz a um claustro gracioso e simples. Quadrado, de 20 metros de lado interno e 27 no externo, levanta-se-lhe, ao centro, a boca oitavada de cantaria da cisterna, com restos das ferragens antigas; era de abóbada de tejo. Em torno, com a traça alterada por inelegante teimosia dum oficial (já chamado a contas), corria o passeio claustro, de chão lajeado outrora, pavimentado a vidro, actualmente. Inestéticos azulejos recentes e ordinários cobrem-lhes as paredes. Falta de gosto!



Fig. 1 — Beato Fr. Alvaro de Lisboa

Deste se passa, por arco de origem, num canto, para o grande claustro conventual, amplo, de planta quadrada, também, de 30 metros no lado interno e 40 no externo, com 2 pavimentos, muito semelhante ao filipino do próximo Convento de S. Vicente de Fora da mesma época e, quiçá, até da mesma mão.

No fundo poente collocaram o antigo refeitório, de abobadado alto, a gozar da vista sobre a cidade, alegre, desafogada e calma.

No lado occidental do mesmo claustro, situa-se a sala capitular fradesca, a peça mais notável, sem contestação, de todo o conjunto, pela collecção de azulejos que encerra, ainda bastante bem conservados, apesar do vandálico e criminoso atentado de cegarem os olhos de todas as personagens. Boas almas!

Para ela dava uma capela, que foi de mérito, com altar de embrechados marmóreos e igual moldura do retábulo — o que me parece coisa muito rara — hoje desmantelado, com desapareção do frontal, tudo, no entanto, ainda de meu conhecimento, obra do mesmo género e composição.

A entrada para o capítulo faz-se por uma como-ante-sala, com dois arcos, à nossa esquerda, da qual sobe ampla escadaria, à dextra, a ligar ao piso superior.

Nesse recanto, já algo se mostra das munificências artísticas, que iremos copiosamente encontrar.

Entremos na quadra, que se alonga na face maior do claustro, orçando assim por uns 30 metros de comprido e uns 8 de largo.

A parede oriental alegra-se com a abertura de vários vãos para o claustro, enquanto a oposta corre inteiriça, salvo a entrada da capela atrás referida.

Ao passar a porta, transposto o arco mais à esquerda, logo encontramos o primeiro painel de azulejos, a revestir as paredes até dois metros de altura, em tons de azul de variados matizes, sobre fundo branco, a levar-lhes o sombreado precioso e a acusar o relevo necessário. Do 1.º quartel do século XVIII, não assinados, não encontrei sigla ou sinal que os pudesse identificar quanto ao autor, mas são de feitura portuguesa e, julgo, lisboeta.

Pertencem a um de 2 tipos diferentes quanto à figuração; porém, todos são representativos de passos da vida de diversos membros da Ordem, muitos deles antigos habitantes do cenóbio, e, quase sem excepção, considerados «Veneráveis», quer dizer já dignos de culto, pelo menos particular.

Mártires quase todos, o conjunto é sinal de devoção de seus irmãos de Regra, prova de

Fig. 2 — Beato Frei Guilherme de Sagos





Fig. 3 — Beatos Fr. António d'Elvas e Fr. Inocencio de Barcelos

admiração e respeito pelas obras deles, realizadas aquém e além-mar.

São de dois tipos, como disse:

uns (chamemos-lhes individuais) mostram apenas um ou dois homenageados, com os respectivos elementos biográficos ligeiros, a rememorá-los; outros, em majestosos e grandes quadros estendidos sobre a parede mais longa, a da direita, ricos de pormenor, representam cenas inteiras mais importantes ou de maior relevo religioso e social.

Seguindo por ordem de encontro, topamos com

1) *Beato Fr. Alvaro de Lisboa.*

Dentro de moldura rica de ornatos floreados e de adornos renascentistas enfeitados, no topo cimeiro, com cabeças angelicais, e aos lados, com grinaldas floridas que descem sobre anjos sentados e de asas levantadas — um sacerdote, revestido de casula e manípulo, lança esta frase da sua boca:

«Quasi sol refulgens sic iste»

dirigindo-se a um frade ajoelhado a seus pés.

Na base farfalhada de enfeites pode decifrar-se um dístico explicativo, em legenda:

«Lança de seu rosto peregrinas Luzes»

Não sei se será tradução livre das palavras citadas, se alusão à memória biográfica do Beato, sobre o qual não consegui obter melhores informes.

2) Segue-se o «*Beato Padre Guilherme de Sagos*, natural de Tentugal, o qual, segundo a legenda infraposta «padeceu martirio em Nagumovela (?) da Arménia Maior.»

(A Arménia Maior (Major) situava-se entre o Tigre, a sul; o Eufrates, a Oeste; a Assíria, a leste; a Ibéria ou seja a Georgia, a Norte, lá na Ásia).

... Até onde se espalharam os nossos fradinhos, levando consigo a Fé de Cristo e um pouco da nossa alma lusitana!!

É composição de 4 metros de comprido e mostra a degolação (por meio de cimitarra, às mãos dum turco na presença de quatro homens vestidos à oriental, um deles longibarbudo) dum pobre fradinho semi-ajoelhado, em ar de vítima inocente predisposta ao sacrifício.

Aqui, o conjunto é completamente diverso, e o quadro tem aspeto de pretender apresentar determinado facto histórico. À esquerda, um dromedário marca exotismo, colocado à frente das muralhas citadinas fortes e resistentes.

A legenda é apresentada em cartela por duas figuras aladas, tudo enquadrado em moldura setecentista.

3) Separado do segundo, como este do primeiro, por janelão com bancos de pedra em cujo vão de grossa parede se desenham cenas de caça, de pesca e de pastorícia, apresentam-se

«B. Fr. António de Elvas e

Fr. Innocencio de Barcellos» os quais «padeirão em Lunel de França, às mãos dos luteranos 1561 — 17 de Março»

Os mártires estão em pé, lado a lado, serenos e majestáticos, e outra figura feminina, de costas para nós, o olhar enlevado neles.

«Credo in Sanctam catholicam et apostolicam Ecclesiam» é brado que lhes sai da boca, enquanto um anjo os coroa de mártires e os sicários lhes enterram longos punhais.

(Lunel ou Lunate é cidade a 24 km NE de Mompilher, terra de bom vinho, onde os protestantes se fortificaram no século XVI).

Em segundo plano, por trás das figuras, vêem-se nitidamente lanços amuralhados e torres de defesa.

A moldura e as dimensões são semelhantes às do anterior.

(Não confundir este Fr. António de Elvas com o homónimo, sob D. João II enviado em missão a Castela, em 1483).

4) Vem a seguir

«Beato Fr. Manuel da Nazareth da cidade de Lisboa».

«Morreu pela Fé à mãos dos mouros na ilha de Zamzibar (sic) ano 1646» (?).

(Zanzibar é a forma portuguesa de Zanghíbar, ou seja «terra de negros»: Bar, costa; Zang, negro. Para os portugueses, «mouros» eram todos os islamitas, fosse qual fosse a cor da epiderme e as convicções sunitas ou chiitas.

A 28 de Janeiro de 1488, no regresso da nunca assaz celebrada primeira viagem de Vasco

Fig. 4 — Beato Manuel da Nazareth



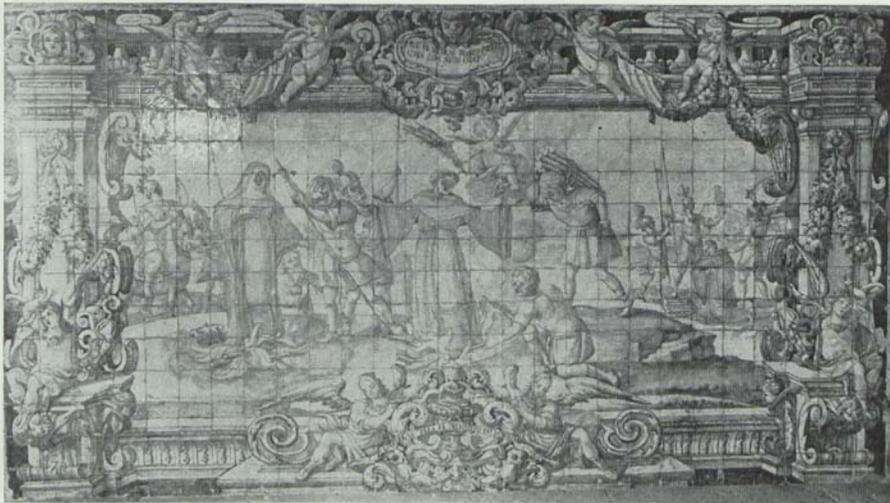


Fig. 5 — Beato P. Fr. Nicolau de Melo

da Gama à Índia, este navegador tocou, também pela vez primeira, em Zanzibar).

Enquanto o espetam com comprida lança e o ferem com alfange, o mártir exclama: «facti sunt sicut oves occisionis».

Moldura e medidas semelhantes aos dois anteriores, enxergam-se no plano fundeiro dois agrupamentos humanos com trajes ricos. . . em demasia para tal ilha, conversando animadamente, alheios ao martírio.

5) Vem, a outro lado do janelão,

«B. P. Fr. Nicoláo de Melo, português com seus comp.^{os}» (companheiros) «que padeceram pela fé de Cristo em Moscovia, ano 1614».

«Igne nos examinasti», pode ler-se na palma do mártir, segura por um anjinho, explicando bem patente o processo usado para o matar: a fogueira chamejante sob seus pés, atçada com vontade pelo carrasco. De braços abertos, em ar de quem perdoa, o frade está erecto. Ao lado, uma freira arde também, pois achas não faltam, trazidas às costas de mancebo que verga sob o peso. Mais ao fundo, outro mártir está sentado junto ao lume, ainda apagado, que soldados em-

penachados lhe preparam. Um velho ajoelhado reza e implora à vítima, e, por trás, imponente cavalgada se esboça, esfumada na paisagem.

É quadro dramático, espectacular, mas ainda iremos encontrar melhor.

— Este Fr. Nicolau, eremita da Ordem Agostinha, nado em Belmonte (1550), professou em Castela e foi martirizado na Rússia (Astracá). O azulejo diz claramente 1614. Outras fontes indicam 1616, erradamente, e até 1611 em evidente gralha: 30-XI-1614.

Deixou de sua autoria, consequência de missãoção pelas Filipinas, Rússia e Oriente: «Relação dos trabalhos que padeceu na conversão da gentildade.»

6) «B. P. João Estaço, natural de Angra», onde veio à luz em princípios de 1500 e falecido em 4-4-1553 em Valhadolide, é o imediato. Professara em Salamanca e foi ao México. Converteu e baptizou mais de 200 000 indígenas, pelo que o crismaram «Apostolo de Huaxteca». Em 1545, vigário provincial naquele país, missionava na própria língua indígena que aprendera. Fundou conventos em Huetjutla, Puebla

e Tepecuacuilco e em 1550 seguiu para o Perú, conselheiro do vice-rei António de Mendoza. Em 1552 voltou a Espanha, nomeado bispo de Guadalajara (México), mas faleceu a seguir.

De grandes virtudes, com dons de profecia, foi tido por santo mesmo em vida. Deixou manuscrito: «Memorial dos singulares favores e benefícios que recebi da Mão Divina».

Do tipo individual, «Cristo apareceu-lhe e mostrou-lhe as cinco chagas» — reza a legenda.

Fig. 6 — Beato P. João Estação



Da boca divina sai a frase: «Vide quem vole extuli».

É conjunto cuja moldura repete a de Fr. Álvaro de Lisboa, diferindo no centro, quando o Divino Senhor mostra as mãos e os pés a seu adorador ajoelhado e extático.

Beato João Estaço é glória açoreana, e os conterrâneos nele têm grande confiança e muita admiração.

7) Chegámos agora à parede do fundo:

O «V. P. Fr. Diogo de Santanna, natural do Termo de Bargaça (*sic*) com 5 bispos e 10 sacerdotes das duas dioceses prestam obediência ao Sumo Pontífice». Nasceu em Lampares (ou Rumo de Lampares), lugarejo de Bargaça.

À esquerda sobre uma mesa, collocaram o Crucifixo, por baixo do qual se lê «Romano/Pontifice B/Petri Apos/tolorum/Principis/successori obe/dientiam spon/demus ac juramus».

Da mesma banda, três bispos empunhando o báculo, à frente da cruz arquiépiscopal, ajoelham, enquanto Fr. Diogo com gesto imperativo aponta o Crucificado e o dístico referido. À sua esquerda, de joelhos, no primeiro plano, um prelado (o Papa?) com ar humilde e benévolo, e, atrás, mais dois bispos com seus báculos; religiosos e cavalheiros e pagens todos estão reverentes. Pelo ar, revoada de anjos com trombetas e clarins.

«Ite Angeli veloces ad gen/tem convulsam»

No enquadramento superior mais dois anjos empunham tubas, e «puttiti» desfraldam ramos de flores.

A legenda inferior (que atrás transcrevemos) está segura por dois anjos maiores. A cena passa-se no interior de aposento renascentista.

— Fr. Diogo professou em Lisboa (1594) após formatura em Salamanca. Em 1595 foi para a Índia com D. Fr. Aleixo de Menezes e seguiu

Fig. 7 — Venerável Padre Frei Diogo de Santana

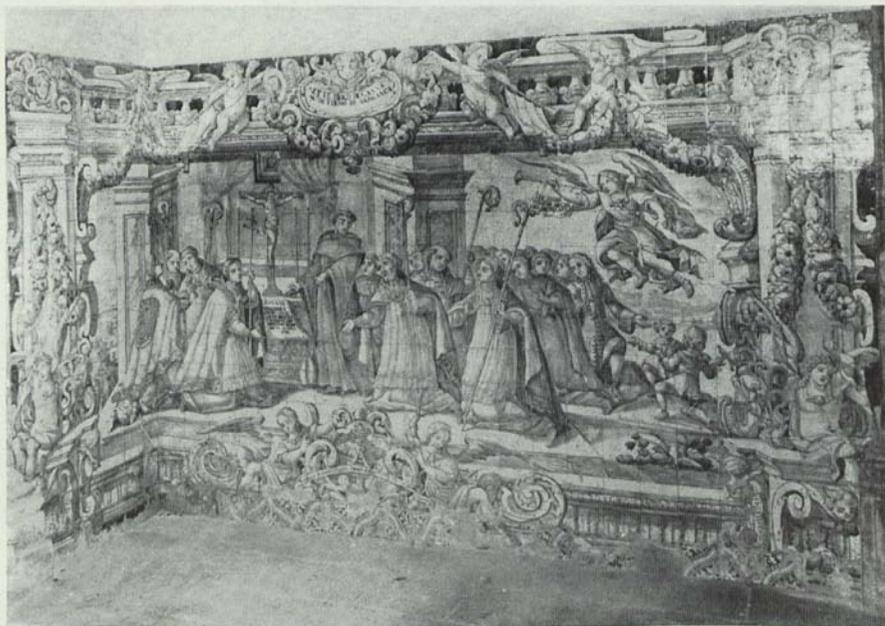
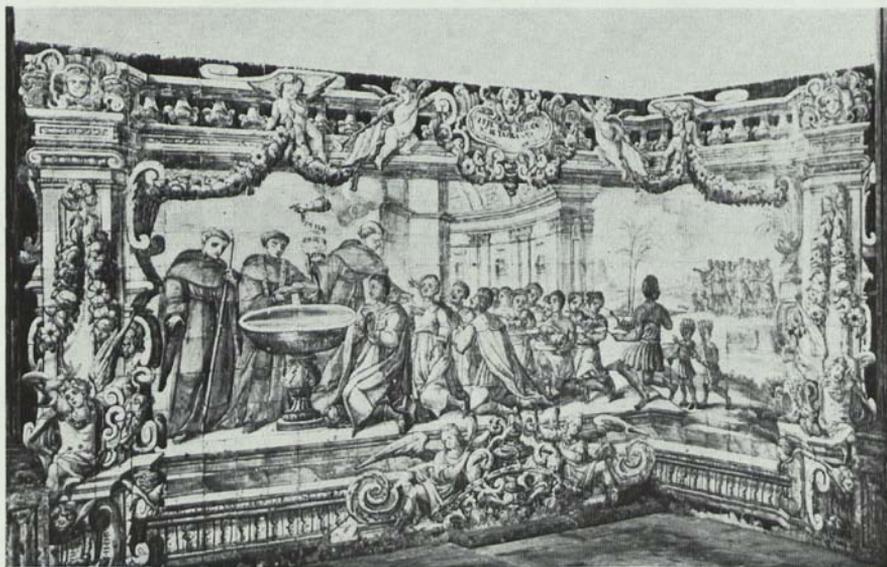


Fig. 9 — Veneravel Fr. Aleixo
de Pena Firme



Fig. 10 — Veneravel Fr. Pedro da Graça



(17-2-1629), filho doutro vice-rei D. Afonso de Noronha, e veio para o reino.

Além de «Sermões», publicou «Verdadeira relação do grande e portentoso milagre que aconteceu com o Santo Crucifixo do coro da igreja das freiras de Santa Mónica de Goa a 8-2-1636» (Lisboa 1640).

8) Em face traseira do pilar, que separa, no fundo da crasta, os dois arcos simétricos aos da entrada, está outro azulejo, cuja moldura repete a de Fr. Álvaro, a mostrar dois prelados ostentando pálio, sentados lado a lado em cadeirões:

«V. D. Fr. Agostinho de Castro, arcebispo de Braga e V. D. Fr. Aleixo de Menezes, arcebispo de Braga»

A legenda infra diz: «Missão de Africa — Missão de Azia» (*sic*) e cada um desdobra ante si comprido fólio ou pergaminho:

«Predicate evangelium omnia creatura» lê-se num; «Ite. . . mitto vos sicut agnos inter lupos», no outro.

O primeiro arcebispo (nascido em 16-X-1537 e chamado a Deus a 25-XI-1609), filho de D. Fernando de Castro e de sua mulher D. Maria Ayala, professou em 1555 e chamava-se Pedro antes de tomar hábito. Definidor da Ordem, esteve em Roma no Capítulo Geral onde mostrou talento, e foi mandado, como visitador, por Gregório XIII, (Buoncampagno 1572 a 1585, o Papa do calendário) a reformar os conventos da Alemanha.

Pregador de Rodolfo II, regressou encarregado por Filipe II de serenar os irmãos de Aragão um pouco insubmissos; e, por isso, foi nomeado Arcebispo de Braga (1583). Deixou catálogo dos antístites antecessores, a história da viagem à Alemanha e Constituições do Arcebispado bracarense.

O segundo encheu páginas gloriosas da história da Índia e a ele me refiro, com certa minúcia, no meu estudo «Dois Santos Algarvios» (?). Governador daquele Estado e membro da regência de Portugal, arcebispo de Goa e primaz de Braga, decorreu-lhe a vida entre 25-1-1559 e 3-5-1617. João de Barros refere-se-lhe nas «Décadas». Alguns passos da sua vida estão registados em belos azulejos do Convento da Graça de Torres Vedras, cuja reprodução já várias vezes

teentei, sem sucesso, infelizmente, mas ainda espero ter o gosto de ver feita.

9) Virado para o centro do quadro, costas contra costas dos antecedentes, «V. Fr. Aleixo de Pena Firme» mostra-se-nos aqui.

(Pena Firme era Convento levantado na praia de Santa Rita, ao N. da de Santa Cruz, ali a Torres Vedras, ao qual D. Diniz legou 100 libras e hoje transformaram em seminário-liceu do Patriarcado.) (?)

Nada consegui averiguar mais acerca deste frade, com chapéu de peregrino compostelano, acompanhado por anjo que o vai guiando, como o de Tobias. Só sei que existe num morro, sobranceiro ao mar, a «Cruz de Frei Aleixo», a ele referido. Foi contemporâneo do Beato João de Estremoz, adiante referenciado.

«Angelis suis Deus mandavit de te», pode-se ler nos baixos do quadro, cuja legenda ensina: «Acompanhou-o hum anjo na romaria de Sant Iago». A moldura é igual às individuais anteriores.

10) Ainda na parede do fundo, «V. Fr. Pedro da Graça», N.^o. (natural) de Tavira» é lembrado em conjunto de espalhafato.

Professou aqui na Graça em 1-V-1562 e seguiu para Africa occidental onde muito trabalhou e rendeu. Escreveu «História da Missão do Congo e Mina».

«No reino de Mina e Congo converteu e baptizou 4 reis gentios com seus filhos e vassallos», recorda a legenda. Deixou a vida a 19-3-1582.

É composição majestosa duns 8 metros. Três frades em torno de grande pia baptismal (já o Sacramento não era dado por imersão) procedem ao baptizado de numeroso grupo de negros bem trajados, agrupados em massa, de joelhos, seguidos de dois pretinhos semi-nus e doutro, adulto, portador numa salva da coroa e do ceptro real.

Dois irmãos seguram grandes velas acesas, outro lê as palavras sacramentais; ao mesmo tempo sai, de dentro de nuvem aérea, o braço e a mão da Providência como a espargir palavras, em bênção de bom agúrio:

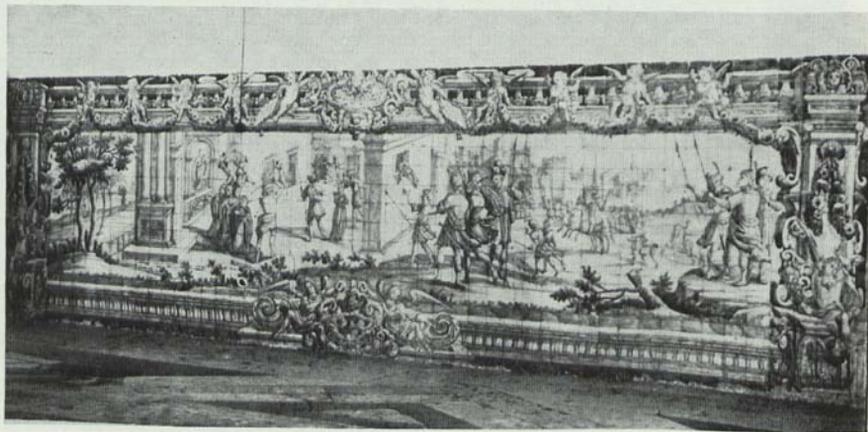
«Constui te su/per gentem/et super». . .

No livro, *quase* se pode ler o texto litúrgico, tal a finura de traço.

*Fig. 11 — Veneravel Fr. Gaspar
de Lisboa e Veneravel Fr.
Atanásio de Arronches*



Fig. 12 — Beato Fr. Luis da Horta



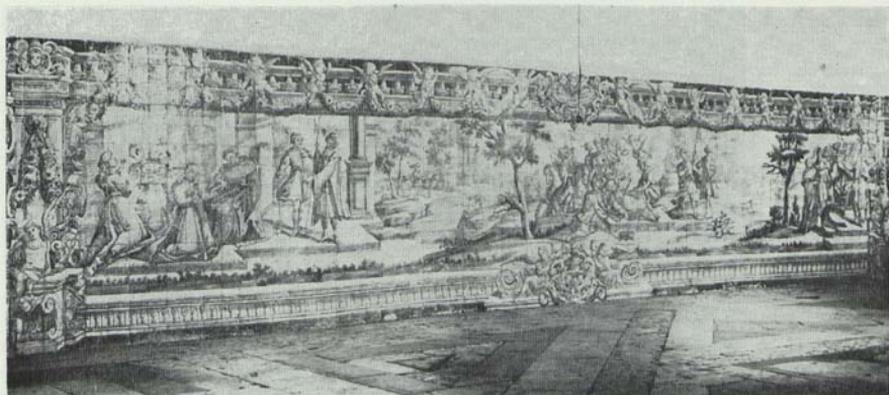


Fig. 13 — A venerável D. Gativanda,
Rainha do Gorgistão

11) Seguem-se, já na parede da direita (vimos circulando à roda) «V. Fr. Gaspar de Lisboa e V. Fr. Athanazio de Arronches», os quais «padecerão pela Fé na Missão de Mina. Ano 1575».

Ostentam palmas de mártires e numa se lê com dificuldade, qualquer coisa como isto:

«Ungulae ... flagrum ... pro Christi nomine».

Não pude obter quaisquer pormenores biográficos.

A moldura mantém o risco atrás indicado.

12) «B. Fr. Luis da Horta natural de Goa e prior de Mascate com seus subditos e comp.^{os}» (companheiros), «padecerão martirio em Mascate às mãos dos Índios em 1647. 31 Outubro».

Fig. 14 — Beato Padre Fr. António da Natividade

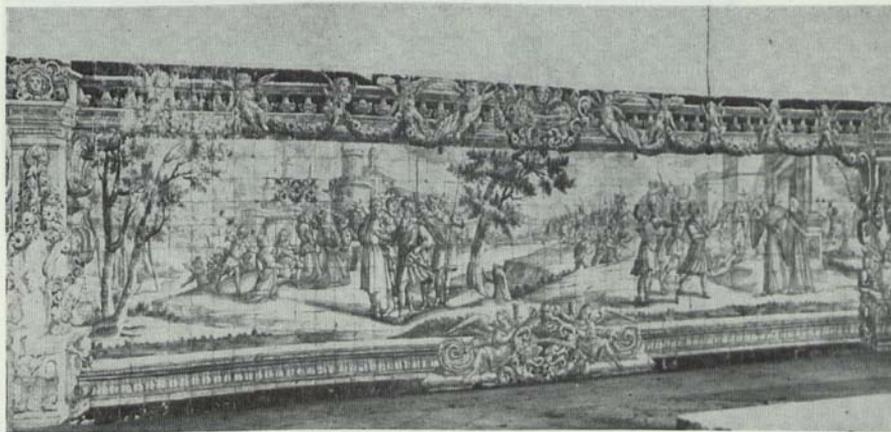




Fig. 15 — Veneravel Padre João da Cruz

É peça monumental de 7 metros, repartida em duas partes: na primeira, os frades são degolados à cimitarra em grupo, ajoelhados submissamente. Das portas abertas da prisão, soldados armados puxam outros cristãos e uma mulher também vai ser degolada, mas em pé.

Os algozes, uns de tronco nu, outros à janisara, ferem sem piedade.

Na segunda cena, mais movimentada, sem dúvida, um mártir é lançado pela jancla fora de forte construção e vai cair nas garras dum grupo de assassinos armados de espada, lança e broquel em atitude inamistosa.

Vêem-se torres agudas e portas de torreão e muralhas, no plano fundeiro, perante as quais, em largo terreno, campeiam cavaleiros à gineta. Na extrema direita, três guerreiros em primeiro plano mostram-se arrogantes e temíveis.

— Mascate (outrora Imanato) fica na Arábia Meridional, sobre o mar de Oman, à entrada do Golfo Pérsico. Tomada por Albuquerque (1507) e aportuguesada, em 1522 D. Duarte de Menezes mandou-a fortificar. Em 1552, o capitão João de Lisboa, por ordem do visorei D. Afonso de Noronha, construiu as duas fortalezas ainda existentes: Bab el Kebir (Porta Nova), a Oeste; Bab el Seguer (Porta Velha) a Leste.

Em 1658, à traição, o «iman» Soltan ibn Saif penetrou na cidade e trucidou todos os portugueses: assim caiu o último baluarte lusitano, lá longe na Pérsia.

Fr. Luís da Horta é glória da igreja goesa, e mais um nome a acrescentar na lista longa de sacerdotes e mártires de origem indiana.

13) A figura central do enorme seguinte painel duns 9 metros, é agora, uma mulher heróica:

a «*Veneranda D. Gativanda, R^a* (rainha) de Gorgistão, Irmã e Filha espiritual da Ordem de Santo Agostinho», conforme expressamente se reza.

«Padeceu martirio em Xirás da Persia a 22 de Setembro de 1624».

(O Gorgistão (ou país de Gorgo ou Corgange (Khorkandj)) fica na Trans-oxiania, ou seja a Bactriana ou Turquestão (Ásia Central), com Samarcande por capital.

(Xirás ou Chiraz é cidade do Irão, fundada em 700 pelos muçulmanos, pátria de poetas, centro de cultura e de artesanato, produtora de ricos tapetes. À época era soberano local Abbas I, o Grande (1587-1629). Celebrizavam-na os bazares e os caravanserralhos que atraíam muitos forasteiros. Os sismos de 1823 e 1824 danificaram-na muitíssimo.

(Xiraz era, também entre nós, designação genérica aplicada a todos os não-árabes do Golfo Pérsico).

O martírio foi pavoroso: arrancaram-lhe os seios: «Adjuva me Deus in tortura mamillarum mearum» supplica a rainha soluçante.

Aqui, as cenas são três:

À sinistra, a vítima, ajoelhada com suas aias, aos pés do confessor, prepara-se para morrer, esperada à porta por dois guerreiros. No centro, separados por colunas de base quadrada e árvores raquíticas, homens a cavalo e a pé incarnçam-se contra a infeliz, deitada de costas no chão, as mamas arrancadas por longas tenazes. Anjinho volitante mantém suspensa a coroa de mártir.

À dextra, separado por outras árvores, grupo de cristãos rodeia uma urna, sobre a qual o dístico «Ossos da R^a. (rainha) martir» se encontra escrito.

A cena central ficou de realismo que arripia e confrange: vêem-se as tenazes a aquecer no forninho, que o artista bem desenhou.

14) «*O B. P. Fr. Antonio da Natividade*, n^o. (natural) de Lisboa com seus companheiros», os quais «padeirão em Mombaça, com os cristãos doutrinados. Ano 1613 a 12 Agosto», é o assunto doutro, também, enorme painel, repartido em duas metades.

Em frente de cidade amuralhada com forte torre redonda de vários andares, coroada de ameias, cinco mulheres, de aspecto e trajas europeus, em genuflexão, sujeitam-se aos maus tratos de militares, sob a vista complacente dos maioraes, em amena cavaqueira a assistir, imperurbáveis, à chacina.

Ao lado, na outra metade, que árvore frondosa limita, no primeiro plano, dois frades, de pé, são afrontados por guerreiros em atitude hostil, enquanto do fundo marcha forte coluna mar-

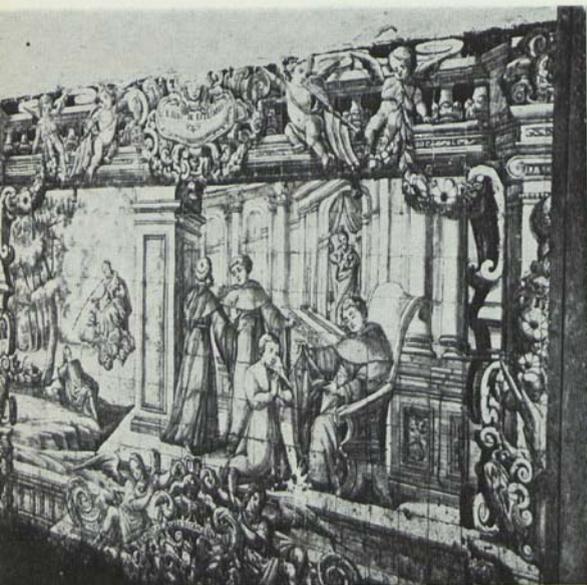


Fig. 16 — Beato João de Estremoz

cial de infantes, sob o comando de cavaleiro montado em feroso corcel.

— Mombaça, península ligada a Portugal desde a 1.ª viagem de Vasco da Gama, tem história conhecida e não vale repeti-la aqui. Como sabido, pretenderam armar traição ao Capitão-mor na ida para a Índia.

«Foi tomada por o Vizo Rey dō Fr^{co}. dalmeida. Ano 1505. A fortaleza fundou o vizo Rey Matias dalbuquerque Ano 1590», lê-se no Atlas de João Teixeira.

Da nossa passagem, resta a fortaleza de Jesus, padrão (até no nome) do sentido português de evangelização. Começada a construção por João Batista Cairato (ou João Batista, Giovanni Baptista Cairato) em 11-4-1593, caiu em 1699 sob poderio árabe; reconquistada em 13-3-1728, no ano seguinte capitulou ingloriamente.

Lá deixámos grande impressão que durou para além dos tempos e das gerações, como regista Boxer (*).

É que nós seguíamos o conselho de S. Francisco Xavier, que jamais deveríamos ter esquecido: «Com estes homens da Índia» (e nestas palavras se entendia toda a parte oriental da África) «por rogos muito se acaba e por força nenhuma cousa».

Em 1698 (18 de Novembro) escrevia de Goa a el-rei de Portugal o príncipe Dau: «Athé os vassallos mouros de Vossa Majestade têm lealdade portuguesa».

Por isso, temos conseguido *durar* no espírito e na alma dos autóctones.

Na tomada de Mombaça, entrou um ascendente meu, D. João Pereira, filho do Conde da Feira, capitão de Chaul, que serviu na Índia 16 anos até 1604. Combateu no cerco de Chaul e bateu-se no Cunhale. Foi para a Índia em 1533. Recebera a capitania de Goa em 1527, mas não a exercitara.

Não o confundir com outro D. João Pereira (seu tio?), que morreu em Alcácer Quibir, marido de D. Maria de Noronha e pai de D. Sebastião Pereira, a quem foi dada a capitania de Chaul pelos serviços do pai, nem com Dom João Frojas (Forjaz) Pereira, Conde da Feira, vice-rei da Índia desde 1608.

Também João Álvares Pereira, seu parente próximo (irmão de Adrião Pereira, fidalgo da

Casa Real, com serviços na Índia), capitão da Nau do Trato de Moçambique para a Índia (1558), por duas vezes (filho de Gonçalo Pereira) capitaneou a nau «que foi pelo Cravo» à Maluco em 1563. Era marido de Dona Vitória Lacerda e pai de D. Leonor de Lacerda: a esta última foi dada uma viagem ao Pegú (1588) pelos serviços dele; e, à primeira dama, duas viagens a Maluco (1592).

Ao mesmo sangue pertencia Dom Nuno Álvares Pereira, filho do 3.º Conde da Feira, cuja acção nos cercos de Moçambique (1607 e 1608), foi notável (*).

— Não se deve confundir este Fr. António com o homónimo de religião, também de Lisboa, († 1655) enterrado no Convento de Penha de França, lente que foi de Coimbra e Évora, o qual não foi martirizado.

15) Voltamos agora a outro quadro individual:

«V. P. João da Cruz, de Alpedrinha»

A legenda diz: «No dia da sua morte apareceu uma estrela».

Mostra um monge, de pé, mãos erguidas a soltar este grito:

«Stella ista de mihi demonstrat» — o que parece vir esclarecer aquele dístico subposto.

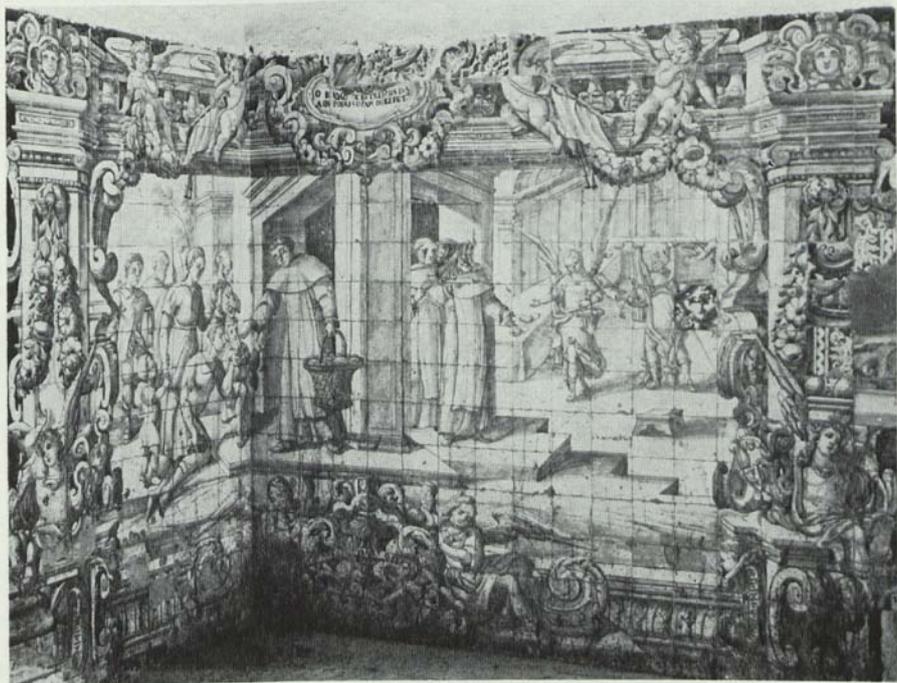
Nada sei acerca do figurado, colocado na face interna do arco de entrada.

... E com ele damos fim à parte interior do salão capitular.

16) Já fora do portal encontraremos ainda mais duas representações, ambas alusivas ao mesmo indivíduo

«O B. João de Estremoz»

Fig. 17 — Beato João de Estremoz



Trata-se do primeiro provedor do hospital das Caldas da Rainha, fundação de D. Leonor de Lancastre, quem para ali o mandou e lá o conservou 16 anos, a partir de 1482.

Faleceu no já referido Convento da Póvoa de Pena Firme, a 2 de Dezembro de 1517, onde jaz sepultado, na capela mor da igreja.

Duas vezes no-lo apresentam, como disse, sinal de grande respeito e consideração por seus serviços.

Na primeira, relatam a entrada na Ordem. João, rapazote imberbe, está adormecido e apa-

receu-lhe a Virgem a dizer, em letras colocadas em escrita invertida, da direita para a esquerda:

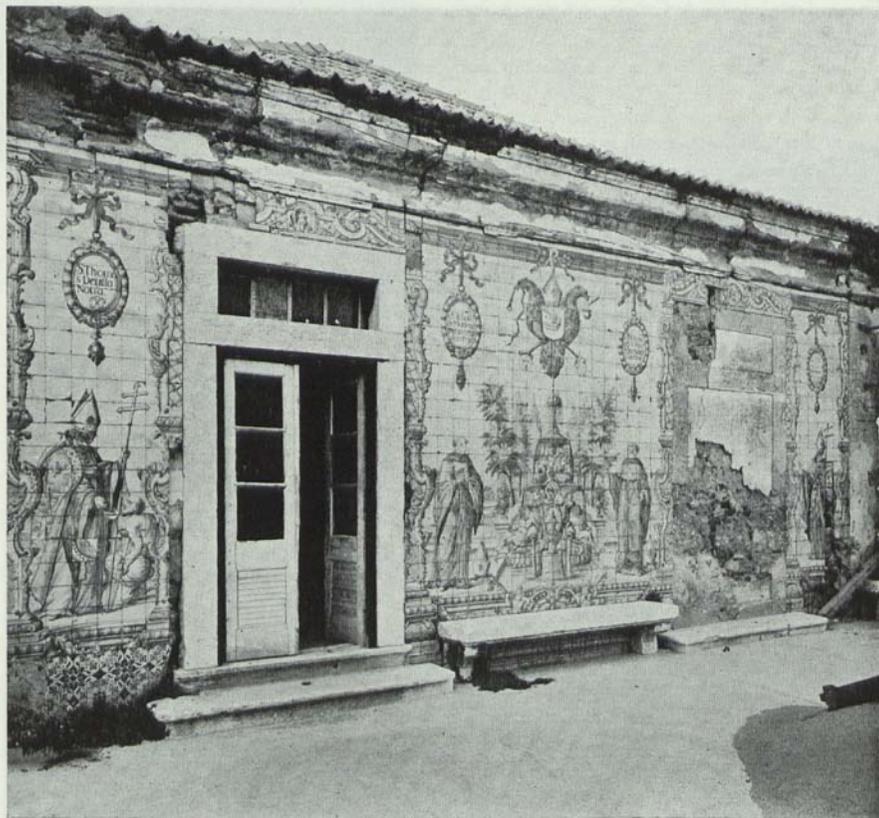
«João, vae a minha caza e fazete religioso nella».

Por isso, se lê, por debaixo:

«Mandou a V. Maria da Graça tomar habito neste convento».

Parede grossa separa tal cena da imediata, na qual o jovem se prosterna, de joelhos, perante o prior e dele recebe o hábito, na presença de dois outros irmãos, um de costas para o observador.

Fig. 18 — S. Tomás de Vilanova; Fr. Luís de Montoya; Fr. Francisco de Vila Franca; D. Fr. Aleixo de Menezes



O cenário é de simplicidade e veracidade deveras apreciável.

17) No último da série,

«B. João de Estremos dá aos pobres o pãe do convento».

E vê-se, num ângulo à portaria conventual, a distribuição por pedintes e andrajosos, novos e velhos, de pães tirados do cesto de verga, seguro pela asa na mão do benfeitor.

Outra cena representa a contrapartida de tal acto caritativo, pois (lê-se por baixo): «Retribuem os anjos aos frades o seu pãe». No refectório, a mesa comprida e vazia mostra só dois ou três pães iguais àqueles que foram dados, enquanto dois mensageiros divinos ostentam outros nas mãos e os entregam a três fradinhos admirados e espantados com tal acontecimento.

O emoldurado mantém-se igual nestes dois últimos, com anjinhos, sanefa, ramos de flores e frutos a dar realce e relevo ao painel central.

III

Noutro lugar do convento, em piso superior, ainda resta outro azulejo, merecedor de referência, se bem que modelado de modo totalmente diferente.

Em terraço — a dominar o Largo da Graça, onde bancos de pedra permitiam repouso e lazer, com seus muros cobertos de panos de azulejaria já de todo perdidos — subsiste uma parede totalmente azulejada, a azul e branco, com figurações que reputo mais modernas, apreciavelmente. (Do século XVIII, 1.^a metade, ao que informa a Crónica conventual).

18) «S. Thoma/s de Villa/Nova»

está inscrito dentro de elipse de eixo maior vertical e tem por baixo o arcebispo, de mitra e cruz processional, fixado no momento de dar comida a um aleijadinho a arrastar-se em muletas.

É santo muito invocado quando se perde qualquer objecto.

Outra elipse, igual, ao lado, encerra os dizeres:

«V. Fr. Luis/de Montoya/ Reformador desta Prov.^a» (Província).

Espanhol, n. em Belmonte (Cuenca), (1497), foi confessor del-rei D. Sebastião e, em odor de santidade, foi dar contas em 1569. Professara em 1515, em Salamanca, e durante onze anos fora prior em Lisboa. Em 1566, ao completar o Desejado dez anos, declinou o cargo de confessor régio e recolheu ao Convento (+ 1569). Deixou obras de mística, «Vida de Jesus», em vários volumes, hoje verdadeira raridade bibliografica». Em Lisboa (1588) foi publicada, em espanhol, por Jerónimo Roman, biografia deste frade, que por baixo, erecto, reza calmamente.

Fonte monumental ergue-se altaneira a separar este retratado doutros dois em situação parecida; sobre ela adeja águia bicéfala, de cujo bico pendem longa fita e um tinteiro com sua pena, ao mesmo tempo que as garras suspendem, uma, o brilhante sol, e outra, a pálida lua em minguante.

Os retratados são:

«O V. Fr. Franc.^o. (Francisco) de Villa Franca/Reformador/desta Prov.^a», e o

«V. D. Fr. Aleyxo de/Menezes/Primas/ das Espanhas» — aquele mesmo já atrás encontrado.

Do primeiro não obtive notícia; ao segundo acrescentarei o seguinte:

Era sobrinho de Lopo Soares de Albergaria, governador da Índia, e filho de D. Aleixo de Menezes (o aio de D. Sebastião, o protector de Camões). Mestre do noviciado de Lisboa com 29 anos, prior do Convento de Torres Vedras, do de Santarém e de Lisboa, foi 7.^o arcebispo de Goa, em sucessão de D. Fr. Mateus de Mendonça, também agostinho.

Embarcou em 1595, e começou a igreja de Nossa Senhora da Graça em 1597, na presença do vice-rei D. Francisco da Gama, Conde da Vidigueira.

Em 1600 fundou o mosteiro de Santa Mónica, o maior edifício monástico do Ultramar português, e o recolhimento da Serra para donzelas nobres e pobres, onde mais tarde foi residir o Arcebispo de Cranganor, como já informei noutro estudo (2).

Governador interino, e efectivo, da Índia, sucedeu-lhe André Furtado de Mendonça.

Em 1599 convocou o Sínodo de Diamper (ou Udiamper) para dar remédio a incidente religioso no Malabar.

Ao largar o governo da arquidiocese em 31-1-1611, deixou lembrança tal que se falava «do tempo dos Xavieres e dos Menezes», aludindo a S. Francisco e a ele.

Veio para Arcebispo de Braga e vice-rei de Portugal, até falecer em Madride, onde se deslocara a tratar de assuntos portugueses.

(Não o confundir nem com o pai, nem com um afilhado, homónimos; o segundo, descendente do Grão Mogol, foi baptizado por D. Aleixo).

Sepultado no Real Convento de S. Filipe de Madride e trasladado (1621) para o Colégio do Populo de Braga, levou «diante do corpo» a Cruz primacial de Braga, onde entrara, como prelado, a 8-8-1612.

IV

Eis, quanto soube dizer e explicar acerca dos azulejos do Convento da Graça de Lisboa, ainda em estado de conservação bastante apreciável, o que os torna elemento instrutivo e de nível artístico notabilíssimo, cuja perda será de lastimar.

Neste momento, julgo-os entregues em boas mãos e carinhosas; mas, receoso de quanto possa vir a suceder, quis, ao menos, dessas obras que reputo muito merecedoras de respeito, deixar débil lembrança e memória.

Estes panos de azulejos, pelos elementos biográficos e etnográficos que nos transmitem, são, não apenas, elementos artísticos do maior preço, mas, simultaneamente, servem como documento, como atestação de pormenores da vida de figuras portuguesas de relevante valor: elas deram, em holocausto à Religião, à Pátria, à civilização, o bem mais precioso — a própria vida.

Mártires da Fé — ou portugueses de origem e de nação ou só de convicção — esses nativos, que acompanham os fradinhos no heróico martírio e na inarcessível glória, foram outras tantas testemunhas das altas qualidades do povo lusitano para assimilar — assimilando-se ele também aos outros — os indígenas dos vários Continentes.

Lado a lado, pois, com a valia na arte da azulejaria, estes painéis mostram-se, incontestavelmente, como padrões da História de Portugal.

Por isso me pareceu justo e conveniente a sua publicação, pois a História se baseia, e é feita, com toda a sorte de especimens documentais: e estes azulejos são mais um e de categoria, indubitavelmente.

Deveriam mesmo ser considerados, *oficialmente*, como monumento histórico a conservar e a defender. Nem tão ricos somos que tais valores artísticos se possam perder.

(¹) Meyrelles do Souto — «Dois santos algarvios» — «Ocidente» — Vol. LXXXIV (1968).

(²) Este convento de Pena Firme desempenhou papel de certo relevo na defesa da costa portuguesa contra corsários moiros. A 30 de Junho de 1620, Fr. Roque da Gama, valente e possante, com mais cinco religiosos, prendeu 14 assaltantes e «levou-os de presente ao Senhor Rei», conta Vilhena Barbosa.

O Prior era designado «Prior-capitão».

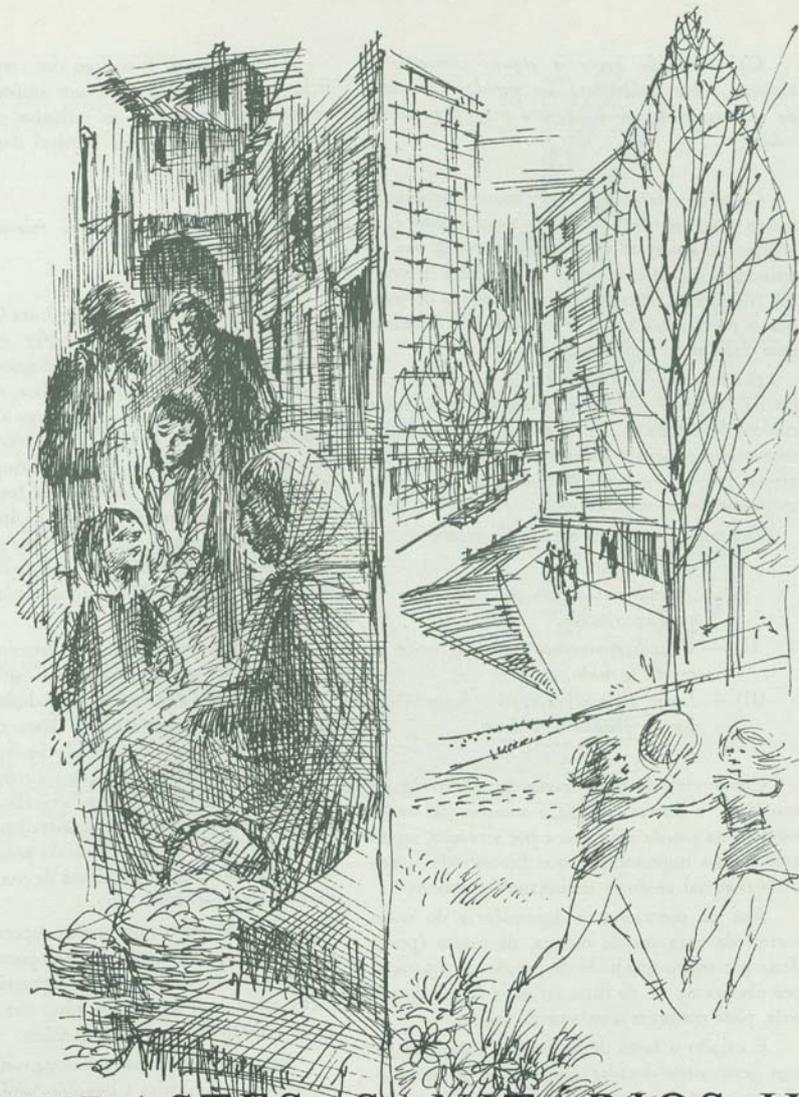
Aqui vivem Fr. Tomé de Jesus, autor da obra clássica, «Trabalhos de Jesus».

O mosteiro foi senhor das Águas do Vimeiro («Águas do Convento»), conforme se lhes refere o Dr. Fonseca Henriques no «Aquilegio Medicinal». Foi encerrado em 1834.

(³) Charles Boxer e Carlos de Azevedo — «A fortaleza de Jesus e os portugueses em Mombaça» (1960).

(⁴) Meyrelles do Souto — «Hystorya dos Cercos que os olandezes puzerão à fortaleza de Mozambique o Anno de 607 e 608» — in «Studia», (Julho 1963).

(⁵) Meyrelles do Souto — 1) «O Arcebispo de Cranganor, D. Fr. José Joaquim da Imaculada Conceição Amarante» — Lisboa (1956) — 2) «Acerca do Padroado do Oriente — A arquidiocese de Cranganor» — «Bol. da Agência do Ultramar» (1958).



CONTRASTES SANITARIOS-II

1959 - 1969

IMPERATIVO DUMA OBRA DO MUNICÍPIO DE LISBOA

Por ARNALDO FALLÉ DE SOUSA QUINTAL

C) — *Alusão breve a alguns conceitos e técnicas sobre isolamento de paredes exteriores de construções prediais, contra a propagação de ruídos:*

Convém referir que o organismo humano é muito mais sensível ao nível sonoro, isto é, à energia do ruído do que propriamente à sua intensidade, donde o emprego de unidades de energia (decibels), sabendo-se, da frequência do som, que a mesma faz variar a sensibilidade humana, para dado nível acústico.

A protecção contra ruídos, numa construção predial, implica a destriça entre ruídos aéreos e ruídos de contacto, interessando, fundamentalmente, em relação a paredes exteriores, os ruídos aéreos, propagados por vibração no ar, pois os outros consideram-se acidentais.

Definem-se, para tal efeito, três métodos:

- I) — *Acondicionamento do local onde se produz o ruído;*
- II) — *Acondicionamento do local onde se recebe o ruído;*
- III) — *Isolar o local receptor, daquele em que se produz o ruído.*

Como vias de transmissão do ruído são de considerar a directa, devida a soluções de continuidade na parede em causa e por vibração, sendo esta a mais importante e que faz atribuir a um dado material ausência de isolamento sonoro.

Será de mencionar a dependência do isolamento de uma parede maciça, da massa (peso) desta por metro quadrado de parede. A separação por câmara de ar, de duas ou mais folhas de parede, pode melhorar o isolamento sonoro.

Encarado o facto de as paredes exteriores serem geralmente dotadas com janelas de iluminação, de extensão maior ou menor, é o isolamento das janelas que condiciona o isolamento das paredes, a menos que a parede disponha de pequeno isolamento.

Entretanto, janelas estancas implicam o estabelecimento de dispositivos de ventilação, que podem enfermar de defeitos acústicos, cuja correcção é sempre difícil e onerosa.

A conveniente disposição dos corpos do edifício tem significado da maior importância, devendo procurar-se que as fachadas com janelas estejam o mais afastadas possível das fontes de ruídos exteriores.

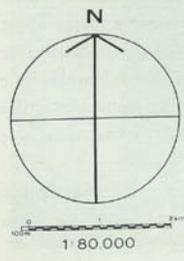
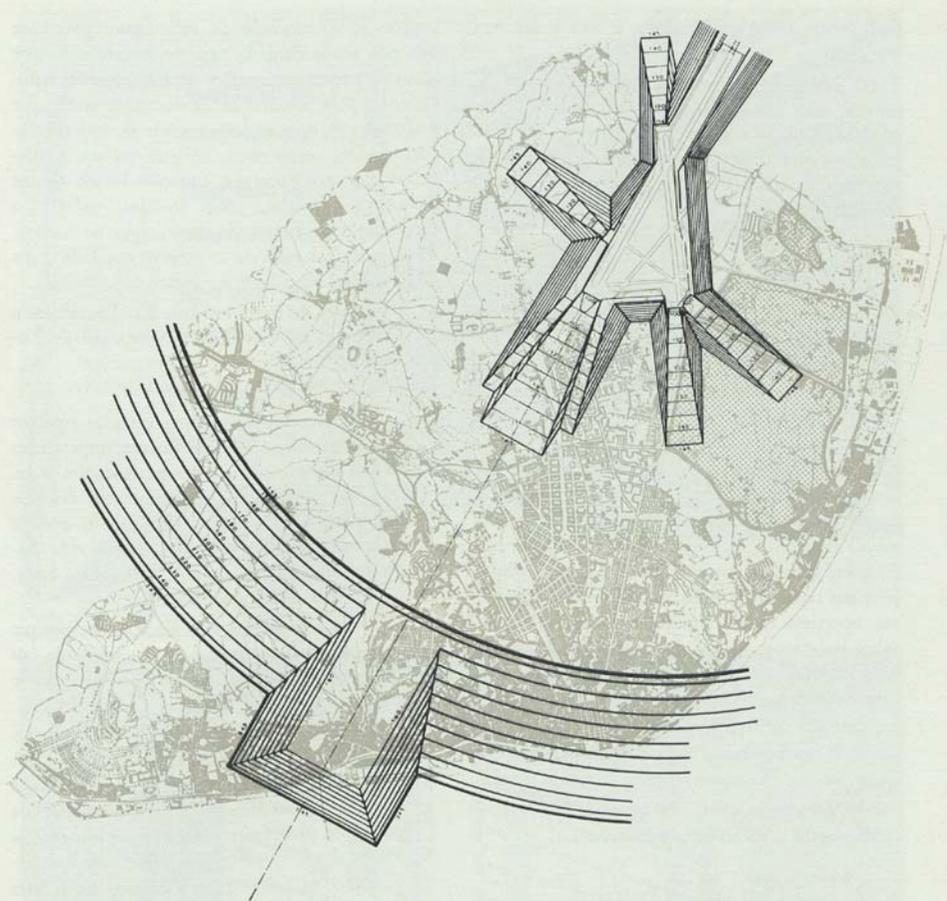
D) — *Generalidades dum relatório e conclusão:*

Os trabalhos do «Estudo da Luta Contra Ruídos» encerraram, no ano de 1967, com a apresentação dum relatório sobre as disposições municipais vigentes, da Câmara de Lisboa, relacionadas com a repressão de ruídos. Foi designado um Subgrupo encarregado de elaborar relatório baseado nos elementos já colhidos sobre as disposições legais existentes para a mencionada luta e possibilidade de as fazer cumprir, sugerindo ainda a acção prática mais eficiente neste domínio da Salubridade, para ser submetido, por fim, à consideração de Sua Excelência o Ministro da Saúde e Assistência.

O relatório deste Município termina referindo a preocupação que a Câmara da capital sempre tem na obtenção das melhores condições gerais da Cidade, nos inúmeros aspectos desta, que possam interessar à vida da sua população, inclusive no sector da salubridade, pelo que considerou no seu Plano Director para 1967 «condicionamentos aeronáuticos, encarando a inconveniente localização actual do aeroporto, tanto do ponto de vista dos condicionamentos de altura de voo, como da insalubridade acústica.

«O aparecimento dos aviões supersónicos imporrá a construção dum novo aeroporto na outra margem do Tejo. Todavia, a supressão do aeroporto actual, ou a sua redução, não foram até agora objecto de nenhuma decisão».

Com o mesmo estudo relacionam-se desenhos, reportando-se um deles a servidões aéreas, no qual os segmentos circulares concêntricos (que representam, digamos, a periferia dum prato) e a figura central, correspondente ao aeroporto, com os seus corredores de pista (ocupando o fundo do mesmo prato), estão assinalados com cotas significativas das máximas alturas permitidas para as construções prediais, em relação com a planta da



SERVIÇOS AÉREAS
DE LISBOA

Cidade; quanto mais baixa for a cota maior será o ruído.

O outro desenho, sobre insalubridade acústica, mostra, também em relação à planta da Cidade, edifícios públicos abrangidos pelas zonas nele assinaladas e qual a intensidade dos ruídos em dc-pn (decibels à pressão normal), nas cinco zonas consideradas.

Incluiu-se no mesmo relatório, apresentado ao grupo de trabalho pelo representante da Ex.^{ma} Câmara, uma síntese de ruídos previstos em posturas municipais e a referência a estas próprias, bem assim a citação do edital 157/65 do Município de Lisboa, acerca de recipientes para lixo com estruturas destinadas a reduzir os ruídos de tal proveniência.

Dado que é a Câmara Municipal a entidade com competência para aprovação de projectos de obras de construção predial e alterações, pode parecer caber-lhe responsabilidade na falta de protecção contra ruídos, que se verifica naquelas edificações; assim, a Repartição de Higiene Urbana, pela sua representação no aludido grupo, considerou oportuno referir alguns conceitos e técnicas, sobre isolamento de paredes exteriores de edificações urbanas, que se transcreveram por permitirem antever como contribuiriam para reduzir a expansão da construção predial, pelo acréscimo de dispêndio consequente, quer para os construtores, quer para os inquilinos, pelo justificado agravamento das rendas e na contingência de os ruídos continuarem a incomodar os locatários».

CAPITULO II

Insalubridade habitacional

Por condições intrínsecas das dependências ocupadas e do próprio meio

O problema da habitação «garantia, para todas as famílias, duma casa que satisfaça às condições de conforto e seja acessível a todos, é de complexa e difícil resolução, pois relaciona-se com as condições sociais e económicas do País», agravando-se com o acréscimo demográfico e indus-

trial e anda associado ao urbanismo, pelo que este está sendo cuidado naquele sentido e do que aproveita, concomitantemente, a salubridade habitacional, pela eliminação de inconvenientes que a afectam. A certeza demonstrada de tais afirmações tem-se, como mera amostra do seu verdadeiro valor, em exemplos apresentados de alguns contrastes sanitários. Estes atestam, todavia, o predomínio e eficácia do Município de Lisboa, no que de tal matéria a mesma entidade mais directamente se propôs resolver.

De «casas de baixa renda», Sua Excelência o Senhor Presidente da Câmara Municipal de Lisboa, em 24-10-965, disse publicamente:

«Se é certo que os mais variados aspectos da administração são igualmente importantes na medida em que contribuem para um todo, que não pode menosprezar nenhum deles, o da habitação é um dos primordiais, porque interessa directa e indirectamente à vida diária do homem e da família, tal como a água, o pão, o trabalho e a assistência.

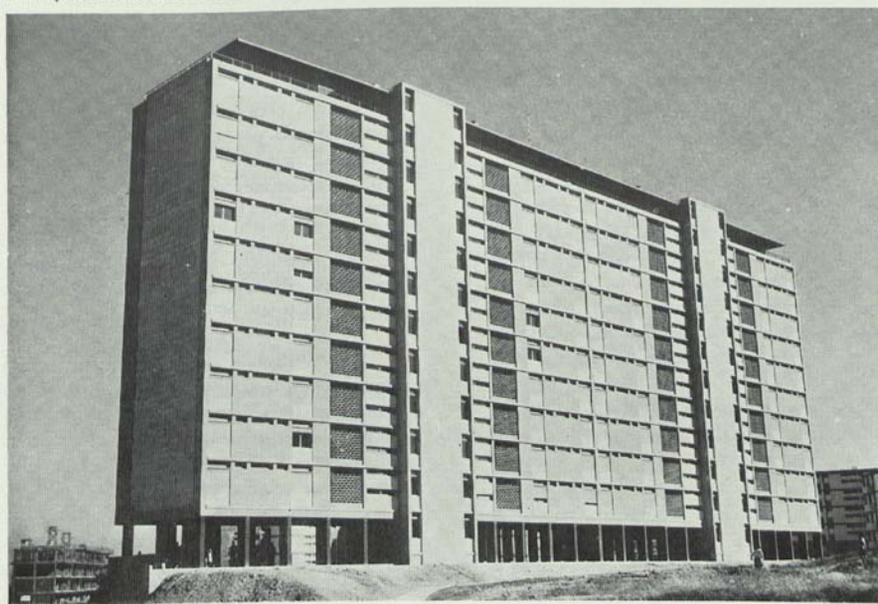
Não é problema fácil de resolver, porque se o fosse há muito que estaria resolvido em Portugal como nas demais Nações, tão grande é a projecção social que dele advém.

É difícil porque é caro, é difícil porque é complexo e exige soluções de problemas em cadeia, dependentes uns dos outros, desde a aquisição de terrenos até à urbanização, desde o simples planeamento à execução integral do Plano, desde os preços parcelares, até à determinação do valor da construção, todos eles com limites apertados, desde os valores em rendimento e em constituição, dos agregados familiares, até à definição do tipo de casa com o estabelecimento duma renda justa. Os múltiplos condicionamentos não permitem andar tão depressa quanto se quer ou quanto se pode: tudo é demorado, duma lentidão que enerva perante os mais variados obstáculos que inesperadamente atulham o caminho e dificultam a progressão.

Construir habitações para famílias de poucos recursos, exige uma organização complexa e cuidada, exige paciência, dinheiro e fé.



Visita do Sr. Ministro do Interior a obras municipais no Bairro dos Olivais





Visita da Vereação ao Bairro da Quinta das Pedralvas

É uma obra que não se impõe à fácil admiração da população, porque ela ignora quanto é necessário dispender de inteligência, de dedicação e de tenacidade, para se poder entregar as chaves de uma casa».

«A construção de casas de baixa renda, pelo juro diminuto que faculta, não tenta a construção particular».

«Da análise do social, da existência cristã que nos leva a olhar para os nossos vizinhos e colaboradores, da noção da boa vizinhança e de solidariedade humana, que chama com persistência a nossa atenção para o bem estar dos nossos compatriotas e patrícios, conhecidos ou desconhecidos, surge uma mística que se enraíza na consciência do que tem responsabilidade na administração, dos que estudam e proclamam a real importância da habitação

decente para o fortalecimento das famílias, base da Nação».

«É um ideal em profundidade gravado na consciência, que mantém, presente e persistente, a firme vontade de não abandonar nem deixar esmorecer o movimento em marcha em prol da construção de habitações de baixa renda.

Só uma firme determinação pode justificar que se encarem planos tão vastos, tão dispendiosos e tão difíceis».

«Muito tem feito o Governo e muito terá que fazer. Estão as cidades povoadas de variados bairros sociais construídos ao longo dos tempos».

«A Câmara Municipal de Lisboa, para o planeamento e execução desta vasta obra social, dividiu a zona oriental da cidade em três sub-zonas ou malhas: Olivais-Norte, Olivais-Sul e Chelas.

O plano que abrange *Olivais-Norte*, prevê a construção de 1770 fogos.

Estão já construídos 1506, em construção e prontos a iniciar 264.

O plano de *Olivais-Sul* prevê que se construam 7611 fogos, dos quais estão construídos 2988 e em construção ou prontos a iniciar 4623.

Uma vez terminados, o número de famílias que se instalarão nestas duas sub-zonas será de 9381.

O plano de *Chelas*, que esperamos terá o seu início em 1966, abrange uma área de 510 hectares e visa à construção de 11 500 fogos.

INVESTIMENTOS (1966)

Pela *Câmara Municipal de Lisboa*, com aquisições de terrenos, estudos, projectos, obras de urbanização, edifícios de equipamento, amortizações e juros de empréstimos e construção de habitações:

Investido: 233 350 000\$00 e a investir:
121 500 000\$00
TOTAL: 355 000 000\$00».

«Se a construção de casas para famílias de fracos recursos se não impuser à evidência, como de indiscutível utilidade pública, perante a consciência de quem a tiver que considerar, a obra iniciada não se poderá completar.

O homem sem casa e sem pão, dificilmente poderá compreender e colaborar com uma sociedade que o abandona.

Daí poderão advir os mais funestos resultados para a paz e prosperidade da Nação.

A falta duma inteira ligação entre todos os que são chamados a pronunciar-se acerca do problema da habitação, terá uma profunda responsabilidade, na evolução da vida social da nossa terra».

«Cumpre-me exaltar aqui aqueles que, devotadamente, ao longo dos anos, têm concedido à execução do Decreto 42 454, a sua inteligência, dedicação e entusiasmo integrados na importância excepcional que representa para uma grande parte da população da cidade, a sua execução».

Reportando-nos à publicação feita na *Revista Municipal*, sobre «alguns aspectos do problema da habitação Social na cidade de Lisboa», são de destacar, especialmente, as referências que se seguem:

«Das zonas reservadas à construção de habitação Social, para cumprimento do Decreto-Lei n.º 42 454», tem-se que «as três malhas de Olivais-Norte, Olivais-Sul e Chelas, situadas no extremo oriental da cidade, constituem uma continuidade territorial que corresponde aproximadamente a um décimo da área total do Concelho».

Na planta da cidade, que se apresenta, estão nitidamente delimitadas as aludidas malhas.

«Com a promulgação do Decreto-Lei n.º 42 454 nasceu o Gabinete Técnico da Habitação do Município. A sua existência ficou a dever-se à necessidade de pôr em funcionamento um organismo de carácter técnico



Visita da Vereação ao Bairro da Quinta das Mouras

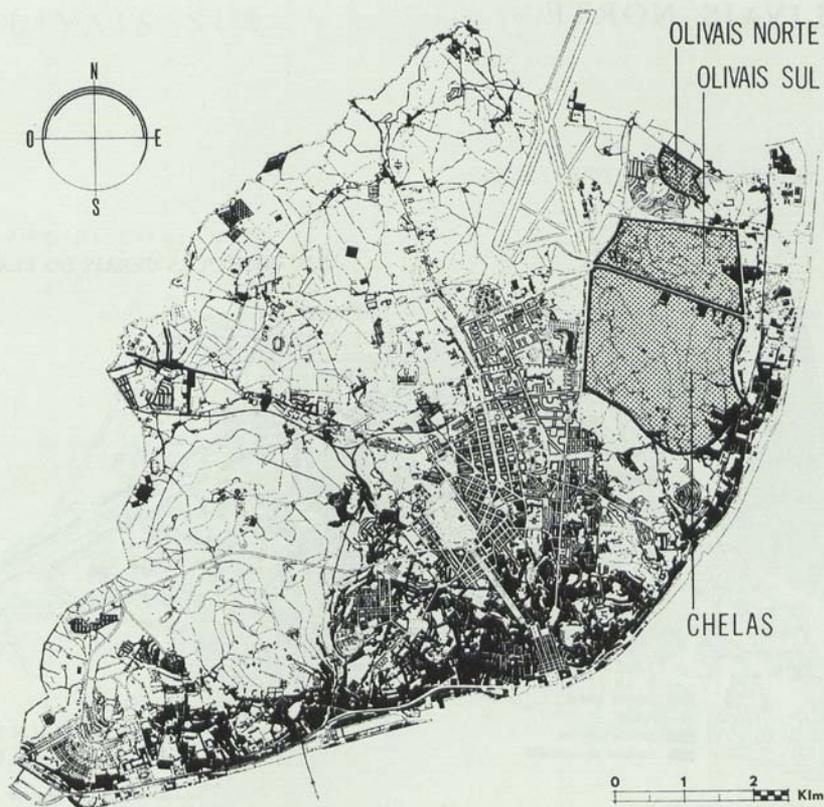
susceptível de dar cumprimento às obrigações que, por força daquele diploma, impendiam sobre o Município. Essas obrigações, que correspondiam à «preparação dos programas de trabalhos, à elaboração dos projectos e à direcção e fiscalização das obras», traduziam-se, efectivamente, numa vasta gama de actividades abrangendo desde a expropriação dos terrenos do estudo de urbanização respectiva, desde os projectos dos edifícios aos seus planos anuais de distribuição, desde a organização das empreitadas até às obras que as caracterizam».

«Examinando os elementos estatísticos publicados nos anais do Município de Lisboa verifica-se que o número médio de habitações construídas na cidade, a partir de 1961, ascende a 4000 por ano».

Em complemento esclarecedor da planta de conjunto que relaciona topograficamente as três malhas de habitação Social já referenciadas, importa apreciar individualmente os desenhos dos planos e características gerais das designadas malhas de construção.

«Em matéria de construção Social, compreendendo nesta designação uma vasta gama de realizações, que irão desde as habitações definitivas para os mais necessitados até às habitações para as classes médias, uma das opções mais árduas consistirá na justa durabilidade a atribuir aos edifícios.

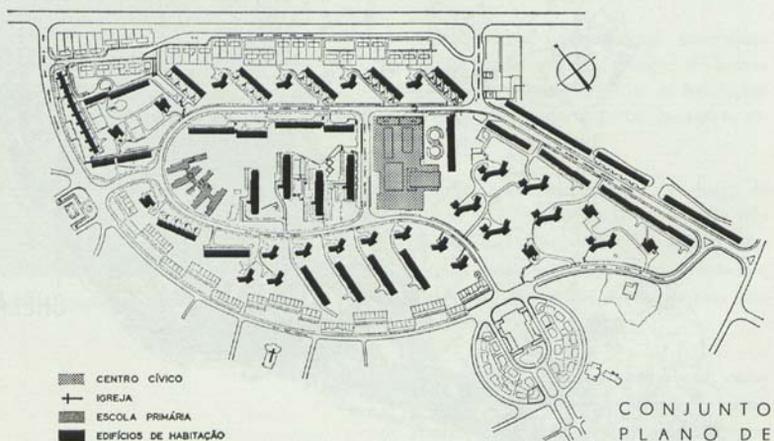
Constituirá preocupação fundamental, ante o equacionamento básico de que se acompanha a programação dos bairros sociais, acertar na escolha impreterível entre o maior número de unidades, mas confinadas aos seus requisitos mais elementares e em número menor, mas beneficiando, em contrapartida, de melhores áreas e acabamentos. A extensão da crise leva a que se procure aumentar a quantidade, enquanto a preocupação de oferecer condições dignas de existência aos futuros moradores leva a que se insista na qualidade».



PLANTA DA CIDADE

OLIVAIS NORTE

CARACTERÍSTICAS GERAIS DO PLANO

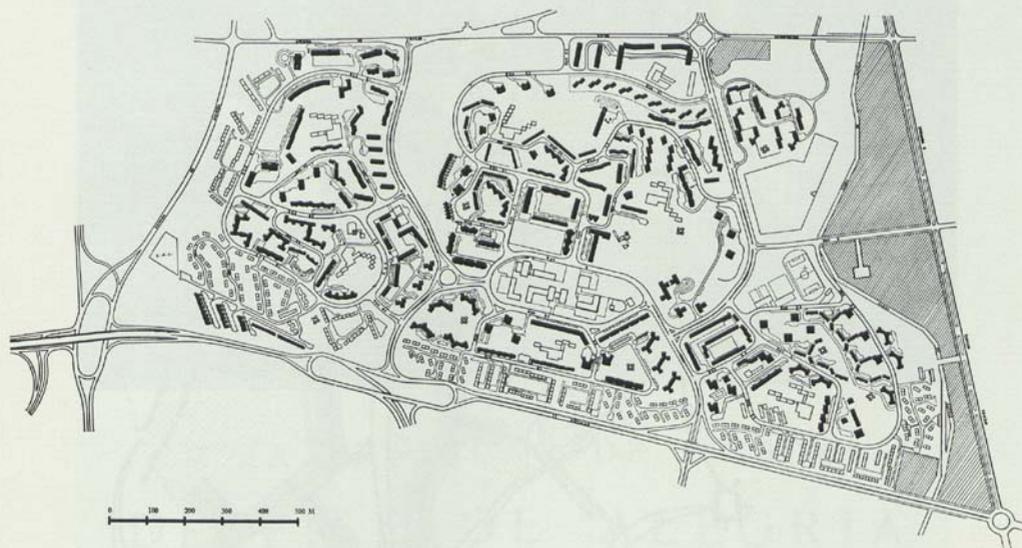


Área total — cerca de	40 ha
Número de fogos	2250
Número de habitantes	8000
Densidade	200 hab/ha

OLIVAIS SUL

CARACTERÍSTICAS GERAIS DO PLANO

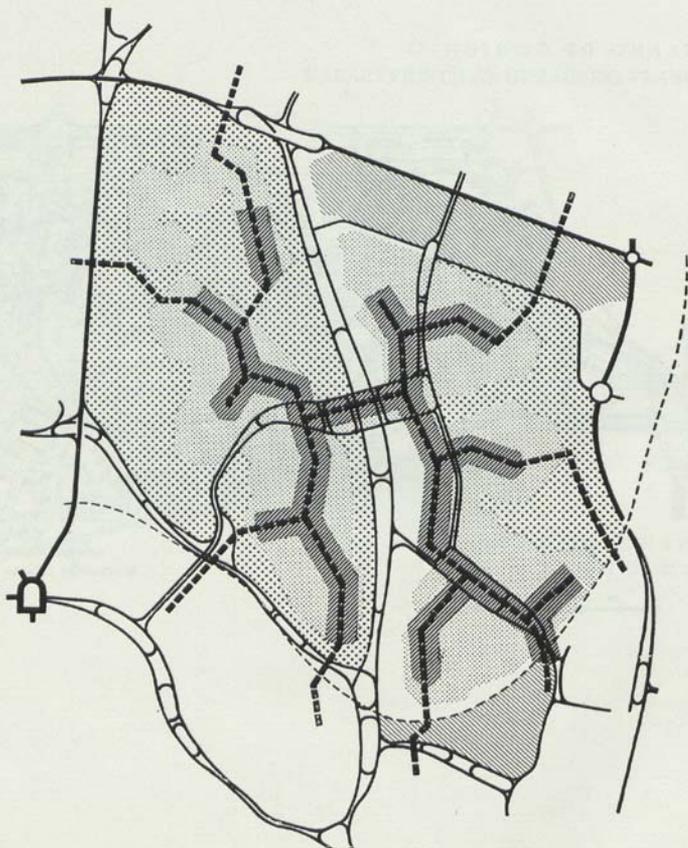
PLANO DE CONJUNTO



<i>Área total</i>	186,6 ha
<i>Número de fogos</i>	8500
<i>Número de habitantes</i>	34 000
<i>Densidade</i>	180 ha/ha

CHELAS

CARACTERÍSTICAS GERAIS DO PLANO



ESQUEMA GERAL INDÚSTRIA

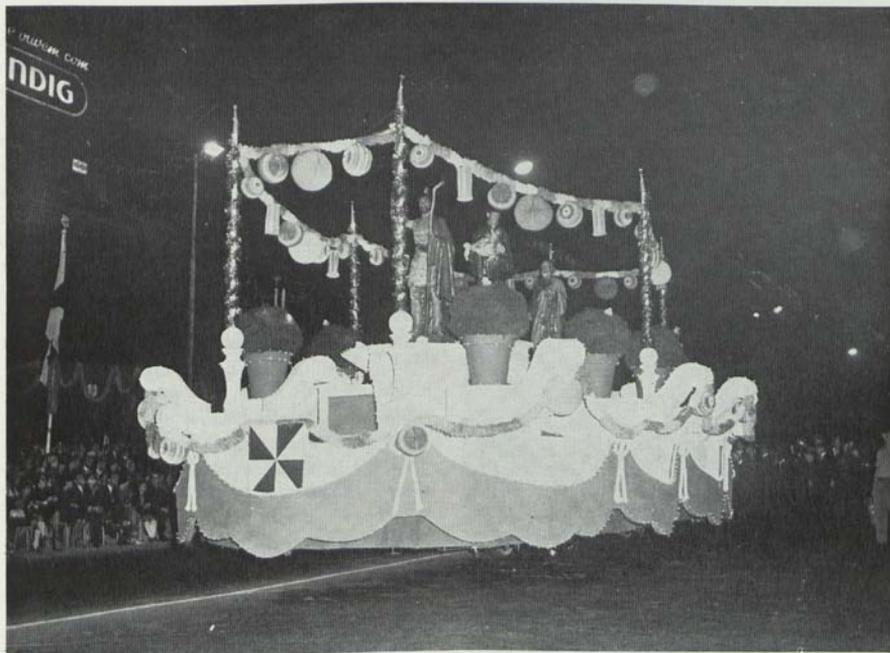
ZONAS CONSTRUÍDAS

ZONAS DE VIDA URBANA INTENSA

ZONAS VERDES DE RECREIO



Área total	510 ha
Número de fogos	20 000
Número de habitantes	80 000
Densidade	160 hab/ha



UMA TRADIÇÃO DE LISBOA DESFILE DE ALEGRIA O DAS MARCHAS POPULARES

Noite de Santo António é noite de festa. Sempre assim e sempre assim continuará a ser. O lisboeta dedica devoção especial ao santo nascido nas imediações da Sé. Naturalmente, essa devoção de jeito tradicional é de carácter popular e, portanto, obrigada a alegria, por vezes, esfuziante, com expressão bem vinculada no desfile das marchas, há anos tornadas um pendão alacre da cidade. Com o andar dos tempos — e com a solícita ajuda da Câmara Municipal — os conjuntos passaram a representar

bairros típicos da capital, já organizados e revestidos das indispensáveis estilizações, quer na indumentária, quer na parte decorativa dos arcos e balões.

Na noite do taumaturgo, Lisboa desceu as sete colinas para se concentrar na Avenida e na Baixa. Das províncias, muitos vieram atraídos pela fama dos arquinhos luminosos e das airozas raparigas, dando à saia. Depois, a noite convidava à alegria dos festejos que, para os lados de Alfama, à mesma hora, cheiravam a manjerico e



sardinha assada. Mas, ao longo da Avenida, onde o mar de cabeças se perde na noite iluminada de estrelas, é outro o pulsar da festa, vestida pelo figurino da fantasia ou pela verdade histórica. O que encanta e comove e entenece não é porém ou apenas o aspecto exterior das marchas, a sua rivalidade, a fantasia ingénua dos arquinhos, cantando as glórias lá do sítio, e construindo, em esforço alegre, uma raiz, causa e tradição. O que encanta e comove e entenece, é pensar que um milhar de rapazes e raparigas, tomando a peito o seu dever baírrista, durante mais de um mês sofreram, ensaiando, para ruma noite de escassas horas de beleza. Descalças ou de chinela e meia branca, elas; de sapato ou bota alta, eles; tangendo o sino da Ajuda ou a guitarra fadista: vestindo saia curta e rodada ou longa e senhoril, as que representam gente de algo, impondo a «sua marcha», ou a marcha que é de todos, rapazes e raparigas saudaram Lisboa, num espectáculo colorido de mocidade. Durante cerca de três horas as marchas desfilaram, cantando e dançando, ou recebendo do público a merecida consagração.



Na tribuna, erguida a meio da avenida, o almirante Américo Thomaz aplaude e recebe flores, muitas flores. O presidente do Município fez as honras da casa. Se recebe flores também as dá. Desceu até aos seus convidados e pôe nas mãos femininas um manjerico.

Lá vão as marchas, lá vão tão engraçadas, descendo aos Restauradores e até à beira do Tejo, em cujo espelho as moças vão buscar a sina de um casamento feito por Santo António...

ORGANIZAÇÃO DO DESFILE E DESCIDA DAS MARCHAS PELA AVENIDA

As marchas iam descer a Avenida coleantes cantando e espalhando alegria e luz. Paravam depois do Marquês de Pombal para uma breve exibição e assim de cem em cem metros ao longo de toda a artéria para se deter mais demoradamente, diante das tribunas presidencial e do júri, onde as exhibições caprichavam.

Santa Catarina foi a marcha que, primeiramente, entrou no desfile. Arcos originais, sugestivos, a tremular ao alto, seguros com aprumo. Eles de polícias, elas de criadas, com traje do século XIX, deram nas vistas. Desenharam marcações airosas. O público não se cansou de aplaudir a exibição feliz do conjunto.

Veio, depois, a Madragoa. Jovens de pé descalço, já que o figurino se inspirava na indumentária tradicional de varinas e pescadores, profissões peculiares à gente daquele bairro. Muita mocidade, muita alegria. As canoas, à cabeça das raparigas, juntamente com o seu mancio estudado, gingão, foi um dos atractivos da marcha.

Bairro Alto. Uma presença viva. Não destoou o conjunto, que primou por uma harmonia de marcação digna de nota. Aplausos e mais aplausos. Trajos: eles e elas apresentaram-se de aristocratas. Arcos alusivos ao bairro e um deles, porventura o mais pitoresco atractivo, trazia gravado o nome dos jornais diários da capital (aliás, outras marchas iam prestar idêntica homenagem à Imprensa).

Mouraria apareceu então. Vivacidade. Com novo ensaiador — José Ramalho —, a marcha,



apoiada por um bom naipe de figurantes, gente moça na maioria, esboçou algumas marcações de bom efeito. Cativou sobretudo a assistência a marcação «Nossa Senhora da Saúde», o apontamento «A Fogueira», «Fado-Arraial» e «Marcha de Lisboa». Guitarras na mão dos rapazes, testemunhavam, ao vivo, a presença, bem marcante, de um bairro que é o coração do fado.

Mal uma marha acabava de exhibir-se, já outra avançava.

Alcântara, Graça e Campo de Ourique, vestidos, respectivamente, de burgueses, aristocratas e camponeses surgiram, a seguir. Jovialidade e muita compostura dos figurantes. Balões e arcos, profusamente iluminados, refletiam. E o público, à porfia, «torcendo» pela marcha preferida, aclamava os conjuntos que, em despique ardoroso, ao longo da exibição, tudo faziam para dançar e bailar com garra e veia alfacinha.

Bairro novo, Olivais, não querendo deixar perder os seus créditos, exhibiu-se com agrado. Avenida abaixo, alardeando bons passos de dança,

moços e moças bailaram nos seus trajos de camponeses. Arcos e balões esmerados e garridos.

Castelo, Alto do Pina e Marvila, três marchas apumadas. Vestuário: militares e vendeiras; burgueses, e moços de lavoura. Trajos bonitos, arcos e balões enfeitados, e impecável exibição, coroada com incitamentos.

Ajuda, transportando grandes arcos, alusivos ao bairro, entoou cantigas e traçou marcações encantadoras. Bonita presença de raparigas. Uma marcha — «Galo da Ajuda» — fez furor. Melódica e com versos lindos.

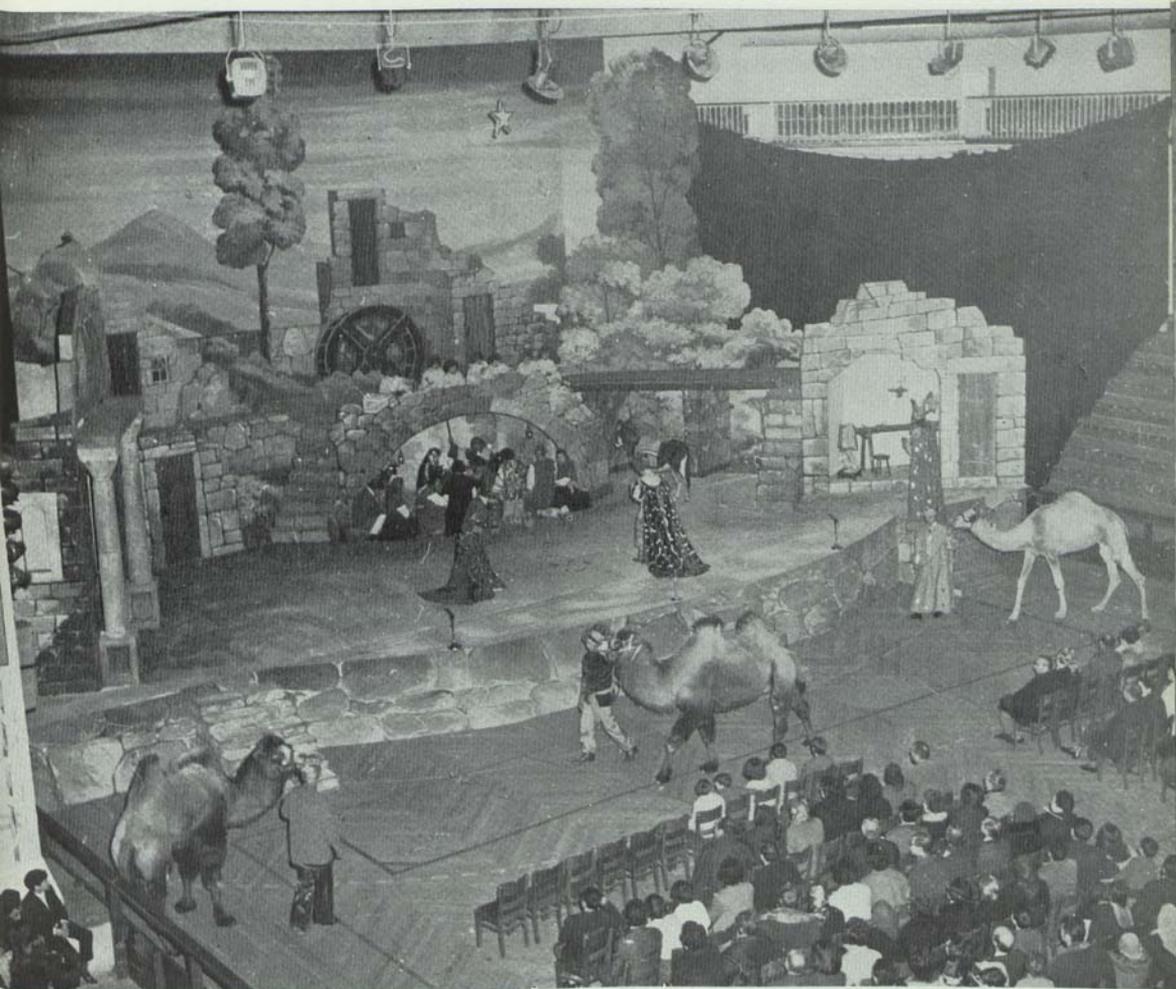
Por fim, já rondava a meia-noite, Carnide, Campolide e Benfica entraram na Avenida. Trajavam de camponeses a primeira e terceira marchas e de vendedores a segunda. Uma alusão ao «cavalinho» de Carnide, que apareceu «metido» num coreto, à boa maneira popular, exibindo os rapazes acordeões e as raparigas cabazes de fruta, à cabeça.

Enfim, uma noite de beleza — a de Santo António e a das Marchas Populares de Lisboa.





ACONTECIMENTOS CITADINOS

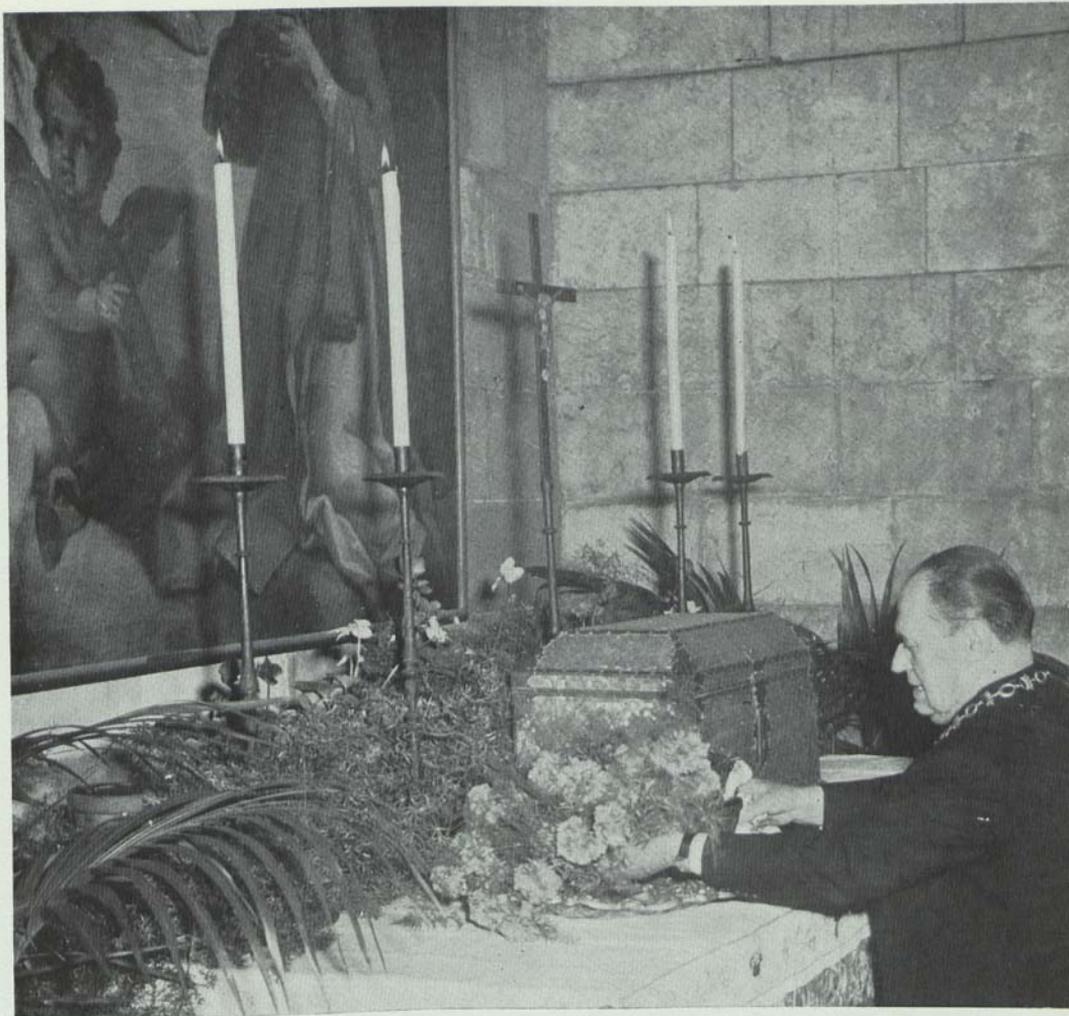


PAVILHÃO DOS DESPORTOS — NATAL DE 1969



POSSE DO SR. CAPITAO JOAO PEREIRA DE CASTRO NO CARGO DE ADJUNTO TECNICO DO B. S. B.





*DIA DE SÃO VICENTE — CERIMÓNIAS RELIGIOSAS
NA SE CATEDRAL DE LISBOA*

IMPOSIÇÃO DAS INSIGNIAS DO GRANDE OFICIALATO DA ORDEM DE MÉRITO AGRÍCOLA E INDUSTRIAL AO SENHOR ENG.º D. SEGISMUNDO DA CÂMARA DE SALDANHA, VICE-PRESIDENTE DA C. M. L. PRESENTES OS SENHORES SECRETÁRIO DE ESTADO DA AGRICULTURA, CHANCELER DAS ORDENS DE MÉRITO CIVIL, PRESIDENTE DO MUNICÍPIO E MUITAS OUTRAS INDIVIDUALIDADES



FRANK BORMANN, COMAN-
DANTE DA NAVE ESPACIAL
APOLLO 8 É RECEBIDO NOS
PAÇOS DO CONCELHO, PELO
SENHOR GENERAL FRANÇA
BORGES

O VICE-ALMIRANTE LAINÉ, COMAN-
DANTE DA ESQUADRA FRANCESA DO
ATLANTICO, APRESENTA CUMPRIMEN-
TOS NA C. M. L.



MISSA EM ACÇÃO DE GRAÇAS MAN-
DADA CELEBRAR PELO MUNICIPIO
DE LISBOA, NA IGREJA DE SÃO VI-
CENTE, POR OCASÃO DO VIOLENTO
SISMO REGISTRADO EM FEVEREIRO
ÚLTIMO





ESTUFA FRIA — «O GEBO E A SOMBRA», PELA COMPANHIA DE TEATRO POPULAR

INAUGURAÇÃO DE UMA LÁPIDE EVOCATIVA DE EÇA DE QUEIROZ, NO 1.º ANDAR DO N.º 26 DO ROSSIO. DISCURSO DO SENHOR GENERAL FRANÇA BORGES





HOMENAGEM DO MUNICIPIO DE LISBOA AOS MORTOS DA GRANDE GUERRA. DEPOSIÇÃO DE FLORES NO MONUMENTO, NA AVENIDA DA LIBERDADE

«FOGO DE VISTA» — PELA
COMPANHIA DE TEATRO PO-
PULAR, NA ESTUFA FRIA

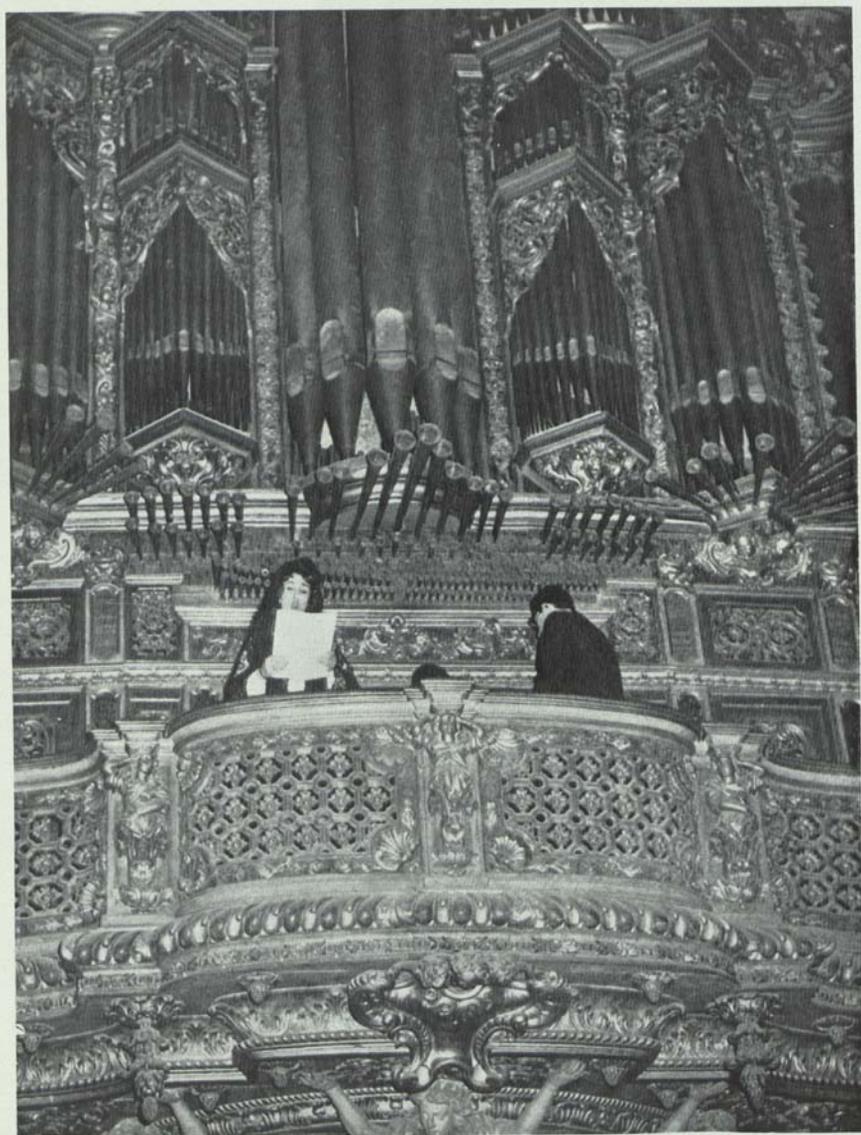


CERIMÓNIA DE ENCERRAMENTO DA ESCOLA DE RECRUTAS
DO B. S. B.



O SENHOR PRESIDENTE DA REPÚBLICA, ACOMPANHADO PELOS SENHORES MINISTROS DO INTERIOR E DAS COMUNICAÇÕES, PRESIDENTE E VICE-PRESIDENTE DA C. M. L., PARTICIPA NO PASSEIO INAUGURAL «UMA TARDE NO TEJO», INICIATIVA DO MUNICÍPIO DE LISBOA





CONCERTO DE CANTO E ÓRGÃO
EM SÃO VICENTE DE FORA

ESTUFA FRIA — «O
AVÔ CLAUDIO», PELA
COMPANHIA DE TEA-
TRO POPULAR



POSSE DO SR. DR. JOSÉ ARRELANO TAVARES COMO
VEREADOR DA C. M. L., EM SUBSTITUIÇÃO DO
SR. DR. BERNARDINO PEREIRA BERNARDES,
RECENTEMENTE FALECIDO





ESTUFA FRIA — VASCO BARBOSA
ACTUANDO NO CONCERTO DA
ORQUESTRA FILARMÓNICA DE
LISBOA, SOB A REGENCIA DE
RUI COELHO



DIA DA RAÇA — O SENHOR GE-
RAL FRANÇA BORGES DEPOE UM
RAMO DE FLORES NA BASE DO
MONUMENTO A CAMOES

DIA DE SANTO ANTÔNIO — SOLENE
TE-DEUM NA IGREJA DE SANTO AN-
TÔNIO A SÉ





COPO DE AGUA NO RESTAURANTE DE MONTES CLAROS, OFERECIDO AS «NOIVAS DE SANTO ANTONIO», O SENHOR GENERAL FRANÇA BORGES, QUE ESTEVE PRESENTE, DIRIGE UMA BREVE ALOCUÇÃO AOS NOVOS CASAIS

«BICHA DE RABIA» —
PELA COMPANHIA DE
TEATRO POPULAR, NA
ESTUFA FRIA



MARCHAS POPULARES DE LISBOA — ALMOÇO NO PARQUE
DE CAMPISMO, EM MONSANTO, OFERECIDO PELO MUNICI-
PIO AOS ELEMENTOS DO JURI E OUTROS COLABORADORES
DA INICIATIVA





PORTUGAL-IRLANDA EM ATLETISMO — OS DIRIGENTES DA COMPETIÇÃO APRESENTAM CUMPRIMENTOS NO MUNICÍPIO DE LISBOA

EDIÇÕES MUNICIPAIS

INVENTARIO DE LISBOA
NORBERTO DE ARAÇJO

LISBOA ANTIGA — BAIROS ORIENTAIS
JULIO DE CASTILHO

LISBOA ANTIGA — O BAIRRO ALTO
JULIO DE CASTILHO

LISBOA DE LES A LES
LUIS PASTOR DE MACEDO

LISBOA E OS CURIOSOS FASTOS DO SEU PORTO
RAUL RIBEIRO DA FONSECA MENDES

LISBOA E OS SEUS CRONISTAS
LUIS TEIXEIRA

LISBOA SEISCENTISTA
FERNANDO CASTELO BRANCO

AS MURALHAS DA RIBEIRA DE LISBOA
AUGUSTO VIEIRA DA SILVA

A RIBEIRA DE LISBOA
JULIO DE CASTILHO

*DOCUMENTOS PARA A HISTORIA DA CIDADE
DE LISBOA*

LISBOA — OITO SÉCULOS DE HISTORIA
OBRA EM COLABORAÇÃO, DIRIGIDA POR
GUSTAVO DE MATOS SEQUEIRA

PARQUE MUNICIPAL DE TURISMO E CAMPISMO
JANINE QUINTIN E JOAO PINA VIDAL

MONUMENTOS DE LISBOA
MAIA ATHAYDE

ESTUFA FRIA
JEAN CHABLOZ

ARREDORES DE LISBOA
ESTER DE LEMOS E MAIA ATHAYDE

MIRADOUROS DE LISBOA
JOAO PINA VIDAL

JARDINS DE LISBOA
NATERCIA FREIRE



EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS GRÁFICOS DA LIGA DOS COMBATENTES

PREÇARIO DA REVISTA:

Preço avulso	12\$50
Números duplos	20\$00
Assinatura (por cada série de 4 números)	40\$00

DEPOSITARIO GERAL:

Grupo «Amigos de Lisboa» — Largo Trindade Coelho, n.º 9, 1.º
Telefone 32 57 11

CORRESPONDENCIA:

6.ª Repartição — Informação, Espectáculos e Turismo da Câmara
Municipal de Lisboa -Praça do Município—Telefone 36 29 51

